


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

EDER CARLOS ZUCCOLOTTO

Origens sociais do empresariado: O caso de São Carlos, 1890 – 1950



ARARAQUARA – S.P.
2014

EDER CARLOS ZUCCOLOTTO

Origens sociais do empresariado: O caso de São Carlos, 1890 – 1950

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para o Exame de Defesa.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: José Antonio Segatto

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – S.P.
2014

EDER CARLOS ZUCCOLOTTO

Origens sociais do empresariado: O caso de São Carlos, 1890 – 1950

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para o Exame de Defesa.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: José Antonio Segatto

Bolsa: Capes

Data da defesa: 25/02/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto
FCLAr/UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi
UFSCar

Membro Titular: Prof. Dr. Fransérgio Follis
UNICEP/SP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para minha querida esposa Daniela,
e para os amados José Henrique Zuccolotto e Rosa Buzzo Zuccolotto (*in memoriam*)

Agradecimentos

À minha amada esposa, Daniela, meu porto seguro, aquela que posso contar sempre nos momentos de alegria e tristeza;

Aos meus pais, José e Lurdes por todo estímulo que sempre me deram nos estudos e por todo empenho e dedicação para a minha formação pessoal e profissional;

Aos meus irmãos Eliton Rodrigo Zuccolotto e José Henrique Zuccolotto (*in memoriam*) companheiros nas brincadeiras e nos desafios;

A meus queridos avós (*in memoriam*), que sempre transmitiram alegria e amor enquanto aqui estiveram;

A meu orientador, Prof. Dr. José Antonio Segatto, que confiou na proposta deste trabalho e sempre se fez presente como orientador e amigo;

Ao querido amigo a quem chamo de professor, Oswaldo Truzzi, por confiar e me amparar em momentos difíceis, e sempre me estimular a continuar na dedicação à pesquisa;

À pessoa que primeiro me apresentou as perspectivas da história local, Fransérgio Follis, obrigado por despertar em mim a curiosidade e o prazer neste assunto;

Aos pais de minha esposa, Lúcia e José, e aos seus irmãos, João e Junior, que há muito tempo são também pais e irmãos meus;

Aos amigos Ulysses, Gigi, Renato, André, Danilo, Márcio Gomes, Márcio Neves, Marcos e tantos outros dos jogos de tabuleiro, das escolas, da faculdade e de outros grupos pelas palavras de incentivo e pela abstração para aliviar a tensão;

Aos meus amigos do grupo de canto, obrigado por todo apoio, passamos e passaremos por muita coisa juntos ainda;

A todos os meus professores, de todos os níveis que passei, muitos me incentivaram a buscar sempre algo mais;

À CAPES pelo apoio por meio da bolsa, sem ela não conseguiria tanto tempo e dedicação para a elaboração deste trabalho;

À FCLAr, seus funcionários e professores, por me garantirem as condições estruturais, humana e financeira para a efetivação deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo realizar uma pesquisa sobre o processo de formação do empresariado industrial na cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, no período de 1890 a 1950. Para tanto, toma como ponto de partida a crítica ao velho binômio café/indústria, que para alguns autores - como: Sérgio Silva (1986), João Manuel Cardoso de Mello (1998) e Wilson Cano (1998) - é o motor que dinamiza o processo de surgimento e expansão da estrutura fabril de São Paulo. A crítica a essa análise não questionará sua validade explicativa, mas tentará fazer uso de outras hipóteses que venham a se encaixar melhor no caso da formação do setor industrial em São Carlos e, por conseguinte, de seu empresariado.

Palavras – chave: Industrialização; São Carlos 1890 - 1950; Imigrantes; Homens de Negócios.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct a research on the formation process of the industrial business in the city of São Carlos, the state of São Paulo, in the period 1890-1950. To do so, takes as its starting point the critique of the old binomial coffee / industry, which for some authors - such as Sérgio Silva (1976), João Manuel Cardoso de Mello (1982) and Wilson Cano (1990) - is the engine that streamlines the process of emergence and expansion of the industrial structure of São Paulo. Critical to this analysis will not question its explanatory validity, but will try to make use of other assumptions that may fit better in the case of the formation of the industrial sector in São Carlos and therefore its entrepreneurs.

Keywords: Industrialization; São Carlos 1890 - 1950; Immigrants; Business Men.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	44
Tabela 2	55
Tabela 3	61
Tabela 4	62
Tabela 5	67
Tabela 6	70
Tabela 7	75
Tabela 8	82
Tabela 9	90
Tabela 10	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviatura / Sigla	Significado
AUST	Austríacos
BENEFICIAM	Beneficiamento
CV	Cavalos a vapor
ESP	Espanhóis
EST	Estado
FAB	Fábricas
ITAL	Italianos
Nº	Número
NACION	Nacionais
NE	Não especificado
PORT	Portugueses
POS	Posição
REL	Relação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
a) Cafeicultores e imigrantes na constituição do núcleo urbano	12
b) A transformação do espaço urbano por meio do florescimento da indústria	14
CAP. 1 – CAFEICULTORES E IMIGRANTES COMO HOMENS DE NEGÓCIOS NO INTERIOR PAULISTA	16
1.1 – Revolução Burguesa, cafeicultores e imigrantes	17
1.2 – Ascensão dos imigrantes no interior paulista	30
1.3 – Considerações sobre a importância de imigrantes e cafeicultores como “homens de negócios” e ou empreendedores no Oeste Paulista	38
CAP. 2 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL EM SÃO CARLOS	41
2.1 – Os imigrantes em São Carlos	42
2.2 – O Binômio Café/Indústria e sua aplicação no interior paulista: o caso de Franca	46
2.3 – O processo de surgimento dos empresários e das indústrias em São Carlos	50
2.4 – Os reflexos da crise de 1929 na indústria sancarlense	56
2.5 – Os reflexos da Segunda Guerra Mundial na indústria sancarlense	59
2.6 – Os imigrantes como empresários industriais em São Carlos	60
2.7 – Estatísticas empresariais em São Carlos	67
CAP. 03 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM SÃO CARLOS (SP)	106
3.1 – A economia cafeeira e o processo de industrialização	107
3.2 – A importância das importações e exportações no processo de industrialização	113
3.3- As franjas da industrialização	118
3.4- O <i>ethos</i> burguês	126
3.5- A industrialização em Araraquara e Rio Claro	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

Introdução

A presente dissertação tem por objetivo realizar uma pesquisa sobre quais seriam as origens sociais do empresariado na cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, no período de 1890 a 1950. Estariam estas origens relacionadas com os cafeicultores? Com os importadores? Ou com os imigrantes?

Para tanto, toma como ponto de partida a crítica ao velho binômio café/indústria, que para alguns autores - como: Sérgio Silva (1986), João Manuel Cardoso de Mello (1998) e Wilson Cano (1998) - é o motor que dinamiza o processo de surgimento e expansão da estrutura fabril de São Paulo.

Para Silva (1986, p.11) uma série de fatores indica o quanto a ligação entre o café e a indústria são importantes, entre os quais o fato da nascente indústria ser fruto de um desenvolvimento capitalista prévio, que teria sido ocasionado pelo desenvolvimento da cafeicultura.

João Manuel Cardoso de Mello (1998, p.100) também considera essencial a participação do café no processo de industrialização “[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro [...]”.

Ao analisar como os investimentos do capital cafeeiro estimularam a indústria, Cano (1998, p.136) destaca que o café possibilitou um processo de acumulação de capital em um período que se prolongou até por volta de 1930, ano posterior a crise de 1929.

Nossa intenção é de promover uma análise crítica dessas análises, não questionaremos sua validade explicativa, mas tentaremos fazer uso de outras hipóteses que venham a se encaixar melhor no caso da formação do setor industrial em São Carlos e, por conseguinte, de seu empresariado.

Para a compreensão do processo responsável pelo surgimento dos primeiros empresários locais e de seus futuros investimentos, faz-se necessário um estudo que leve em consideração aspectos históricos e sociais, envolvendo diretamente grupos nacionais e grupos oriundos do processo de imigração. Desse modo, um dos objetivos deste estudo é a investigação da cooperação e da disputa entre esses grupos, já que ambos foram responsáveis pelo processo de crescimento social e econômico da sociedade local.

É preciso também levantar alguns questionamentos pertinentes ao surgimento e desenvolvimento desses empreendedores, como por exemplo, questões ligadas ao

processo de industrialização como parte de um processo contínuo: artesanato, manufatura, maquinofatura. Outras perspectivas para a investigação do processo de formação do empresariado local são: a) a análise do processo interligado ao comércio (importação/intermediação); b) o investimento particular de alguns fazendeiros; c) os referenciais ideológicos que ajudaram a traçar o perfil destes novos empresários. Temas que corroboram para o debate sobre como o processo econômico interferiu diretamente na estruturação da nascente sociedade local e contribuiu, mais tarde, para a sua consolidação.

O estudo da constituição e desenvolvimento do empresariado industrial é aqui iniciado com a teoria formulada por Florestan Fernandes (2010), que parte de uma análise que trata a perspectiva de alguns fazendeiros terem se destacado como “homens de negócios”; no entanto, o próprio autor pondera que existiam limitações para esses empreendedores ligados a terra.

O imigrante como homem de negócios e/ou empreendedor, ou ainda agente econômico no interior paulista, surge como uma hipótese viável. Mesmo não sendo diretamente trabalhada por Fernandes (2010), a ideia de uma camada empreendedora sobressai-se e confere um dinamismo ao processo capitalista. Nossa intenção é a de demonstrar que essa possibilidade pode ser percebida na ação de muitos imigrantes do interior paulista.

Identificamos esse processo dentro de um quadro mais específico: o caso dos imigrantes que se transformaram em empresários industriais na cidade de São Carlos. A importância deste debate justifica-se pelo fato de a cidade de São Carlos/SP estar inserida dentro de um contexto de industrialização, que leva em consideração uma série de fatores que possibilitam uma gama considerável de discussões sobre determinadas linhas de reflexão a respeito dos eixos que norteiam a industrialização no interior paulista.

A formação do empresariado industrial levanta um debate sobre as questões ideológicas que passam, necessariamente, por conceitos-chave, como: mentalidade pré-capitalista, anemia empreendedora, fragilidade e passividade política, que serão comparados com a teoria schumpeteriana – uma visão mais criativa e inovadora dos empresários industriais.

Ao abordarmos o tema industrialização torna-se necessário identificar, no caso do estudo do período são-carlense aqui delimitado (1890 a 1950), a indústria em questão e a de bens de consumo não duráveis (vestuário, alimentos, bebidas, etc.), das ramificações que surgem com as máquinas de beneficiamento de café, das metalúrgicas para produção

de produtos agrícolas e dos transportes como a ferrovia.

Para traçar um novo caminho que aponte para novas possibilidades, este trabalho buscará utilizar a teoria como um instrumento e não como um fundamento, que somada à pesquisa empírica ajudará no esboço de novos olhares.

Antes de adentrarmos propriamente nos capítulos que promovem toda a reflexão anunciada, torna-se interessante apresentarmos nesta introdução um pouco da história da formação do território sancarlense.

a) Cafeicultores e imigrantes na constituição do núcleo urbano

Durante o processo de urbanização de São Carlos, percebemos que um fazendeiro, Antônio Carlos de Arruda Botelho, conhecido como um dos barões do café, foi o responsável por grandes melhorias no desenvolvimento urbano da cidade e também de outras localidades, inclusive da capital; por isso galgou ao longo da vida os títulos de barão, visconde e conde. Podemos perceber a sua importância por alguns de seus empreendimentos:

[...] A primeira casa bancária existente em São Carlos foi de sua propriedade e em 1889, com o dinheiro arrecadado pela venda da estrada de ferro, o conde fundou na capital o Banco de São Paulo [...] foi também incorporador e grande acionista do Banco da União de São Carlos e presidente do Banco de Piracicaba. O conde mantinha ainda duas casas comissárias em Santos e, ao final do século adquiriu a quase totalidade das ações da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto [...]. (TRUZZI, 2000, p. 85).

Cicinato Braga (2007, p 12.) afirma que em 1894, São Carlos contava com construções elegantes, igreja matriz, câmara municipal, capelas, hospital, teatro e matadouro. No início do século XX a educação ganha duas importantes instituições, um colégio ligado às religiosas de origem francesa e uma escola normal, instituição esta que poucos municípios possuíam. Outra importante conquista aconteceu em 1908, São Carlos tornou-se sede do bispado.

A iluminação das ruas por energia elétrica se fez presente na cidade a partir de 1893, Segundo Neves (2007, p.32) graças aos esforços do Conde do Pinhal, São Carlos foi a segunda cidade brasileira a contar com este tipo de serviço.

Em 1889 a cidade já recebia as primeiras linhas de telefone, a empresa responsável por instalar o serviço foi organizada por Manoel Cabral dos Santos, em 1906

a presidência da empresa passou para o Major José Inácio de Camargo Penteadó (NEVES, 2007, p.31).

A implantação do primeiro serviço de transporte coletivo público em São Carlos ocorreu segundo Neves (2007, p.33) no final do século XIX através da ação do Coronel Leopoldo de Almeida Prado, no entanto, o serviço era destinado a uma parcela reduzida da cidade e contava com a implementação de um sistema de bonde puxados por tração animal (burros), a iniciativa durou pouco e desapareceu com a epidemia de febre amarela que assolou a cidade no final do século.

Segundo Neves (2007, p.32) o transporte coletivo público só teve um novo projeto em pauta em 1911, sendo enfim concretizado em 1914, com a instalação dos bondes elétricos da companhia Paulista de eletricidade.

O desenvolvimento do núcleo urbano, para muitos autores, representou um produto concebido pelos fazendeiros como espaço para realizarem seus desejos de consumo, diversão ou ostentação, afinal era um local “[...] onde as luzes ficavam acesas à noite; onde as senhoras frequentavam o hipódromo; e onde um fazendeiro jamais deixava sua casa sem usar sobrecasaca e chapéu de seda [...]” (MAEYMA apud TRUZZI, 2000, p. 96). No entanto, Truzzi (2000) ressalta que, aos poucos, o fazendeiro torna-se um típico cidadão; a cidade é seu local de residência e a propriedade rural seu local de trabalho, seu meio de vida.

Se a participação dos fazendeiros no desenvolvimento urbano de São Carlos é inegável, a contribuição dos imigrantes também não pode ser desprezada, e muito contribuiu para sua efetiva importância o fato de que praticamente não existia um quadro de paulistas nativos com um estilo de vida urbano, o que oferecia aos imigrantes grandes oportunidades de inserção na vida urbana. Essas oportunidades surgiam em grande parte devido às vantagens de que os imigrantes, ao se dirigirem para a cidade, já traziam consigo alguma habilidade profissional adquirida no país de origem.

São muitos os exemplos de imigrantes dentro deste perfil em São Carlos e Truzzi (2000, p. 98) relata alguns casos muito interessantes, como o de Michelle Giometti, ferreiro de origem e que constitui aqui uma oficina de conserto de carroças; Pedro Maffei, oleiro de origem e que desenvolve a mesma atividade aqui; Rugiero Mastrofrancisco, que frequentara uma escola de aprendizes de serralheiros na Itália, e que aqui abriu uma pequena fábrica de serralheria.

b) A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR MEIO DO FLORESCIMENTO DA INDÚSTRIA LOCAL

Existem muitos indícios que a participação de pequenos empreendedores possa ter um significado expressivo na cidade de São Carlos, a começar pela importância da monetarização da economia, isto porque, muitos dos ofícios e funções que antes estavam relegados às porteiras das fazendas, transferiram-se para o meio urbano. Truzzi (2000, p. 114) afirma que “ainda que São Carlos não contasse com tradições neste sentido tão longínquas, tal como em outras áreas coloniais, a adoção do trabalho livre significou um revigoramento profundo no meio urbano [...]”.

Neste contexto de monetarização da economia e revigoramento urbano, o surgimento das atividades industriais com a participação de imigrantes europeus se faz presente, já que muitos desses imigrantes carregavam consigo um conhecimento prévio de técnicas, atividades e atitudes que favoreceram, por vários caminhos, o florescimento da indústria. Sobre a questão da atitude, por exemplo, eles eram muito mais capazes de repelir às relações de caráter patrimonialistas; eram convenientes aos fazendeiros, comportando-se dessa maneira como assalariados típicos. Quanto às técnicas, estas enriqueceram muito os ofícios que aqui já existiam, pois muitos deles já traziam consigo uma experiência anterior, isso sem contar que ingressaram em um mercado consumidor, que até então era incipiente devido às raízes escravistas.

No caso de São Carlos não se pode descartar que o café também gerou investimentos diretos e indiretos importantes para o desenvolvimento industrial. Truzzi (2000, p. 118) destaca que em São Carlos a ferrovia, as máquinas de beneficiamento de café e a indústria têxtil, que surge para atender as necessidades de armazenamento do café, são frutos de capital oriundo do café. Contudo, mesmo nestes segmentos o próprio autor identifica que existiam outros investidores, e esses não estavam ligados diretamente ao capital cafeeiro “[...] Os latifundiários não foram os únicos a se interessarem pelas atividades de beneficiamento de café e de outros cereais. Em 1915, o maior estabelecimento comercial do gênero era o Engenho Vitória, de propriedade de Alexandre Masci, imigrante italiano [...]”.

No complemento do seu raciocínio, o autor observa que apesar de existir “a aplicação efetiva de recursos da oligarquia rural estabelecida em São Carlos em qualquer outro setor mais propriamente industrial é muito pouco significativa [...]” (2000, p. 118).

A falta de um maior interesse dos proprietários rurais abriu espaço para que os imigrantes pudessem se dedicar, primeiramente de forma artesanal, “[...] em se estabelecer com algum ofício atraído para a cidade pelo florescimento de um mercado urbano mais desenvolvido [...]” (TRUZZI, 2000, p. 119). Já a partir de 1894, o almanaque da cidade traz uma quantidade significativa de profissionais se dedicando a essas atividades artesanais, dos quais o imigrante surge como protagonista. Mas não é apenas em profissões de cunho artesanal que os imigrantes se destacaram; em pouco tempo eles já estavam presentes em pequenas fábricas, que produziam artigos para o consumo popular e produtos utilizados na agricultura.

Os artigos de consumo popular atendiam a três ramos: alimentação, mobília e vestuário; sua produção era feita por encomenda e possuíam um caráter familiar. Essa indústria, que muitos classificam como de fundo de quintal, tinha certo mercado garantido, pois se aproveitava de determinadas matérias-primas com boa disponibilidade, as quais por seu volume ou peso, acabavam tendo um valor que tornava desvantajosa sua importação.

Já os produtos utilizados na agricultura atendiam as necessidades dos fazendeiros de contar com rapidez e menor preço na sua obtenção. Um exemplo muito interessante, dentre as serrarias, uma em particular chama a atenção:

[...] A maior delas a Santa Rosa, fundada por um imigrante português, talvez fosse, por volta de 1915, o maior estabelecimento industrial de São Carlos. Além de fornecer madeiras aparelhadas para quaisquer construções nas fazendas ou na cidade, a serraria abastecia ainda as companhias de ferroviárias [...] para tal, dispunha de cerca de 100 peões que trabalhavam nos campos com as juntas e outros 60 operários internos na própria serraria [...]. (TRUZZI, 2000, p. 121).

O presente texto da dissertação contará ainda com um terceiro capítulo que procurará promover um debate sobre as questões ideológicas ligadas ao processo de formação de um empresariado industrial, que será aprofundado e melhor elaborado para a defesa.

CAPÍTULO 1 CAFEICULTORES E IMIGRANTES COMO HOMENS DE NEGÓCIOS NO INTERIOR PAULISTA

Este capítulo busca trabalhar a dimensão do imigrante como homem de negócios e/ou empreendedor, ou ainda agente econômico no interior paulista. Para tanto, tem como principal aporte teórico histórico a análise construída por Florestan Fernandes (2010) sobre o desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil, momento que coincide com a implantação, auge e decadência da lavoura cafeeira no oeste paulista (segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX). Outros autores como José de Souza Martins (1973), Fernando Henrique Cardoso (1969, 1972), Sallum Junior (1982), Agnaldo de Souza Barbosa (2006), João Manoel Cardoso de Mello (1982) e Osvaldo Truzzi (2000) serão utilizados para enriquecer o debate sobre a temática.

O surgimento e desenvolvimento de um empreendedorismo comercial e industrial no Brasil somente são possíveis se concebermos o termo “homem de negócios”, que não é restrito aos imigrantes; na verdade, foi primeiro associado por Fernandes (2010) aos cafeicultores. Mas, como veremos, nos casos aqui elencados, apesar de contribuírem para o desenvolvimento comercial e industrial, estes não constituíram uma regra geral ao grupo de fazendeiros do café. Já entre os imigrantes, muitos acabaram se destacando e contribuindo para o desenvolvimento econômico dentro de um perfil empreendedor.

José de Souza Martins, em sua obra *O cativo da terra* (2010, p. 223), ao abordar a questão do café e a gestação do empresário, também chama a atenção para a questão do que ele classifica como habilidade empresarial. Martins (2010, p.223) destaca que, apesar de toda a riqueza dessa temática, aos poucos ela foi se perdendo; frisa também que um dos poucos, senão o único, na sua perspectiva, que trabalhou essa linha foi Warren Dean (1971), que juntou duas linhas de interpretação: a da substituição das importações e da difusão da habilidade na gestão capitalista do capital.

A explanação pioneira sobre o assunto foi realizada, segundo Martins (2010), por Fernando Henrique Cardoso (1972), que tece, em seus estudos, considerações sobre o café e a indústria. No entanto, existe uma diferença entre a visão de Cardoso (1972) e Dean (1971): “[...] a principal diferença é a de que Cardoso analisa os fundamentos históricos e sociais, e as determinações históricas, da consciência empresarial relativa à industrialização [...]” (MARTINS, 2010, p. 223). Enquanto que Dean segue uma linha que valoriza de certa maneira uma ideia de difusão cultural.

Desse modo, torna-se importante perceber quais as influências e contribuições que o café trouxe para o desenvolvimento da indústria e o porquê do seu estudo, a partir do interior paulista.

Durante o século XIX, o movimento da cultura cafeeira deslocando-se para o Estado de São Paulo, principalmente para o seu interior, é um momento que coincide com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (MARTINS, 2010, p. 224). Uma das consequências dessa mudança foi que os fazendeiros passaram a vivenciar novas relações de produção: o trabalho estava agora vinculado como fator de lucratividade calculável do capital. Embora em São Paulo o café tenha, por este motivo, favorecido o desenvolvimento capitalista, em outros lugares, isso não ocorreu com a mesma rapidez.

Localidades como Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Franca, Taquaritinga e Rio Claro, esta última localidade estava à margem do que antes se classificava como boca do sertão; cresceram e se desenvolveram com a expansão cafeeira para o Oeste paulista.

O café trouxe, entre outros fatores, para o desenvolvimento destas regiões, elementos importantes: a urbanização, o imigrante e a ferrovia. Cada um deles contribuiu de maneira marcante para esse desenvolvimento, como veremos um pouco mais detalhadamente no texto.

Para termos ideia do desenvolvimento dessas regiões, a partir da expansão cafeeira, basta que observemos alguns dados fornecidos por Holloway (1984, p. 33). Segundo o autor, o número de municípios no estado de São Paulo “[...] cresceu de 46 em 1850, para 121 em 1886; 206 em 1920 e 216 em 1934 [...] das 140 novas unidades criadas naquele período (1886 – 1934), 118 o foram no planalto ocidental [...]”. O planalto ocidental citado pelo estudioso corresponde à região aqui trabalhada como boca do Sertão.

1.1 Revolução Burguesa, cafeicultores e imigrantes.

Ao se abordar a temática do imigrante como possível “homem de negócios” ou ainda como um “pré-burguês” no interior paulista, é crucial uma análise da obra *A revolução burguesa no Brasil* (2010), de Florestan Fernandes. Nela, o autor traça todo um caminho sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o qual fornece as bases necessárias para o surgimento da chamada “burguesia brasileira” e,

consequentemente, de seus homens de negócios.

Antes de falar propriamente da revolução burguesa, Florestan Fernandes (2010, p. 32) faz uma análise interessante sobre as visões que atestam para a existência ou não desta distinção no cenário brasileiro. Para Fernandes (2010, p.32), existem aqueles que afirmam a existência da noção de burguês e burguesia “[...] com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções socioeconômicas dos agentes que controlavam [...] o fluxo de suas atividades socioeconômicas [...]”. Na contramão existiam também aqueles que diziam que ambos não teriam existido no Brasil “[...] como se depreende de uma paisagem em que não aparece nem o castelo nem o Burgo [...]”.

Fernando Henrique Cardoso (1972, p. 45) segue esta mesma linha utilizada por Florestan, quando analisa o desenvolvimento do perfil dos empreendedores numa economia subdesenvolvida: “[...] não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas o empreendedor repita, simplesmente, a história dos homens que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico [...]”.

Os atores desta revolução burguesa no Brasil são vistos por Cardoso (1972, p. 48) como participantes de uma camada industrial que “[...] concretiza um modo de organização da produção cujas características essenciais estão definidas por um jogo complexo de determinações gerais e particulares [...]”. O que reforça um caráter fora dos padrões tradicionais na construção de um novo modelo capitalista e, com ele, de uma nova camada social: a dos empreendedores industriais, os quais poderiam, como propõe este estudo, partir de uma matriz ligada aos cafeicultores ou aos imigrantes.

Pensando, primeiramente, nas atividades agrárias, para mais tarde adentrarmos propriamente nas atividades industriais, é interessante percebermos os argumentos, tanto dos que defendem o senhor de engenho, como um precursor do empresário moderno, como daqueles que refutam essa teoria.

Para os críticos, o senhor de engenho não poderia se encaixar dentro deste perfil, pois, “[...] ele ocupa uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não poderia ser o antecessor do empresário moderno [...]” (FERNANDES, 2010, p. 32). Dentro desta perspectiva, é interessante que mesmo o excedente gerado pela produção, não é visto como “lucro”, na verdade ela constituía a parte que lhe cabia no circuito global, o qual era resultado dos acordos do pacto colonial.

Fernandes (2010, p.34) promove uma crítica interessante desta visão. Para ele a análise comparativa não cabe no cenário brasileiro, afinal não tivemos aqui um modelo

feudal, ou a formação e caracterização de um burgo nos moldes europeus, assim como o burguês nas primeiras relações mestre *versus* artesão: “[...] o burguês, já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal, inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...]”.

Esses dois modelos de burguês por ele destacados, permaneciam sufocados com o modelo colonial, pois encontravam entraves no escravismo, na dependência da grande lavoura colonial e no estatuto colonial; mesmo assim é interessante notar que o autor diz “sufocadas” e não excluídas ou inexistentes. Ainda destaca que foi com a independência, que a expansão burguesa ganhou condições para sua expansão, contribui para isto o fim do estatuto colonial (pacto colonial).

Para Fernando Henrique Cardoso (1969, p. 188) existe fundamento na perspectiva que considera o surgimento de um processo capitalista durante o período cafeeiro, para ele antes de existir como empresário industrial “[...] o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial [...]”.

Ao defender que existiam condições para se pensar em uma “revolução burguesa” no Brasil, Fernandes (2010, p.38) ainda deparava-se com a necessidade de esmiuçar este processo. Para o autor, ela não constitui um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural, pois “[...] se pode reproduzir de modos variáveis dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social [...]” (FERNANDES, 2010, p.38). Tal característica pode torna-se mais nítida quando Florestan analisa o estatuto colonial e as mudanças que sua extinção possibilita. No estatuto colonial, ou pacto colonial, as decisões políticas, sociais e econômicas estavam diretamente ligadas aos interesses metropolitanos, ou seja, operavam de fora para dentro da sociedade colonial.

O fim do estatuto colonial significou ganhos para os senhores rurais. Primeiramente, transformaram-se em senhores cidadãos e, nesta perspectiva, suas possibilidades de poder já não eram mais restritas ao domínio senhorial. Além disso, os privilégios sociais que desfrutavam colaboraram para a criação de uma fonte de solidariedade social, que permitiam vantagens nas associações políticas. Assim, o liberalismo ganhou espaço como um fator que garantia os privilégios sociais.

Sobre a utilização do liberalismo pelos senhores, Fernandes (2010, p. 70) faz uma análise que demonstra que este era utilizado de uma maneira peculiar, o que gerava certo

antagonismo “[...] as motivações ideológicas do liberalismo eram primariamente econômicas e apenas implicitamente políticas [...] As motivações utópicas do liberalismo, ao inverso, eram diretamente políticas e só secundariamente econômicas [...]”.

A independência contribuiu para que antigos padrões fossem alterados ou moldados para atender as necessidades das elites agrárias: “[...] os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizar a partir deles [...]” (FERNANDES, 2010, p. 83). Ou seja, se antes com o *status* colonial os senhores eram figuras secundárias, seus interesses estavam subordinados aos interesses metropolitanos; com a independência, eles ganham um papel de destaque, passando a controlar os rumos econômicos. Neste cenário, as relações comerciais ganham mais espaço e os senhores passam a experimentar novas possibilidades.

[...] a reorganização interna do fluxo da renda introduziu o elemento competitivo nas relações econômicas dos ‘Senhores rurais’, entre si ou com outros agentes econômicos. A partir do momento em que eles podiam inserir-se e participar diretamente das diferentes fases internalizáveis da comercialização de produtos exportados, eles se liberavam da expropriação colonial, mas convertiam-se, automaticamente, em puros agentes de transações comerciais [...] (FERNANDES, 2010, p. 91).

É evidente que o processo não ocorreu de forma abrupta. As idas e vindas, os avanços e retrocessos fizeram parte de sua constituição. Fernandes (2010, p. 106) inclusive aponta que as mudanças econômicas contaram com transformações de ordem cultural; este processo fica claro quando ele afirma que “[...] Só com o tempo, graças à expansão do mercado interno e ao aparecimento de condições favoráveis [...], o ‘espírito burguês’ se libertaria dessas malhas negativas, compostas pelas várias ramificações internas do capitalismo comercial [...]”.

Fernandes (2010, p. 128) destaca duas figuras importantes dentro desse processo: o fazendeiro de café e o imigrante. O fazendeiro de café surge como o próprio autor define “[...] uma variante típica do antigo senhor rural [...]”, com uma interessante perspectiva: a de “[...] dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status* senhorial [...]”. Quanto ao imigrante, este procurava “[...] a riqueza em si e por si mesma [...]”. Os dois possuem muitas diferenças, mas algo em comum: perceberam que existia uma transformação econômica em curso, fruto da ruptura com a antiga ordem senhorial. Nesse cenário, o fazendeiro aceitou e identificou-se com a dimensão burguesa que se

apresentava; já o imigrante, como bem assinala o autor, como estava fora do contexto do tradicionalismo, acaba sendo impelido ao processo por interesses de teor espoliativo, extorsivo ou especulativo.

Inicialmente, os fazendeiros ainda estavam presos às concepções dos antigos senhores rurais. No entanto, o mercado externo forçou que a classe reconsiderasse seus investimentos na grande lavoura, as bases materiais (escravismo) e sociais (patrimonialismo), já que não conseguiam sustentar seus padrões de vida. No final do século XIX, passaram a “[...] repudiar o próprio *status* senhorial, para salvar-se, através do ‘elemento burguês’ [...]” (FERNANDES, 2010, p. 130)”. Interessante ressaltar que este processo era inevitável; aos fazendeiros que se negaram a seguir por ele, e mantiveram-se fiéis aos antigos modelos acabaram por facilitar sua ruína.

É o caso dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba, que se recusavam a perceber, por exemplo, o esgotamento das relações escravistas na produção, apesar de as velhas fazendas de café do Vale ainda produzirem lucros, tanto elas como o açúcar do Nordeste “[...] eram explorados nos moldes dos latifúndios escravocratas [...] possuíam, contudo, muitas características que, segundo suponho, impediam o pleno desenvolvimento de formas propriamente capitalistas de produção [...]” (CARDOSO, 1969, p. 189).

A situação desses fazendeiros poderia ser resumida da seguinte maneira: “[...] O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta [...]” (FERNANDES, 2010, p. 133).

Em contrapartida, alguns fazendeiros do Oeste paulista davam sinais de que a modificação no trato com a produção se fazia necessária. Tanto que muitos deles já adotavam, em suas propriedades, uma mescla de trabalhadores livres com trabalhadores escravos, além de investirem no aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, modernização de transportes e separação do lar senhorial com a unidade de produção. Fernandes (2010, p. 136) identifica que dentre todas as transformações, do ponto de vista econômico, que estavam ocorrendo, uma em particular chamava mais a atenção: o estipêndio do *status* senhorial, que deixaria de ser retirado do excedente da grande lavoura “[...] outras fontes de renda, vinculadas ao setor urbano, passaram a contribuir para o financiamento dos diversos desdobramentos econômicos, sociais e principalmente políticos [...]”.

A importância das fazendas do Oeste Paulista também é reconhecida na análise de Cardoso (1969, p. 189) “[...] Nelas ou graças a elas realizaram-se historicamente as condições básicas que antecedem o desenvolvimento industrial capitalista [...]”.

Fernandes (2010, p.136) assinala ainda que a própria fazenda sofrera uma importante transformação quanto a sua finalidade para os fazendeiros: “[...] a fazenda, para ele, não é fonte de *status*, mas de riqueza. Devia dar lucro acima de tudo. Nesse caso, ele não se sujeitava ao estilo de vida isolado e circunscrito do antigo “barão do café” que morava na sede da fazenda [...]”. É claro que essa realidade não era totalmente compartilhada por todos os fazendeiros do café, mas, à medida que as relações econômicas tornavam-se mais dinâmicas, os cafeicultores que obtiveram maior êxito econômico estavam mais próximos deste perfil de homens de negócios, como bem ilustra o autor “[...] todavia, esse pequeno número deu colorido e intensidade aos homens que construíram os alicerces da economia moderna no Brasil [...]” (2010, p. 138).

Fernandes (2010, p. 139) distingue dois tipos de personalidade presentes nos fazendeiros de café: “coronéis” ou “homens de negócios”. Como coronel, “[...] já era o antípoda do senhor agrário. Afirmava-se como este, através do poder político gerado por sua situação econômica. No entanto, despojado do domínio [...] ele se via privado das compensações, da segurança e da autoridade do status senhorial [...]”. Nosso maior interesse está no outro tipo de personalidade que se forma, a do fazendeiro como “homem de negócios”, que destacamos a seguir.

Dentro do perfil de homens de negócios, os fazendeiros de café assumiram uma postura diferente: passaram a ocupar-se menos com os problemas financeiros e comerciais da fazenda. Para tanto, delegaram essa incumbência para subalternos e somente envolviam-se com essas questões em momentos críticos; “[...] portanto, ele [fazendeiro] encaixava a fazenda na conexão econômica a que ela devia pertencer depois que ela evoluíra para o modelo de plantação comercial típica em regime de trabalho livre [...]” (FERNANDES, 2010, p. 141). Vale destacar ainda que, neste novo perfil, o cafeicultor assumia uma posição estratégica, em que o excedente ganho com a lavoura não se destinava apenas a ser aplicado nela (lavoura), mas também fora dela.

Cardoso (1969, p. 191) complementa bem a análise de Fernandes (2010) ao descrever este novo tipo de fazendeiro.

O fazendeiro de café, nestas condições tornava-se um empreendedor capitalista. Absenteísta, passou a gerir a propriedade rural através de administradores e capatazes, ocupando-se mais com a aplicação e o rendimento do capital do que com a administração direta do trabalho. Habitante da cidade, possuía a mente mais aberta às inovações tecnológicas e ao espírito de racionalização da empresa do que seus antecessores e, muitas vezes, antepassados, do período cafeeiro do Vale

do Paraíba

Da mesma forma como Fernandes e Cardoso, Sallum Junior (1982, p.246) também cita as modificações e o crescimento das funções dentro das fazendas de café. Para o autor, à medida que aumentava a massa do capital produtivo “[...] as funções diretivas do capital eram delegadas pelo fazendeiro a trabalhadores assalariados, concentrando-se ele nas funções do capital, não vinculadas ao processo de produção imediata [...]”.

Os cafeicultores carregavam consigo, pensando nessa nova perspectiva, uma mescla do novo, representado pelo fato de serem “homens de negócios”, e do tradicional, pois mantinham sua posição de proprietários rurais. Fernandes (2010, p. 142) identifica que esse momento “[...] infundia certa dignidade e grandeza às suas funções de ‘homens de negócios’, pois sendo também fazendeiro, ele não era um ‘homem de negócios’ qualquer: tinha atrás de si a auréola, real ou imaginária, da ‘tradição de família’ [...]”. É importante dizer ainda que seria este tipo de proprietário rural que esteve presente na implantação do regime republicano, ele foi “[...] o principal agente humano ‘ativo’ da Revolução burguesa. Ele lhe conferiu o parco e fluído sentido político que esta teve, ao optar pela república e pela liberal democracia [...]”.

Para Cardoso (1969, p. 190) a contribuição destes “novos agentes” da economia ganha impulso, sobretudo, com a abolição da escravatura “[...] A nova fazenda de café do Oeste Paulista, ao contrário, ganhou impulso no período de declínio da escravatura, cujo golpe decisivo havia sido desferido pela proibição do tráfico negreiro em 1850 [...]”. O fazendeiro paulista passa então a importar mão-de-obra livre, alguns chegam inclusive a engrossar o quadro de abolicionistas, desta maneira “[...] Perdia sua condição de senhor para tornar-se um empresário capitalista [...]”.

João Manuel Cardoso de Mello (1998, p. 99) avança ainda mais ao interpretar que “[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial [...] o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador [...] quanto em seu segmento urbano [...]”.

O fazendeiro “homem de negócio” reveste-se, como relata Fernandes (2010, p. 144), de uma “mentalidade econômica tipicamente racional”. Mentalidade essa que contribuiu para modificar os fatores que configuravam a estrutura da situação de mercado e “[...] o ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos [...] mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as

primeiras medidas de ‘defesa do café [...]’ (2010, p. 145-146).

Na esteira do pensamento crítico de Fernandes, Martins (2010, p.215) classifica as mudanças como “transformações das seções bancárias”. Em sua visão, o desempenho do papel bancário, nas últimas décadas do século XIX, coube a comerciantes e fazendeiros abonados. Ainda ressalta que não podemos esquecer de que as casas comissárias de café tinham essa função, o que se comprova pelo número considerável de capitalistas que apareciam nos almanaques paulistas do século XIX, e que não deveriam ser deixados de lado. O autor também chama atenção para o fato de que o surgimento destas instituições de crédito com o nome de banco, não poderiam ser classificadas como o início do sistema de crédito, mas sim como parte de seu desenvolvimento (MARTINS, 2010, p. 215).

Esse desenvolvimento pode ser notado por meio das análises que Martins (2010, p.225) faz acerca da experiência que esse grupo (de comerciantes e fazendeiros) herda ao dedicar-se às atividades bancárias. Tal prática habilitou-os a descobrir que a rentabilidade real do capital decorria do uso do capital pelo capital. A utilização capitalista do capital, na visão de Martins (2010, p.225), estava em uma dimensão maior do que apenas emprestar dinheiro a juros “[...] numa certa medida, isso teria permitido o aparecimento de uma atividade empresarial ‘pura’ [...]”.

Outro ponto que chama atenção está relacionado ao investimento que alguns cafeicultores realizam nas atividades industriais, segundo Mello (1982, p. 99) o final do século XIX marca boa parte dos investimentos nesta área “[...] ocorreu que entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem [...] uma taxa de rentabilidade esperada positiva [...]”.

Para Mello (1982, p. 101) o complexo cafeeiro foi responsável por um processo de acumulação de capital-dinheiro “[...] que se transformou em capital industrial e criou condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade de importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais [...]”.

Outra contribuição realizada pelos fazendeiros de café seria a mão-de-obra livre, e não apenas aquela destinada ao trabalho rural, segundo Mello (1982, p. 101) “[...] a existência de trabalhadores livres a disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador [...]”.

Percebe-se assim que o novo tipo de fazendeiro, com perfil de “homem de

negócios”, não fica subordinado a ações que antes vinham do governo, como no período colonial, agora ele possuía uma maior participação nas decisões políticas e econômicas.

Antes de adentrarmos para a questão dos imigrantes, dentro deste processo de “empreendedores” no decorrer de uma revolução burguesa, vale ressaltar que apesar de reconhecer a existência dessa revolução, alguns autores questionam o período inicial desse processo. É o caso daqueles que identificam a revolução burguesa situada a partir da crise de 1929.

José de Souza Martins (2010, p.210) faz uma observação muito interessante sobre esse argumento. Reconhece que a ruralização e os interesses agrícolas prevalecem, pois durante a “República Velha” o governo e suas ações se fazem dependentes dos interesses dos cafeicultores. Apesar disso, Martins considera essa tendência (de forte vínculo do governo a elite cafeeira) simplista, pois situa o processo que leva a revolução burguesa iniciando-se a partir de 1929, com o enfraquecimento dos cafeicultores:

Os autores desta tendência de compreensão do tema forçam o uso, descabido, de um esquema interpretativo que toma a crise de 1929 como divisora numa suposta e equivocada, porque simplista, passagem de pré capitalismo a capitalismo, e a Revolução de Outubro de 1930 como se fosse a revolução burguesa de que o Brasil carecia para libertar-se de seus supostos bloqueios feudais. (MARTINS, 2010, p. 210)

A análise de Martins é reforçada pelo trabalho de Castro (1969), citado em obra de João Manuel Cardoso de Mello (1998, p. 90), o qual destaca que “[...] a crise de 1929 não significa, em absoluto o início da industrialização, mas sim sua aceleração [...]”.

Avançando ainda mais para estas questões relativas crise de 1929, englobando também as desvalorizações das taxas de cambio e as guerras mundiais, Cardoso (1969, p. 195), considera que estas condições econômicas tiveram contribuição no processo de industrialização, mas não são suficientes para explicar este processo no Brasil “[...] O quadro explicativo mais amplo só se completa quando se considera que anteriormente a economia brasileira sofrera modificações que diziam respeito ao próprio regime social de produção [...]”.

Passando para a perspectiva do imigrante, como homem de negócios, cabe ressaltar que o próprio Florestan Fernandes (2010, p. 153) identifica certa dificuldade em abordá-la, devido à grande diversificação das correntes migratórias e dos fatos que envolvem sua incorporação às economias internas. No entanto, para nosso processo investigativo, nesta dissertação, serão abordados certos elementos da situação dos

imigrantes presentes na “[...] realização de suas carreiras ou nas influências construtivas que exerceram, seja para eliminar e aperfeiçoar, seja para substituir certos padrões obsoletos de vida econômica [...]”. De imediato, a presença do imigrante já representou um avanço na esfera capitalista comercial e financeira, gerando reflexos principalmente no mercado interno.

A presença do trabalhador europeu não representou apenas a substituição do antigo modelo de trabalho escravo, pelo de trabalho livre. Lógico que, com a introdução em larga escala do trabalho livre, o mercado interno sofreu uma conseqüente expansão; todavia, o imigrante não ficou restrito apenas a ser mais um braço para as lavouras, muitos acabaram constituindo-se em “homens de negócios”. Sendo que a própria visão do estrangeiro de modo geral “[...] fazia parte da sua perspectiva e do seu cálculo econômico acumular riqueza em forma monetária. Considerações de *status* possuíam para ele escassa significação [...]” (FERNANDES, 2010, p. 156).

Participar dos caminhos que levavam à acumulação de capital não foi uma tarefa das mais fáceis, naturalmente que os imigrantes percorreram as trilhas mais duras e penosas. No entanto, o que poderia se constituir em barreira para sua inserção neste quadro, pelo fato de serem relegados pelos membros das elites senhoriais, representou um benefício a eles. Poderiam, pois, fechar-se em pequenos grupos, que acabavam por abster-se de interagir moralmente com os costumes e os valores da nova sociedade: “[...] liberdade para atingir seus fins, rompendo com o código ético a que teria que responder em sua sociedade nacional e não respondendo ao código ético das camadas senhoriais da sociedade brasileira [...]” (FERNANDES, 2010, p. 158).

Ao longo dos anos, alguns imigrantes conseguiram participar mais ativamente da vida econômica. Contribui para isso a capacidade dessa nova classe de “[...] explorar as oportunidades econômicas abertas pela mobilidade horizontal e vertical, com tamanha versatilidade ocupacional ou econômica [...]” (FERNANDES, 2010, p. 160). Fernandes chama atenção também para o fato de que, apesar de ainda estar longe do topo, o imigrante já se configurava como um agente econômico da concentração de capital comercial e, aos poucos, ia assumindo os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado, que passava por um período de consolidação.

Mesmo nas fazendas os imigrantes conseguiram aos poucos algumas conquistas importantes, como a produção de produtos de subsistências; com o tempo esta produção passou a gerar até algum excedente “[...] este excedente era vendido nos núcleos urbanos, aumentando, pois, a capacidade de consumo do imigrante [...]” com o tempo alguns

imigrantes aumentavam “[...] suas possibilidades de escapar da vida agrícola graças as economias acumuladas, que podiam, então, ser invertidas em pequenos negócios nas vilas e cidades [...]” (CARDOSO, 1969, p. 192).

Cardoso (1972, p.49) afirma que esse período de consolidação também está inserido dentro do processo que leva à formação da ordem industrial-capitalista no Brasil. Fase que contribuiu para a constituição da camada empresarial, segundo o autor: “[...] tentamos compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mercado e sociedade [...]”.

Além do mais, o imigrante conhecia as possibilidades do mercado interno, quais as áreas que poderiam ser atacadas segundo um novo estilo. Para tanto, mobilizou capitais e promoveu arranjos comerciais, além de “[...] introduzir, na comercialização de produtos agropecuários, destinados ao consumo ou à produção industrial, técnicas empregadas na Europa, onde o capital comercial procedeu à concentração da produção artesanal [...]” (FERNANDES, 2010, p. 161). Enveredar pelo ramo industrial seria um salto muito grande, mas, diante da perspectiva apresentada e amparados pelo crédito e confiança, os imigrantes puderam trilhar por esse caminho.

Fernandes (2010, p. 161) confere uma importância muito grande aos feitos obtidos pelos imigrantes neste período de desbravamento da economia. Para ele, o imigrante tornou-se o principal agente econômico, que contribuiu para a substituição do modelo que privilegiava as importações. Foi um agente privilegiado nas fases iniciais da concentração industrial, sendo inclusive considerado como um “herói da industrialização”, que segundo Fernandes (2010, p.161) representou um marco na transformação estrutural que “[...] tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil [...]”.

O imigrante conseguiu tirar proveito de situações, como por exemplo, a instalação de casas bancárias e agências financeiras estrangeiras; embora enfrentasse certas dificuldades, principalmente pelo perfil de acumulação ainda alicerçado em um tipo estamental de capital, em que se vê a circulação de renda, vinculada a uma sociedade senhorial.

Assim como dos fazendeiros que adotavam o estilo de “homens de negócios”, Fernandes (2010, p. 162) assinala a importância desta ligação relacionada ao trabalhador estrangeiro: “[...] o imigrante concentrou sua ação econômica em áreas que eram vitais para o aparecimento ou fortalecimento das referidas conexões [...]”. O que, de certo modo, contribuiu ainda para expandir e diferenciar a rede de estabelecimentos comerciais

e para fortalecer as relações de comercialização e produção interna.

As pretensões dos imigrantes dentro desse processo, segundo Fernandes (2010, p. 166) assumem um caráter de tendências imediatistas. Ao tratar novamente o imigrante como “o principal agente econômico” do processo de formação e expansão do novo regime, observa que essa nova classe não tinha razões emocionais, materiais e morais que a impelisse a projetos econômicos de longa duração. Fernandes (2010, p.167) também realiza uma ressalva para essa perspectiva: afirma que apesar de se preocuparem com o futuro, os imigrantes tiveram que lutar contra a lógica estabelecida dentro daquele sistema de mercado ainda com traços senhoriais. Tal ação exigia que ele (imigrante) se afastasse dos elementos reguladores da ética capitalista, o que o obrigava a posturas e ações de caráter imediatista (FERNANDES, 2010, p. 167).

Convém ressaltar que o caminho que o imigrante percorreu para alcançar este posto de agente privilegiado da economia, foi alcançado a partir do preenchimento de três papéis construtivos da economia monetária:

[...] primeiro coube-lhe uma função primordial para a constituição de uma economia capitalista: a de constituir o agente original do trabalho livre [...] segundo malgrado sua condição de inicial de equivalente humano do escravo, o imigrante logo se erigiu no único elemento que possuía expressão monetária e poder aquisitivo real [...] terceiro, o imigrante tanto concorreu para intensificar o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro, quanto ocupou uma posição central na canalização socialmente construtiva de suas influências dinâmicas, que faziam pressão sobre a diferenciação e a intensificação da produção destinada ao consumo interno [...] (FERNANDES, 2010, p. 169).

Alguns fatores que poderiam ajudar a entender o impacto da imigração sobre a expansão interna do capitalismo são levantados por Fernandes (2010, p. 170). Num primeiro momento, o autor discorre sobre a questão da tradição cultural, alertando que tal fato poderia se constituir como fonte de bloqueio à ação econômica e racional do imigrante; todavia nem sempre provinham de áreas em que o capitalismo comercial e industrial estavam intensamente desenvolvidos. Na verdade, a intenção de imigrar estava atrelada às insatisfações econômicas e sociais; seu papel passa então a ser muito interessante, pois se tornam agentes do processo de transformação de uma “ordem tradicional” para uma “ordem capitalista”. Tal processo viria a ocorrer em suas comunidades de origem, mas acabam integrando-o em solo brasileiro.

Em segundo lugar, Fernandes (2010, p. 171) identifica as questões de adaptação

em que o cenário que o imigrante vivencia de desagregação da ordem escravocrata e senhorial não estavam relacionados a fatores psicológicos, mas sim a fatores psicossociais. Nesse cenário de mudança, o estrangeiro soube se aproveitar das oportunidades econômicas emergentes (alteração dos padrões de consumo, diferenciação do comércio e aumento do mercado interno).

Por último, Fernandes (2010, p. 172-173) sinaliza para a emergência dos imigrantes constituírem papéis econômicos novos e promoverem certos ajustamentos sociais. Eles não podiam competir com os senhores agrários ou com os fazendeiros (tanto “coronéis” como “homens de negócios”); contudo, possuíam um papel decisivo nesta nova ordem e cada vez mais o mercado interno e externo exigia a criação de novos papéis. O surgimento dos novos atores, que atendiam pelo nome de empreendedores, é importante também pelo local de atuação: a nascente indústria brasileira.

Para Cardoso (1972, p. 50), no entanto, não bastava perceber o processo de industrialização apenas dos ângulos sociológico e econômico. Era preciso que esses fossem completados por meio de uma análise que destacasse as características sociais da camada social empresarial brasileira, “[...] uma vez que a industrialização se processou em termos do sistema capitalista de organização econômica, no qual os empreendedores exercem parte do impulso dinâmico no sistema produtivo [...]” (CARDOSO, 1972, p.50).

A importância desse novo cenário que nasce pode ser percebido quando Cardoso (1972, p. 60) frisa que o processo de industrialização é o responsável pela transformação das antigas culturas, que segundo ele são afetadas em cinco setores fundamentais: sistema familiar, estrutura de classe e raça, valorizações éticas e religiosas, ordenação jurídica e conceito de Estado-Nação.

Voltando na figura do imigrante como homem de negócios, José de Souza Martins (2010, p.252) caracteriza que é a partir de 1890 que o trabalhador estrangeiro, principalmente o imigrante italiano, adentrou para o mundo dos grandes negócios; período que coincide com a entrada mais numerosa de imigrantes no país. Martins destaca ainda a presença desses imigrantes, neste primeiro momento, como ligados à atividades comerciais e bancárias:

[...] entre 1891 e 1905 foram registrados na junta comercial de São Paulo 42 novos bancos constituídos no período [...] desses novos bancos, 22 eram de propriedade de imigrantes italianos radicados no Brasil. Entre 1899 e 1905 foram fundados 23 novos bancos, dos quais 22 eram os referidos bancos de imigrantes italianos. Além disso, havia acionistas italianos em pelo menos três bancos de maioria brasileira,

dois dos quais poderosos estabelecimentos de famílias tradicionais de São Paulo (MARTINS, 2010, p. 252).

O início do século XX é apontado por Martins (2010, p.254) como o momento de crescimento do imigrante como industrial. Fato que se confirma por neste período já existir em São Paulo 36 indústrias de imigrantes italianos na cidade, sendo a maioria na capital, onde praticamente imperava o padrão de organização da grande indústria. Essas indústrias reuniam em seus quadros mais de 3.500 operários; isso sem contar as pequenas oficinas de trabalhos, pequenas e médias fábricas e essas mesmas indústrias e oficinas que pertenciam a outros imigrantes.

1.2 Ascensão dos imigrantes no interior paulista

Os primeiros incentivos, para o desenvolvimento dos principais centros cafeicultores do Oeste paulista, foram realizadas por iniciativa de alguns grupos de fazendeiros do café. Tal fato vai ao encontro dos argumentos propostos por Florestan Fernandes (2010), sobre o desenvolvimento inicial da Revolução Burguesa no Brasil. Para termos uma visão mais geral dessa ação, basta que observemos o trabalho de Holloway (1984, p.39), em que o autor aborda, por exemplo, o esforço dos cafeicultores na construção de um trecho de quatrocentos quilômetros que facilitariam o escoamento do café no trajeto compreendido entre Ribeirão Preto e Santos: “[...] A estrada de ferro mogiana, organizada e financiada por fazendeiros da área, começou a ser construída em Campinas, em 1874, e alcançou Ribeirão Preto uma década mais tarde [...]”.

Vale ressaltar ainda que tal esforço para dinamizar o escoamento da produção, tinha uma forte motivação econômica, a qual estava em diminuir o tempo e os gastos, que eram mutuamente mais elevados com as tropas de mulas. Desse modo, a ferrovia representou não apenas a modernização, mas o desbravamento de regiões pouco aproveitadas do interior paulista, como é o caso da região de Araraquara, que em 1895 teve o início da construção de sua estrada de ferro (conhecida como Araraquarense).

Assim, a região expandiu-se: “[...] possuía apenas três municípios em 1886, mas o número cresceu para 24 em 1920 e 36 em 1934. A Araraquarense incluiu novas áreas de desenvolvimento, tanto na década de 1920 como mais tarde [...]” (HOLLOWAY, 1984, p. 41). A ferrovia servia aos interesses de dinamizar a produção do café, diminuindo perdas

e tempo de transporte, mas não ficou restrita a isso, ela também promovia o transporte de pessoas e de outros bens; além do desbravamento de novas áreas, ou seja, acabou se tornando um importante instrumento de desenvolvimento.

Outra importante realização dos cafeicultores foi o desenvolvimento dos núcleos urbanos “[...] numa economia deste tipo é fácil de compreender que os núcleos urbanos passavam a exercer funções econômicas importantes [...] toda a distribuição das mercadorias necessárias ao consumo das fazendas faziam-se através das cidades [...]” (CARDOSO, 1969, p. 192).

Torna-se, portanto evidente que as novas condições de exploração do café colaboraram tanto para a utilização da mão-de-obra livre, quanto para um maior desenvolvimento do mercado consumidor, ou seja, “[...] instigaram nos mais audazes dentre os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa [...]” (CARDOSO, 1969, p. 193).

Infelizmente, grande parte dos cafeicultores possuíam uma visão comercial muito restrita e, mesmo aqueles que pertenciam aos grupos mais inovadores acabavam muitas vezes retrocedendo em algumas concepções e políticas. É o caso da visão que tinham em relação aos imigrantes. Para os fazendeiros do café, os trabalhadores estrangeiros nada mais eram - como bem frisou Holloway (1984) - “braços para o café”; tal fato pode ser claramente percebido quando observamos a posição do governo e dos cafeicultores em relação à política imigratória: “[...] Os fazendeiros e o governo consideravam o trabalho na indústria, comércio e outros serviços, e mesmo ocupações agrícolas que não a produção do café, prejudiciais ao objetivo básico [...]” (1984, p. 61).

O despreparo de muitos cafeicultores com a nova ordem, onde o trabalho livre do imigrante predominava, evidenciava ainda mais a falta de preparo que muitos fazendeiros tinham em administrar uma nova realidade econômica. Holloway (1984, p.62) mostra um claro exemplo disso no fato de que eles (cafeicultores) não tinham muita noção de como remunerar os imigrantes, e de quanto estes estariam dispostos a assumir nos riscos de produção. Políticas e práticas como as do colonato, parceria, armazém e “caderneta” de gastos, são apenas alguns exemplos de mecanismos que ainda estavam afastados do modelo assalariado.

As dificuldades de ajustamento na relação entre fazendeiros e imigrantes também são destacadas por Sallum Junior (1982, p. 78). Existia, segundo o autor, uma dificuldade de os fazendeiros perceberem que agora lidavam com trabalhadores, que pelo menos no

plano jurídico, seriam seus iguais “[...] Os regulamentos das fazendas eram extremamente reveladores desse desajustamento [...] neles se materializavam características da sociedade brasileira da época, pouco compatíveis com a liberdade [...]” (SALLUM JÚNIOR, 1982, p.78).

A estrutura legal da época também é ressaltada por Sallum Junior (1982, p. 79) como adequada aos interesses dos cafeicultores. Vigorava na época (2ª metade do século XIX), uma legislação denominada de Ordenações Filipinas, que qualificava os imigrantes como “sócios” dos fazendeiros. Na verdade, o interesse desta “sociedade” estava no fato de que desse modo os fazendeiros poderiam “[...] legalmente, obrigar os parceiros recalcitrantes a cumprir os contratos e os regulamentos sobre pena de prisão, inclusive com trabalhos forçados [...]”.

As dificuldades que ocorriam, em virtude do endividamento dos imigrantes, foram resolvidas definitivamente a partir de 1884, quando o governo paulista toma as rédeas e passa ele a subsidiar totalmente a imigração. Sallum Junior (1982, p. 90) aponta que tal decisão acaba por ser fundamental, não apenas para os imigrantes, mas para os próprios fazendeiros do Oeste paulista, que necessitavam de trabalhadores em larga escala para os cafezais.

Com o tempo, graças a sua luta e favorecidos por políticas como as do governo paulista, os imigrantes foram vencendo tais barreiras e passaram a ocupar papéis de destaque no desenvolvimento econômico do Oeste paulista. Como bem frisou Florestan Fernandes (2010), eles representaram um importante marco no desenvolvimento da Revolução Burguesa, seja na cidade, ou no campo, passaram a ter um papel de destaque. Holloway (1984, p. 212) afirma que no campo “[...] alguns estrangeiros residentes, bem sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém, muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendas operadas por trabalho familiar começaram provavelmente como colonos [...]”.

São exemplos de imigrantes que obtiveram grande sucesso como proprietários rurais: Francisco Schmidt, Geremia Lunardelli e Miguel Rinaldi. Holloway (1984) destaca que os dois primeiros casos são excepcionais, chegando a receber inclusive o título de Barões do café, fugindo inclusive às características presentes nos demais casos de imigrantes bem sucedidos com propriedades rurais. A região que mais se destacou neste quesito foi a zona Araraquarense; era a região que mais tinha fazendas em propriedade de italianos no estado de São Paulo. Os dados sobre a ocupação de propriedades rurais por imigrantes, principalmente na região de Araraquara

impressionam:

[...] Em trinta e sete, dos noventa e sete municípios do planalto ocidental, os imigrantes eram donos de 30 por cento ou mais das propriedades rurais enumeradas em 1905. Em cinco municípios, os proprietários estrangeiros estavam em maioria, com 50 por cento ou mais de todas as propriedades. O caso mais extremo de penetração estrangeira foi o município de Taquaritinga, localizado a noroeste de Araraquara, no que ainda era uma área de fronteira, em 1905. Do total de 352 propriedades rurais em Taquaritinga, 171 (49 por cento) pertenciam a italianos [...] Taquaritinga era uma área de pequenas propriedades, em mãos de italianos por excelência [...] (HOLLOWAY, 1984, p. 228).

Nos anos que se seguiram o aumento das propriedades rurais em mãos de imigrantes cresceu consideravelmente. A taxa de crescimento, por exemplo, entre os grupos de origem italiana, portuguesa e espanhola, eram superiores a 100 por cento, segundo dados de Holloway (1984, p. 229).

E foi nas fazendas, graças à participação dos imigrantes, que o processo de transformação teve grande impulso. Segundo Dean (1977, p. 154-155) a modificação do sistema de trabalho nas fazendas ocasionou uma diversificação na economia do Estado. A demanda de consumidores aumentava, e uma maior variedade de produtos se fazia necessária, as importações já não davam conta de sustentar esse crescente mercado; é neste ponto que muitos “[...] imigrantes abandonaram o trabalho agrícola e se dedicaram a ofícios. Pequenas indústrias se multiplicaram no interior de São Paulo [...]”. O autor (DEAN, 1977, p.155) destaca como exemplo a cidade de Rio Claro, que se industrializou notavelmente, contribuindo entre outros fatores o favorecimento que sua posição ferroviária lhe conferia.

Voltando nossa atenção para o meio urbano, a inserção do imigrante como importante agente no desenvolvimento econômico encontra ainda mais subsídios que merecem nossa atenção. Dean (1971, p. 58) fornece uma interessante visão sobre a inserção do imigrante como comerciante no meio urbano: “[...] A razão mais óbvia da preponderância de imigrantes no comércio, muito embora explique a propensão deles para a manufatura, é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida [...]”.

Outros fatores que contribuíram para a inserção ainda maior de imigrantes como futuros homens de negócios foram as redes de relacionamento entre eles. Assim, aqueles que já estavam inseridos como homens bem sucedidos: “[...] os empresários tendiam a

contratar ou ajudar pessoas oriundas de seus próprios países ou até vindos das mesmas cidades da Europa [...]” (DEAN, 1971, p. 61). As companhias europeias também viam nos imigrantes importantes instrumentos para o desenvolvimento das suas firmas. Desse modo, uma rede de confiança parecia legitimar esse apoio que conferiam a eles, sendo que “[...] alguns treinados pelas próprias companhias, passaram a vendedores ou técnicos, outros tinham tido contatos comerciais ou sociais anteriores. Considerações políticas, quando não sentimentos nacionalistas, aconselhavam o emprego de compatriotas [...]” (1971 p. 64-65).

Mesmo o caso de um dos maiores imigrantes-empresários, o do futuro Conde Francisco Matarazzo, contou com a ajuda de outros imigrantes em seu início em Sorocaba. Matarazzo constituiu uma das maiores fortunas de sua época; para cá trouxe além da família, conhecimento e certo pecúlio (dinheiro) e, “[...] amparado por outros comerciantes italianos, abriu pequena casa de comércio [...] os negociantes seus amigos lhe forneciam capital e ele principiou a derreter banha [...]” (DEAN, 1971, p. 69). No final do século XIX, o grande empreendedor mudou-se para a capital e lá seus negócios expandiram-se, tornando-o, como já frisamos um dos empresários mais bem sucedidos de sua época.

Existiam ainda casos de imigrantes que contavam não apenas com a rede de relações com seus conterrâneos. Alguns como é o caso de Alexandre Siciliano, Italiano que chegou a São Paulo em 1869, e que mais tarde veio a residir e iniciar empreendimentos em Piracicaba. Além das relações com outros imigrantes, Siciliano também contou com ascendência sobre fazendeiros da região, fruto de sua união com uma filha de um importante e rico fazendeiro. Em companhia de um irmão e de outro sócio produziu uma máquina de beneficiar café, o projeto deu certo e a empresa prosperou, mudou-se, então, para a capital e participou de muitos outros empreendimentos rentáveis na capital e em Jundiaí (DEAN, 1971, p. 83).

Se por um lado, possuir uma rede de relações e, algum capital ajudava em muito no sucesso dos imigrantes, que vieram a se constituir em empresários; vale destacar que possuir algum capital não era uma condição essencial para que o imigrante viesse a se tornar um empresário, um homem de negócios. Tal fato pode ser mais claramente percebido quando tomamos os exemplos descritos por Barbosa (2006), em seu trabalho sobre a constituição do empresariado fabril da indústria calçadista da cidade de Franca no interior paulista.

Segundo o autor (BARBOSA, 2006, p.92), das 65 empresas registradas na cidade

entre os anos de 1900 a 1945, mais da metade (36 delas, ou 55%) eram de empresários imigrantes de origem italiana. Ao citar nomes de imigrantes ligados a essas indústrias (como Pedro Spessoto, João Palermo, Salvador Mazzota, entre outros), o pesquisador faz uma interessante observação: “[...] estes e os de procedência espanhola, segunda comunidade estrangeira mais importante, eram todos homens de origem modesta [...]” (2006, p. 92). A procedência humilde desses homens não atrapalhou sua inserção na nascente indústria de Franca. Na verdade, o fator decisivo para o seu sucesso foram os conhecimentos adquiridos para a instalação de pequenas oficinas e comércios, que como bem citou Dean (1971), não eram características do incipiente espaço urbano paulista.

A produção manufatureira possibilitou, segundo Barbosa (2006, p. 105), a sobrevivência do saber e da habilidade como elementos importantes para a produção; o que, segundo ele, barateou o início do processo de industrialização em Franca. O que de fato possibilitou um maior acesso de imigrantes-empresários de origem humilde: “[...] nesse sentido, entendemos que o ofício, a habilidade manual, possa ser interpretado como uma porta de acesso ao ‘mundo empresarial’ e que a capacidade criativa constitua um aspecto relevante a explicar o êxito de empresários do setor [...]”.

A região de Araraquara/São Carlos também contou com a participação de imigrantes como empresários e donos de propriedades. Truzzi (2000, p. 118), ao fazer uma análise sobre o desenvolvimento das indústrias nessa região, sinaliza que o início das atividades industriais ainda estava ligado aos cafeicultores; por isso, voltadas para a produção cafeeira, como é o caso da indústria de beneficiamento de café. No entanto, mesmo este segmento, aos poucos, foi sendo explorado pelos imigrantes, como bem exemplifica o autor, citando um caso na cidade de São Carlos: “[...] em 1915, o maior estabelecimento comercial do gênero era o Engenho Victoria, de propriedade de Alexandre Masci, imigrante italiano [...]”.

Quando investiga a participação dos imigrantes no desenvolvimento da indústria em São Carlos, Truzzi (2000, p. 120) destaca que esse grupo ocupa posição de protagonista em qualquer ofício. Contudo, sobressai-se em dois tipos particulares de subindústrias: a de artigos de consumo popular e a fornecedora de produtos agrícolas, mesmo com a resistência de alguns. Essa indústria de “fundo de quintal”, tinha “[...] certo mercado garantido por saber tanto se aproveitar da disponibilidade de certas matérias-primas locais [...] quanto selecionar para a manufatura artigos cuja relação peso ou volume tornam-se desvantajosa a importação [...]”.

Com o passar dos anos, surgiram novos setores, que foram sendo ocupados por

imigrantes-empresários. Alguns já de maior expressão econômica, como é o caso da Serraria Santa Rosa, fundada por um imigrante português que, no ano de 1915, talvez fosse o maior estabelecimento industrial de São Carlos. Fato que pode ser comprovado pela serraria fornecer madeiras para a cidade, fazendas e também para as companhias ferroviárias. Além disso, a mesma contava com “[...] 400 juntas bois empregadas na tarefa de puxar madeira do mato em direção a algum ramal ferroviário. Para tal dispunha de 100 peões que trabalhavam nos campos com as juntas e outros 60 operários internos na própria serraria [...]” (TRUZZI, 2000, p. 121). Outras fábricas que possuíam volume representativo em São Carlos, no início do século XX, foram: as Indústrias Giometti, responsáveis pela fabricação de peneiras, rastelos, arames e pregos; e as indústrias Facchina, que produziam adubos orgânicos, ambas as fábricas pertenciam a imigrantes de origem italiana.

Rio Claro e Araraquara também possuem muitos casos de imigrantes que se destacaram como homens de negócios. Vale ressaltar, no entanto, que no caso de Rio Claro, a cidade tinha uma situação privilegiada por ser um ponto de cruzamento entre as Companhias Paulista a Linha de Rio Claro (de bitola estreita). No início do século XX, a cidade contava com “[...] oficinas de construção de carruagem, selarias, serrarias, olarias, fornos de cal, uma fábrica de sapatos, tipografias, oficinas mecânicas. Estabelecimentos menores fabricavam massa, sabão, vinagre, colchões, chapéus de palha, charutos, foguetes e gelo [...]” (DEAN, 1977, p. 155). Mais da metade desses estabelecimentos pertenciam a imigrantes.

Caso interessante de um imigrante que se tornou importante empreendedor na cidade de Rio Claro é o de Luiz Piccoli. Segundo Dean (1977, p.180), Piccoli chegou a Rio Claro como colono, no entanto, logo se mudou para a cidade, pois considerava que o trabalho na fazenda não fornecia condições, segundo ele [Piccoli] para “se ficar rico”. Esse imigrante progrediu realmente na cidade, comercializou com café e chegou a ter sete fazendas.

Com resultado da importância dos imigrantes em Rio Claro, Dean (1977, p. 182) sinaliza: “[...] Herdeira do município foi a classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos; mas, na maioria, de imigrantes que na Europa tinham vivido em cidades, e tinham chegado com uma ocupação, um capital e relações familiares [...]”.

No tocante a Araraquara, Corrêa (2008, p. 100 – 101) traz uma importante contribuição, quando investiga as famílias que, durante a segunda metade do século XIX, contribuíram de maneira efetiva para o desenvolvimento da localidade. Dentre elas vale

destacar: os Borbas, descendentes de Joaquim Mariano Borba, comerciante que possuía armazém de secos e molhados em São Paulo, seu filho Cândido Mariano Borba, montou uma loja de fazendas e mais tarde tornou-se proprietário; os Soares de Arruda, que descendiam de Jesuíno Soares de Arruda, descendente de comerciantes portugueses, adquiriu fazenda em Piracicaba, montou comércio em Araraquara e São Carlos, adquirindo ainda fazenda em Furnas; por último, os Carvalhos, descendentes de Gabriel Antonio de Carvalho, natural de Lisboa, foi mascate e pequeno proprietário rural, no entanto, seu filho e neto acabam por destacar-se tanto como proprietários rurais, assim como líderes políticos da época.

O vínculo das famílias citadas com as propriedades rurais e com o comércio constituiu um processo de idas e vindas, o que já prenuncia que seu caráter empreendedor vai ao encontro da fala de Fernandes (2010), quando se refere a alguns grupos de fazendeiros e imigrantes contribuírem para o surgimento de uma Revolução Burguesa.

Corrêa (2008, p.111) chega inclusive a identificar essa característica. Para a autora existia uma parcela de investidores de pequeno capital que julgavam arriscado aplicar seu dinheiro em uma empresa tão incerta como a agrária, dedicando-se assim à atividade comercial: “[...] Tornou-se frequente a abertura de lojas de fazendas, de armazéns e armazéns de duração efêmera, até que se completasse o capital necessário para a compra de uma terra [...]”. Correia (ano, p. 111) ressalta ainda que a compra da fazenda era condição necessária para a consolidação do capital e para a conquista do prestígio social.

Voltando nossa atenção para os imigrantes, na cidade de Araraquara, imigrantes de origem humilde transformaram-se em empresários de grande prestígio, como é o caso de Henrique Lupo. De origem italiana, Lupo chegou ao Brasil com os pais e inicialmente se dedicou ao ramo de relojoeiro; mas, na década de 1920, alcançou grande destaque no cenário industrial, ao iniciar de forma ainda simples, uma pequena fábrica destinada à produção de meias. Com o passar dos anos, a pequena fábrica prosperou e ainda hoje mantém de forma reconhecida suas atividades. Outros dados estatísticos mostram o quanto os imigrantes estiveram presentes em Araraquara: “[...] Numa relação de 48 pedidos de instalação de estabelecimentos industriais no período de 1910 a 1929, apenas seis eram brasileiros; 27 eram italianos e os restantes, espanhóis, turcos e poloneses [...]” (CORRÊA, 1967, p. 302).

Uma última observação, que ratifica a importância dos imigrantes como homens de negócios, principalmente no setor industrial, pode ser percebido quando nos deparamos com a crise de 1929 e que teve reflexos durante a década de 1930. Para os

cafeicultores, a crise representou inúmeras perdas econômicas e políticas, já para as indústrias, principalmente da região de São Carlos e Araraquara:

[...] as empresas de menor porte tenham encontrado dificuldades mais agudas no trato da concorrência imposta por empresas de fora. Contudo, nenhum dos estabelecimentos mais importantes [...] teve de cerrar suas portas em função de apuros advindos de uma concorrência mais intensa [...]. (TRUZZI, 2000, p. 132).

1.3 Considerações sobre a importância de imigrantes e cafeicultores como “homens de negócios” e ou empreendedores no Oeste paulista

O papel dos empreendedores, sejam eles imigrantes ou cafeicultores, é crucial para a investigação aqui proposta, que vai ao encontro das questões levantadas por Fernando Henrique Cardoso (1972), ao analisar o desenvolvimento e o tipo particular assumido pelas sociedades industriais e também por Fernandes (2010), ao analisar o imigrante como homem de negócios, como retomaremos nestas considerações.

A primeira questão levantada por Cardoso (1972, p. 78) está na determinação de como “[...] no interior de uma sociedade subdesenvolvida, baseada na produção agrária de mercadorias coloniais de exportação, surgiram aspirações, motivos e tipos de ação capazes de dinamizar a sociedade tradicional [...]”. Já sua segunda questionamento, aponta para quais formas o processo de desenvolvimento assumiu, “[...] para verificar se as aspirações motivações e objetivos dos grupos sociais em movimento coincidiram com o padrão estrutural de desenvolvimento finalmente alcançado [...]”.

Partimos das duas posições de Cardoso, para reafirmar a importância do imigrante para o desenvolvimento da economia nacional. Posição sempre lembrada por diversos autores, até mesmo por aqueles que apontam os cafeicultores como sendo os grandes incentivadores do desenvolvimento comercial e industrial do Brasil.

Críticos sempre dedicaram considerações sobre a participação dos imigrantes dentro do processo de transformações presentes no final do século XIX e início do século XX; período que marcou o auge da lavoura cafeeira e, por isso, o predomínio dos barões do café nas esferas política, social e econômica. No entanto, autores como Florestan Fernandes (2010) veem no imigrante um personagem decisivo para as transformações que levaram ao desenvolvimento de uma revolução burguesa no Brasil.

A revolução burguesa foi o ponto de partida deste primeiro capítulo, cuja temática

foi a do imigrante como homem de negócios no interior paulista. Por meio das características levantadas e das considerações de Florestan (2010), a linha de raciocínio, que tratou o imigrante como empresário em potencial, ou como homem de negócios, ganhou significado. Lógico que não podemos descartar a participação dos cafeicultores dentro deste processo, eles contribuíram para o seu início, mudaram sua visão e constituíram, por assim dizer, também um espírito empreendedor. Além disso, foram também homens de negócios. Mas o próprio Florestan (2010) , assim como autores que trabalharam a esfera mais regional e local do interior paulista, como Truzzi (2000) e Barbosa (2006), detectam que essa postura, essa visão diferenciada não é uma característica que engloba um grupo muito grande de cafeicultores, na verdade destacam que este grupo é até reduzido.

O imigrante é tratado por Florestan Fernandes (2010) como um herói dentro do processo de desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil. Para isso, uma série de fatores contribuem, como o fato de alguns já trazerem consigo certo pecúlio (capital), ou certo conhecimento, ou ainda uma rede de relações, enfim estes e outros fatores não são autoexcludentes. Na verdade, muitas vezes, eles trabalhavam em conjunto para aumentar as chances de sucesso do imigrante como futuro homem de negócios. Chama a atenção ainda que mesmo os mais humildes, acabaram constituindo negócios modestos, e que dependendo da localidade e do ramo, viram frutificar esses negócios.

Cabem ainda duas considerações que ajudam a ratificar a linha de raciocínio tanto do trabalho de Florestan Fernandes (2010), quando deste pequeno texto. Fernandes (2010, p.174) frisa que tanto os fazendeiros, quanto os imigrantes, como sendo agentes humanos desse processo, a diferença está na postura, na visão de cada um deles “[...] O fazendeiro tinha um pé no presente, outro no passado. O imigrante, ao contrário, tinha um pé no presente, outro no futuro [...]”.

Lógico que existiam autores como Sérgio Silva (1986), Wilson Cano (1998) e João Manuel Cardoso de Mello (1998), que analisam o desenvolvimento industrial a partir da binômio café/indústria, e por isso destacam as muitas contribuições dos fazendeiros para o desenvolvimento industrial.

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno

de proporções consideráveis (MELLO, 1982, p. 99)

Ao abordar a participação efetiva dos fazendeiros de café no processo de industrialização, Martins (2010, p. 227) observa que realmente não foram muitos aqueles que se dedicaram às atividades industriais no período classificado por ele como de gênese da indústria em São Paulo (de 1870 a 1905). Em parte ele aponta que isto era devido ao caráter intersticial da indústria e das incertezas decorrentes no processo, no entanto, conclui também que aqueles que estiveram presentes no processo tornaram-se acionistas e diretores de empresas, em especial bancos e ferrovias, em consequência disto estiveram envolvidos no processo tipicamente empresarial de tomada de decisões nos negócios.

Dentro deste novo cenário, vemos a passagem de uma sociedade de base agrária exportadora, marcada pela dependência política, para uma nova industrial e autônoma, que rendeu ao Brasil uma rearticulação em seu sistema de poder e uma nova postura nas relações de negociação com o mercado externo. (CARDOSO, 1972, p. 85).

O leque de opções, para se trabalhar a questão do imigrante como homem de negócios e/ou empreendedor no interior paulista, assim como em outras localidades brasileiras, é muito grande. Por esse motivo, elegemos para esta dissertação trabalhar o caso de São Carlos, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no intuito de compreender a formação e o desenvolvimento do empresariado local. Este trabalho investigativo também pode motivar novos estudos em outras regiões.

CAPÍTULO 02

O processo de formação do empresariado industrial em São Carlos

Após refletirmos sobre o perfil de imigrantes e fazendeiros como empreendedores e/ou “homens de negócios”, que foi necessário para o desenvolvimento e estudo do grupo de empresários industriais; é preciso, agora, identificar esse processo dentro de um quadro mais específico: o caso dos imigrantes que transformaram-se em empresários industriais na cidade de São Carlos.

A importância de se debruçar sobre tal debate justifica-se ao se notar que a cidade de São Carlos/SP está inserida dentro de um contexto de industrialização que leva em consideração uma série de fatores; os quais fomentam debates sobre determinadas linhas de reflexão a respeito dos eixos que norteiam a industrialização paulista.

Segundo Fernando Henrique Cardoso (1969, p. 186-187) o esquema utilizado para

explicar o crescimento industrial do Brasil, e de São Paulo, acaba privilegiando apenas as condições econômicas e naturais. Deixa de lado as condições sociais que dele fazem parte “[...] Descreve-se o processo de industrialização como se fosse possível cria-lo integralmente todas as vezes que determinadas condições econômicas o propiciassem [...]”.

A industrialização pode ser vista, por exemplo, a partir de uma dimensão que apresente o binômio café/indústria como sendo a fonte de seu desenvolvimento. A confirmação dessa reflexão, sua validação em parte ou ainda sua total descaracterização constituem uma gama de novas possibilidades.

Primeiramente buscou-se neste texto, partir de uma perspectiva diferente do binômio café/indústria; que foca a figura do fazendeiro de café e as políticas implementadas em torno do ciclo cafeeiro, como sendo fatores predominantes para o início e desenvolvimento da indústria e, por consequência, o aparecimento de empreendedores que vieram a constituir o empresariado industrial.

A partir desse questionamento procurou-se perceber novos fatores que pudessem ter motivado o aparecimento da indústria e de seus empresários a partir de novos autores e dinâmicas. Portanto faz-se necessário considerar o imigrante como uma figura que possui maior importância dentro desse processo de industrialização.

Para tanto, ao invés de se considerar um todo, como o Estado de São Paulo, partimos de uma perspectiva mais específica: o caso da cidade de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo. Em busca de similaridades, também utilizamos como referência, a cidade de Franca, igualmente do interior do Estado de São Paulo, onde percebemos a maior participação do imigrante dentro desse processo de industrialização. A análise das investigações feitas sobre cidade de Franca viabilizou que tal perspectiva pudesse ser identificada em outras localidades do interior do Estado de São Paulo.

Vale ressaltar que não deixaremos de nos referir à participação dos fazendeiros de café nesse processo; suas contribuições não podem ser deixadas de lado, uma vez que alguns deles contribuíram para que o processo de urbanização e industrialização se efetivasse em algumas localidades.

2.1 – Os imigrantes em São Carlos

Oswaldo Truzzi (2000, p. 53) afirma que a imigração estrangeira ocasionou sensíveis modificações em uma vasta região do território paulista, na qual pode-se incluir o município de São Carlos. O autor complementa sua observação inicial lembrando que o efeito mais decisivo desta absorção está ligado ao sistema de grandes lavouras, o que acaba indo ao encontro dos interesses dos cafeicultores, que são muito bem lembrados por Holoway (1984, p.61) ao destacar o velho slogan “Braços para o café”.

Ao refletir sobre a importância da imigração, Edgard Carone (2001, p.13) aponta que tal fenômeno é responsável pela formação de dois processos sociais: “[...] o de criação de uma corrente ideológica modernizadora, cuja responsabilidade cabe ao movimento operário, e o de abastecimento da mão-de-obra para o campo e para a cidade [...]”. O autor (CARONE, 2001, p.13) ainda complementa que o imigrante assume um papel fundamental nas atividades relacionadas ao comércio e à indústria.

Apesar de muitos imigrantes terem vindo para o Brasil se declarando como trabalhadores rurais, mas na verdade admitiam esta condição em virtude da gratuidade da passagem que as autoridades brasileiras concediam a este tipo de trabalhador, no entanto, Carone (2001, p. 78) destaca que “[...] pouco tempo depois de ir ao campo, parte do contingente imigratório torna à cidade [...]”.

Em São Carlos, a primeira turma de imigrantes que se tem conhecimento chegou em 1876 por iniciativa particular de Antonio Carlos de Arruda Botelho. Conhecido como “o Conde do Pinhal”, Antonio Carlos financiou a vinda de cerca de cem famílias alemãs para a sua fazenda. Apesar do pioneirismo em relação ao município, a ação do conde não foi pioneira na região. Dean (1977, p. 122) destaca que em Rio Claro, outra cidade do interior do Estado de São Paulo, a prática vinha sendo adotada desde meados da década de 1860, e que, apesar de apresentar momentos de refluxo, em 1872, cerca de 20% da população rio-clarense já era constituída por imigrantes alemães e suíços.

As levas mais significativas de imigrantes para São Carlos ocorrem a partir dos primeiros anos da década de 1880. Truzzi (2000, p. 53) destaca que isso não significa que a partir de então o número de escravos nas lavouras tenha diminuído “[...] em vez da mera substituição do braço escravo pelo do imigrante, houve isto sim incremento numérico simultâneo dos dois contingentes de mão-de-obra [...]”.

Do final do século XIX, ao início do século XX, mais precisamente por um período de duas décadas que se estende de meados dos anos 1880 até por volta de 1904, boa parte das levas de imigrantes que chegaram a São Carlos eram provenientes da Itália, sobretudo de suas regiões setentrionais. Para se ter ideia do volume e da importância da

vinda de imigrantes para o município, principalmente dos provenientes da Itália, Truzzi (2000, p. 54) relata que em 1886, após uma década da vinda das primeiras famílias imigrantes, cerca de um oitavo (2.051 habitantes) da população total do município (16.104 habitantes) era constituída de imigrantes estrangeiros, sendo que mais da metade eram de italianos (1.050), seguidos de portugueses (464) e alemães (371). São números expressivos visto que esta quantidade de 2.051 indivíduos estrangeiros representava mais que qualquer outro município, com exceção da capital.

Durante o período que se estende de 1905 até o início da Primeira Guerra Mundial a quantidade de imigrantes que adentrou o município permaneceu significativa. Truzzi (2000, p. 57) afirma que nesse período a cidade ocupava uma posição modesta como polo de atração de imigrantes e destaca que durante essa época os espanhóis aparecem como os mais importantes numericamente, seguidos de italianos e portugueses.

Com o período da guerra inicia-se também um declínio na quantidade de imigrantes que chegam a São Carlos. Segundo Truzzi (2000, p. 57) a entrada de imigrantes nacionais ganha importância a partir da década de 1920. Vale lembrar ainda que as primeiras famílias de origem japonesa chegam ao município em 1917.

A seguir apresentamos um quadro mais detalhado da entrada de imigrantes no município durante os anos de 1884 até o ano de 1921.

Tabela 1 – Imigrantes chegados a São Carlos * (1884 – 1921)

Ano	Ital	Port	Esp	Aust	Nacion	Outros	Total	Pos rel. no Est.
1884							304	3°
1886	458	76	17	2			553	3°
1887							926	4°
1894							3788	1°
1895							4444	2°
1898							1342	4°
1900							869	4°
1901	2822	114	459	119		18	3532	4°
1902	1381	82		15	1	8	1487	3°

1903	257	18	32	1			308	5°
1904	242	12	55	13	1		323	14°
1905	345	128	651	7	5	58	1194	7°
1906	307	77	478	17	10	2	891	12°
1907	385	21	233	24	16		679	9°
1908	339	217	254	5	23	6	844	8°
1909	283	139	451	34	30	20	957	8°
1910	175	82	314	3	26	2	602	16°
1911	406	120	222	152	625	8	1173	10°
1912	326	266	627	17	32	57	1325	12°
1913	442	456	1037	25	115	110	2185	7°
1914	214	424	710	2	87	64	1503	3°
1915	125	176	157		144	58	660	7°
1916	94	131	198	2	41	24	490	12°
1917	115	46	120		86	30	397	30°
1918	27	23	49		64	120	283	24°
1919	30	33	60		29	17	169	34°
1920	33	59	284		315	91	782	12°
1921	888	67	71		81	99	406	25°

* Saídos da hospedaria dos imigrantes, em São Paulo.

Fonte: Para os anos de 1884, 1886, 1887, 1894, 1895, 1898 e 1900: SÃO PAULO. DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO. Relatórios apresentados ao Exmo Sr. Presidente da Província. 1901 a 1921: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, repartição de Estatística apud TRUZZI, 2000, p. 58.

Percebemos que o quadro apresenta os cinco principais grupos de imigrantes que chegaram a São Carlos durante um período de quase quarenta anos (1884-1921); o qual está inserido dentro de um recorte histórico muito particular, pois representa o período final do império e da escravidão e o período inicial da República e do trabalho utilizando a mão de obra livre.

Observamos que alguns anos carecem de informações mais detalhadas quanto aos grupos que adentraram ao município; é caso do período que se estende de 1886 até 1900. Ao analisarmos de forma mais detalhada, percebemos que a tabela aponta que a imigração em São Carlos aparece entre as cinco primeiras dentro do Estado se São Paulo por onze vezes (1884, 1886, 1887, 1894, 1895, 1898, 1900, 1901, 1902, 1903, 1914),

destacando-se em 1894 como a cidade que mais recebeu imigrantes. Vale ainda destacar que por sete vezes apareceu entre o 6º e o 10º lugar, entre as cidades que mais receberam imigrantes (1905, 1907, 1908, 1909, 1911, 1913, 1915).

A motivação que alavancou os diversos grupos de imigrantes a se dirigirem para o território brasileiro, mais especificamente para o Estado de São Paulo, e como bem nos interessa para o seu interior nas regiões próximas a São Carlos, será melhor explorada em outro capítulo; porém é importante ressaltar que autores como José de Souza Martins (2010) apontam para uma perspectiva interessante que motivou esses indivíduos.

Martins (2010, p. 196) destaca primeiramente que a sociedade que recebia esses imigrantes recriava relações que estavam desaparecendo no país de origem. Desse modo, este novo território constituía-se em um lugar que apresentava uma “boa sociedade” e nesse sentido a sociedade brasileira “[...] oferecia-lhes de volta o que haviam tirado no país de origem, fazia de sua privação a base de uma esperança, o que ganhava corpo na motivação de <fare l’America>, <fazer a América>, mote da ideologia da ascensão social pelo trabalho [...]”.

Além da perspectiva dos imigrantes existia ainda o próprio interesse e manipulação exercida pelos fazendeiros. Truzzi (2000, p. 59) acrescenta que esses faziam um jogo duplo para motivar a vinda dos trabalhadores: por um lado conseguiram junto à assembleia provincial a aprovação do pagamento integral da passagem dos imigrantes; por outro lado, contavam ainda com a propaganda de agentes consulares e de agências de navegação a qual vinculava, além da garantia de trabalho, a possibilidade de acesso à terra.

Não discutiremos aqui todos os casos de conflitos entre imigrantes e fazendeiros por ocasião das desventuras que a realidade apresentava aos trabalhadores quando eles se estabeleciam nas fazendas. No entanto, vale destacar que os conflitos existiram; os imigrantes não aceitaram passivamente as condições impostas pelos cafeicultores e as idas e vindas do processo que levou a melhorias nesta relação podem ser também notadas em São Carlos.

Conforme os relatos de Truzzi (2000, p. 67) em 1902 a sociedade que reunia os imigrantes italianos em São Carlos criou, com apoio do vice-cônsul local, o “Patronato degli Emigranti”. Na ata de fundação desse grupo seus membros denunciavam as amarguras vividas pelos colonos e a instituição se autodefinia como de fundo filantrópico e humanitário.

Além das associações que surgiram para denunciar os abusos no trato dos

imigrantes, surgem também algumas de cunho mais social, como é o caso da Sociedade Espanhola, fundada no ano de 1896. Truzzi (2000, p. 75-76) descreve que essa sociedade funcionava em prédio próprio e tinha um caráter beneficente e de instrução.

Já os italianos fundaram duas importantes associações; em 1900 a “Meridional Uniti Vittorio Emmanuele II” e em 1902 a “Dante Alighieri”. Ressalta-se que tais sociedades diferenciam-se, entre outros itens, pelos seus participantes; enquanto a “Meridional” era frequentada por italianos mais humildes, em geral provenientes do sul; a “Dante Alighieri” reunia os imigrantes negociantes italianos bem sucedidos no comércio ou na indústria. Apesar da diferenciação nos seus quadros as duas sociedades italianas tinham o mesmo propósito: o de elevar e concretizar o espírito de solidariedade e de patriotismo entre os italianos.

2.2 – O Binômio Café/Indústria e sua aplicação no interior paulista: o caso de Franca.

Sérgio Silva (1986) em sua obra *Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil*, ao relatar a origem e o crescimento da indústria faz a seguinte observação “[...] A indústria se desenvolve muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil; desde o começo ela tende a concentrar-se na região do café [...]” (p. 79). Na continuação de suas ponderações o autor apresenta dados em que, primeiramente, destaca a importância de São Paulo e do Rio de Janeiro como polos industriais do início do século XX, em seguida enfatiza que aos poucos o Estado de São Paulo passa a concentrar os maiores índices de industrialização.

As transformações econômicas são citadas por Silva (1986, p. 80) como sendo importantes dentro deste processo que leva ao desenvolvimento industrial. Entre elas ele cita a lei Euzébio de Queiroz (1850), a formação do mercado de trabalho assalariado e o comércio (estas últimas ligadas ao trabalho assalariado). O autor destaca que a partir do período de 1880 – 1890 o desenvolvimento do capitalismo no Brasil aumenta graças à inserção da economia nacional em âmbito mundial, o que, segundo ele, ocasiona um rompimento com as formas de acumulação no trabalho escravo.

A essas transformações, Silva (1986, p. 80-81) soma ainda o surgimento das estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e a

mecanização dos processos de beneficiamento da produção de café; “[...] São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil [...]”.

Silva (1986) evidencia a vinculação entre o café e a indústria de onde surge o binômio Café/Indústria, e deixa isso explícito quando afirma que “[...] O conhecimento da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria [...]” (p. 81).

Dentro de sua análise sobre o processo de industrialização Silva (1986, p. 82) enfatiza que é necessário distinguir as unidades de produção: artesanato, manufatura e indústria, sendo que para o autor existe uma clara diferenciação entre esses processos. No entanto, os dados sobre as indústrias relativos ao final do século XIX e às primeiras décadas do século XX, apresentam como principal deficiência agregar à grande “Indústria” os meios de produção artesanal e manufatureiro.

Silva (1986, p. 83) agrupa as unidades de produção de acordo com a quantidade de funcionários e capital que elas possuem. Conforme o autor, as manufaturas são apresentadas como as unidades que possuem um número mínimo de 100 funcionários e são classificadas como do tipo média ou superior. Já as fábricas são classificadas utilizando como referência o capital; ou seja, aquelas que apresentam um capital igual ou superior a 1.000 contos são classificadas como “grandes empresas”.

O que Silva faz é determinar a diferenciação entre manufaturas e indústrias baseando sua análise a partir de critérios numéricos relacionados à quantidade de funcionários e capital da empresa; sendo assim uma empresa poderia ter, por exemplo, 150 funcionários, mas se a sua renda fosse inferior a 1.000 contos de réis, então essa empresa seria considerada uma manufatura de porte médio ou superior; já uma empresa que tivesse por outro lado 120 funcionários, mas que tivesse uma renda superior a 1.000 contos de réis, essa seria considerada como uma “grande empresa” ou indústria.

A análise de Sérgio Silva (1986) não é única, visto que outros autores durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 também em maior ou menor medida vinculam, o capital cafeeiro como núcleo dinamizador da indústria no País.

Entre os autores que criticam a análise de Silva (1986) sobre a constituição dos quadros industriais, podemos destacar José de Souza Martins (2010, p.220). Ao analisar o quadro do censo de 1907, o autor tece alguns comentários sobre o modelo sugerido para determinar as grandes indústrias. Primeiro ele contesta a hipótese de que os

estabelecimentos com mais de 500 funcionários possuíam um perfil diferenciado, principalmente em relação ao fato de que os trabalhadores dessas fábricas já não teriam mais vínculo com o conhecimento artesanal durante o processo de produção e que tal conhecimento estava diretamente relacionado a locais que contavam com até 25 operários.

Martins (2010, p. 220) cita casos de estabelecimentos, como a Cia Mate Laranjeiras produtora e exportadora de erva-mate, que contava com mil operários. No entanto, descreve a empresa como uma imensa senzala, que em várias ocasiões foi denunciada pelo emprego de trabalho escravo.

Destaca-se também um quadro que Martins (2010, p. 221) apresenta como de convívio mútuo entre o processo artesanal e o processo industrial “[...] A força de trabalho industrial estava empregada em pequenos e médios estabelecimentos [...] uma indústria que ainda dependia muito do capital social representado pelo conhecimento artesanal do trabalhador [...]”.

Em sua obra *Empresariado fabril e desenvolvimento econômico*, Agnaldo de Souza Barbosa (2006, p.33), aponta além do próprio José de Souza Martins, outros autores de renome como Fernando Henrique Cardoso (1969), Otávio Ianni (1963), Warren Dean (1971), Maria da Conceição Tavares (1972), Wilson Cano (1998), e João Manuel Cardoso de Mello (1998); que de alguma maneira “[...] aprofundaram com algumas variações, a perspectiva do capital cafeeiro como núcleo dinamizador da indústria no país [...]”.

Em seu estudo aprofundado da cidade de Franca, Barbosa (2006, p. 43) reconhece que o café proporcionou um incremento à vida urbana e também à infraestrutura para o surgimento das fábricas (rede elétrica, ferrovias, sistema de águas e esgoto); mudanças essas que aconteceram no final do século XIX.

Continuando seu processo de investigação, Barbosa (2006, p. 44) faz algumas ressalvas, afirmando ser necessário que determinados aspectos da infraestrutura urbana fossem julgados com certo critério, e cita a precariedade que o sistema de energia elétrica e abastecimento de água apresentavam em meados do século XX.

Barbosa (2006, p. 53) reconhece a hipótese de determinados autores que apresentam o grande capital cafeeiro como o responsável por financiar o surgimento da indústria em São Paulo e outras regiões. No entanto, o autor chama a atenção para o ocorrido na cidade de Franca, onde esse processo não se efetivou.

Em Franca não encontramos indícios de que este capital tenha participado do surgimento da principal indústria local, ou seja, a do calçado. Entre os prováveis representantes do capital cafeeiro local não encontramos nenhum que tenha investido na indústria do calçado até meados dos anos de 1950, quando o setor começa a se consolidar em Franca (BARBOSA, 2006, p.54).

Mesmo no caso da capital, Barbosa (2006, p.55) aponta que Luiz Carlos Bresser Pereira relativiza a importância que o capital cafeeiro teria tido para o início e o desenvolvimento da atividade industrial em São Paulo “[...] segundo constata, em mais de três quartos das empresas os fundos iniciais que financiavam o surgimento do negócio vieram do próprio empresário ou da família [...]”.

Ao abordar uma crítica mais direta às concepções de Sérgio Silva (1986), Barbosa (2006, p. 65-66) utiliza as visões de José de Souza Martins (2010), que argumenta que muito antes da abolição da escravatura e da grande imigração, a indústria artesanal já se encontrava instalada em São Paulo e as visões de Edgard Carone (2001), que identifica, desde a primeira metade do século XIX, uma produção artesanal que se intensificou gradativamente e supriu com folga as modestas exigências da maioria dos consumidores da época.

Desse modo, busca contestar a hipótese de que o grande capital prevaleceu na implantação da atividade industrial, desvinculando assim o artesanato dentro deste processo; conforme Barbosa (2006, p. 66) tal fato adota muito mais um caráter ideológico do que científico.

Outra contestação promovida pelo autor é quanto aos critérios utilizados por Sérgio Silva (1986) para determinar a classificação dos estabelecimentos como sendo indústrias ou manufaturas. Barbosa (2006, p.67) destaca que o mais correto ao invés dos critérios que levam em conta a quantidade de operários e a renda mínima de 1.000 contos de réis, seria “[...] privilegiar o capital aplicado como fator de aplicação dos empreendimentos fabris [...], todavia não desprezamos o contingente de operários como fator complementar na demonstração da hipótese de trabalho [...]”.

A partir dessa reflexão, Barbosa (2006, p.68) elabora um novo quadro que julga mais adequado para a análise das atividades industriais em Franca e que servirá como parâmetro para São Carlos também; o autor estabelece então que classificará como grandes empresas aquelas cujo capital era igual ou superior a 500 contos, as médias seriam aquelas que possuísem entre 100 e 500 contos e as pequenas as que tivessem capital inferior a 100 contos.

2.3 – O processo de surgimento dos empresários e das indústrias em São Carlos

Ao abordar as principais transformações que ocorriam na cidade de São Carlos no final do século XIX, Truzzi (2000, p.114) destaca que a monetarização gradativa da economia, a chegada dos imigrantes, o crescimento da população e o surgimento da ferrovia estão, entre outros fatores, como aqueles que demonstram que o processo de urbanização e industrialização era cada vez mais presente no cotidiano da cidade.

Alguns cafeicultores também passaram a investir em melhorias nos centros urbanos, acabaram constituindo-se, como cita Dean (1971), em fazendeiros-empresários. Um caso que chama muito a atenção neste perfil é o de Antonio da Silva Prado, grande fazendeiro do Oeste paulista, que esteve à frente de muitos empreendimentos como a fundação de fábricas de garrafas, couro e carne congelada.

Voltando os olhos para a urbanização de São Carlos percebemos que um fazendeiro, considerado um dos “barões do café”, foi o responsável por grandes melhorias no desenvolvimento urbano da cidade e também de outras localidades, inclusive da capital; seu nome era Antonio Carlos de Arruda Botelho, o qual galgou ao longo da vida os títulos de barão, visconde e conde, de acordo com os relatos de Truzzi:

[...] A primeira casa bancária existente em São Carlos foi de sua propriedade e em 1889, com o dinheiro arrecadado pela venda da estrada de ferro, o conde fundou na capital o Banco de São Paulo [...] foi também incorporador e grande acionista do Banco da União de São Carlos e presidente do Banco de Piracicaba. O conde mantinha ainda duas casas comissárias em Santos e, ao final do século adquiriu a quase totalidade das ações da Companhia Agrícola de Ribeirão Preto [...]. (2000, p. 85).

Conforme relatos de Cicinato Braga, já em 1894, São Carlos contava com construções elegantes, igreja matriz, câmara municipal, capelas, hospital, teatro e matadouro. No início do século XX a educação ganha duas importantes instituições; um colégio ligado às religiosas de origem francesa e uma escola normal, instituição essa que poucos municípios possuíam. Vale destacar que já em 1908, São Carlos tornou-se sede do bispado e, muitos autores da época, como o próprio Cicinato, batizaram a cidade de “Princesa do Oeste”.

O desenvolvimento do núcleo urbano, para muitos autores, representou um produto concebido pelos fazendeiros como espaço para realizarem seus desejos de consumo, diversão ou ostentação, afinal era um local “[...] onde as luzes ficavam acesas à noite; onde as senhoras frequentavam o hipódromo; e onde um fazendeiro jamais deixava sua casa sem usar sobrecasaca e chapéu de seda [...]” (Maeyma apud Truzzi, 2000, p. 96). No entanto, Truzzi (2000) ressalta que aos poucos o fazendeiro torna-se um típico cidadão; a cidade é seu local de residência e a propriedade rural seu local de trabalho, seu meio de vida.

A expansão ferroviária é um fator que segundo Truzzi (2000, p. 115) contribuiu para a constituição de um mercado mais integrado em todo o Estado de São Paulo, pois ligava as cidades interioranas entre si e à capital “[...] não é por outro motivo que quase todas as primeiras fábricas de São Carlos preferiram instalar seus galpões industriais em terrenos anexos à estação ferroviária [...]”, cita ainda que não foram poucas as que investiram em trazer trilhos para dentro de seus galpões, constituindo assim ramais próprios que facilitavam o embarque e desembarque de produtos e matérias-primas.

Ao aprofundar a questão das companhias de estrada de ferro, o autor relembra que essas eram geradoras de investimentos nas indústrias, afinal propiciavam uma série de funções industriais para suprir as suas demandas, tais como serrarias, fundições, serralherias, forjarias, etc.

A ferrovia aliada aos outros fatores citados (monetarização gradativa da economia e chegada dos imigrantes), assim como a implantação das redes de energia elétrica e dos sistemas de água e esgoto são contribuições que o café trouxe não só para a cidade, mas também para a nascente indústria “[...] as atividades industriais sancarlenses, em particular, puderam contar desde cedo com a possibilidade de substituir seus motores a vapor [...] por motores elétricos, capazes de oferecer uma maior produtividade [...]” (TRUZZI, 2000, p. 116).

Também não podemos nos esquecer dos segmentos industriais que surgiram na esteira do processamento do café; é caso do beneficiamento do produto, que exigia todo um maquinário, o qual também necessitava de manutenção e reparo; vale destacar ainda a indústria têxtil que se beneficiou do fato de ter que produzir sacarias para o armazenamento e transporte do café.

Lorenzo (1979, p. 51) destaca a existência de três tipos de segmentos industriais que surgem vinculadas a produção industrial. A primeira é a de fabricação de máquinas e implementos agrícolas, a segunda é a de produção de sacarias de juntas para a embalagem

de café, e a terceira engloba os demais subsetores industriais, classificados pela autora como “bens de consumo corrente”.

A exemplo do que fez Barbosa (2006) em seu trabalho, Truzzi (2000) também procura demonstrar que as contribuições do café não promovem uma dependência e um condicionamento da atividade industrial ao café.

Começamos com a análise que Truzzi (2000, p. 117) faz a respeito das máquinas de beneficiamento de café e de alguns cereais. Primeiro ele destaca que aos poucos esse trabalho passa a ser encarado não apenas como uma fase que sucede a colheita de grãos em uma determinada fazenda, pois com o tempo ele passa a ser uma atividade industrial distinta dos latifúndios, especializada e monitorizada, capaz de gerar suas próprias receitas, e, principalmente, tornar-se assim independente do latifúndio que lhe deu origem.

As atividades de beneficiamento de produtos agrícolas foram praticamente o único ramo de atividade, que se possa afirmar industrial, em que os cafeicultores investiram além da infraestrutura “[...] a apropriação efetiva de recursos da oligarquia rural estabelecida em São Carlos em qualquer outro setor mais propriamente industrial e muito pouco significativa [...]” (TRUZZI, 2000, p.118). Segundo dados de Lorenzo (1979, p. 54) São Carlos contava em 1905 com três máquinas destinadas ao beneficiamento de café.

E mesmo nessas atividades de beneficiamento de produtos agrícolas já podemos notar a presença de imigrantes como proprietários destes estabelecimentos, como é o caso do Engenho Vitória de propriedade de Alexandre Masci, segundo Truzzi (2000, p. 118), um imigrante italiano que recebera prêmios pelas suas máquinas em uma exposição no Rio de Janeiro em 1908 e que em 1915 já tinha o seu estabelecimento como o maior estabelecimento comercial do gênero.

Existiam aqueles que tentavam modificar essa situação incentivando os fazendeiros a investirem nas atividades industriais. Conforme Truzzi (2000, p. 118-119), o vereador João Angelo Apratti, grande fazendeiro de café da época e que também ocupava uma cadeira de vereador na câmara municipal de São Carlos, proferindo um discurso, tentou motivar seus companheiros fazendeiros e de câmara a incentivarem as atividades industriais.

Apesar do seu esforço Apratti não obteve êxito “[...] a exemplo do que parece ter ocorrido em geral em outras cidades do interior, as elites rurais pouco investiram, em relação às suas possibilidades, em segmentos industriais [...]” (TRUZZI, 2000, p. 119).

O imigrante passa então a assumir uma posição interessante dentro do processo que leva ao surgimento e desenvolvimento das atividades industriais. Truzzi (2000, p. 119) destaca a vinculação que alguns grupos de imigrantes possuem com um tipo de indústria classificado como “tributário do desdobramento das funções urbanas” e que, segundo ele, se processou “organicamente dependente do comércio do café”. Esse tipo de empresa industrial, e também artesanal em muitos casos, estará vinculado ao imigrante que “[...] se interessava em estabelecer com algum ofício, atraído pelo florescimento de um mercado urbano mais desenvolvido [...]”.

Segundo dados do *Almanach álbum de São Carlos* de 1894, a cidade de São Carlos já contava por esta época com: 16 alfaiates, 47 oficinas de fabricação e conserto de sapatos, 2 fábricas de móveis, 5 de macarrão, 1 de charuto, 2 de sabão, 8 de cerveja, 15 ferreiros e serralheiros, 1 fundição, 21 oficinas de carpintaria e marcenaria, 6 olarias e 2 serrarias (p. 95-114).

A indústria local é, em seus primórdios, exatamente fruto do surgimento na cidade dessas variadas profissões. O imigrante é o protagonista principal em qualquer ofício. Porém, quanto ao mercado, já é nítida sua orientação em duas subindústrias: a de artigos para o consumo popular e aquela fornecedora de produtos utilizados nas propriedades agrícolas (TRUZZI, 2000, p.120)

Quando cita as duas subindústrias Truzzi (2000) faz referência primeiro a de artigos de consumo popular; que é representada principalmente pela indústria de massa da época. No entanto, não podemos deixar de lembrar que ainda neste gênero (consumo popular) as de mobiliário e as de vestuário adquiriram grande importância. O autor lembra que a produção é feita por encomenda e tem um caráter domiciliar.

Carone (2001, p. 106) em sua análise também destaca este aspecto informal das primeiras fábricas instaladas “[...] Para não fugir de seus hábitos alimentares, italianos, em diversas partes do Estado de São Paulo, instalam fábricas de macarrão e de farinha de trigo [...]”.

Para alguns consumidores de maiores posses, habituados com os produtos europeus que estavam disponíveis nas casas de importação, estes bens tinham sinais de baixa qualidade. De qualquer maneira essa indústria que poderíamos classificar como sendo de “fundo de quintal” tinha certo mercado garantindo “[...] por saber se aproveitar da disponibilidade de certas matérias-primas locais [...] quanto selecionar para a manufatura aqueles artigos cuja relação peso ou volume sobre valor tornasse desvantajosa a importação [...]” (TRUZZI, 2000, p.120).

O segundo tipo de subindústria citado diz respeito a produtos que eram utilizados nas fazendas de café. De acordo com Truzzi (2000, p.121) entre as principais empresas que forneciam estes bens, estavam as serrarias, como é o caso da Santa Rosa, fundada por um português, e que em 1915 constituía-se no maior estabelecimento comercial de São Carlos; o estabelecimento fornecia produtos tanto para as fazendas, quanto para a companhia ferroviária.

Se as serrarias se desenvolveram de um numeroso elenco de pequenas oficinas, as atividades de fundição e forjaria também contribuíram para o desenvolvimento de fábricas maiores que não forneceriam apenas serviços de reparos de ferramentas, mas também produziam tais ferramentas. É o caso de das fábricas Antonio Narvaes e Cia (1898) e Indústrias Giometti (1914), produtoras de peneiras, rastelos, pregos, arames grades e telas, as quais estavam vinculadas também aos imigrantes.

Ainda nessa linha de produtos que atendiam as necessidades dos latifúndios cafeeiros, Truzzi (2000, p. 121) destaca as indústrias Facchina, também vinculadas a um imigrante, e que se dedicavam à fabricação de adubos orgânicos e provavelmente, uma das pioneiras no país.

São Carlos ainda contou com o fato de aos poucos ir se tornando um polo de atração no início do século XX para investidores de outras localidades. Truzzi (2000, p. 121-122) enfatiza entre esses investimentos externos: a Companhia Paulista de Eletricidade (CPE - 1901) e os bondes elétricos (1914), de propriedade de um médico da capital e um farmacêutico de Limeira; a companhia de carrocerias Ciarrochi, cujo proprietário transfere seus negócios de Analândia para a cidade; o curtume de propriedade de Hugo Dornfeld que mudou-se de Ribeirão Bonito e dessa mesma cidade o armazém de secos e molhados dos irmãos libaneses Nicolau e Saba Sallum.

Outra evidência que São Carlos já era um importante polo de atração pode ser verificada ao se analisar o censo de 1907 sobre os contribuintes por profissão. A seguir apresentamos uma análise quantitativa dos dados coletados neste censo.

Tabela 2 - Censo de 1907 - Dados dos contribuintes por profissão

Capital (Contos de réis)	Quantidade de profissionais	Principais profissões
Até 100	440	Sapateiro, ferreiro, seleiro, fab. carroças, açougueiro, alfaiate, fab. macarrão, médico, fotógrafo, secos e molhados, botequim, marceneiro, padeiro, relojoeiro,

		capitalista.
101 a 500	578	Secos e molhados, fazendas e armarinhos, ferreiro, alfaiate, sapateiro, farmácia, padeiro, casa bancária, hotel, capitalista, cervejaria, dep. Gêneros, fab. macarrão, chalet
Acima de 500	82	Ferragens, casa bancária, chalet, fab. bebidas, negociante no sítio, fazendas e armarinhos

Fonte: RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907. São Carlos, 1907 (manuscrito).

Observando as informações obtidas a partir do censo de 1907 sobre os dados dos contribuintes por profissão, percebemos que existe um equilíbrio entre aqueles que declararam rendimento até 100 contos de réis e aqueles que declaram sua renda entre 101 e 500 contos de réis. Também existem profissões que se repetem nas duas faixas de contribuintes, algumas se explicam por sua proximidade, como, por exemplo, aqueles que tem renda entre 80 e 120 contos de réis, casos de profissões mais simples como de sapateiros, padeiros e alfaiates, obviamente existem exceções a este exemplo.

Outro dado interessante desse censo é que algumas pessoas declaram duas vezes rendimento em profissões diferentes. Há também aqueles que têm um comércio com amplos serviços, como por exemplo, alguns que concentram casa bancária, ferragens, secos e molhados. Entre as profissões que recebem rendimento acima de 500 contos de réis, aqueles que declaram renda como negociantes no sítio são os que possuem rendimentos mais consideráveis nesse censo.

Analisando o censo a partir da perspectiva dos imigrantes percebe-se uma grande quantidade destes nos registros, alguns ocupam ainda posições modestas ou intermediárias, como é o caso de Germano Fehr (empreiteiro), Miguel Giometti (fabricante de carros), Carlos Facchina (fabricante de gelo e açougue), os Dornfeld (Hugo – arreios e Luiz – curtume), Abel Giongo (serraria e moinho). Notamos também as primeiras associações entre esses empresários, como é o caso da firma Giongo e Fehr (dep. de Materiais e serraria) e Hugo Dornfeld e Irmão (curtume e selaria). Entre os que aparecem com grandes rendimentos destaque para João Angelo Appratti (secos e molhados e agência bancária).

O perfil destas empresas constituídas na primeira década do Século XX é descrita por Lorenzo (1979, p. 53) como sendo em sua maioria pequenos artesanatos, com um caráter doméstico, instaladas nas próprias residências e que se utilizavam de

equipamentos ainda rústicos para a produção.

Lorenzo (1979, p. 67) observa que entre 1910 e 1930, a presença de uma diversificada atividade industrial, conta com a participação das empresas de pequeno porte. O problema na análise realizada pela autora é que ela vincula em demasia o desenvolvimento das atividades industriais a produção cafeeira, deixando de perceber que estas atividades classificadas como artesanais progredem mesmo com a crise do café, como veremos a seguir.

2.4 – Os reflexos da crise de 1929 na indústria sancarlense.

A crise de 1929 divide opiniões de muitos estudiosos sobre os prejuízos e eventuais benefícios que possa ter ocasionado no cenário nacional, principalmente em território paulista. Pode parecer consenso imaginar que no caso de São Paulo a crise ocasionou os maiores estragos, afinal ocasionou a derrocada das exportações do café e o fim da política dos cafeicultores, que aliados aos mineiros comandaram o país durante a primeira fase republicana.

É inegável que realmente foram muitos os prejuízos provocados pela crise, mas ao depararmos com autores como José de Souza Martins (2010), somos levados a refletir que um quadro generalizado sobre os efeitos da crise torna-se pouco coerente mesmo no caso de São Paulo.

Ainda que sem tratar propriamente da crise, Martins (2010, p.216-217) lembra que existiam diferenças nas moedas que circulavam em território nacional e no seu significado.

As diferentes interpretações sobre o papel desempenhado pela substituição de importações na industrialização brasileira tem em comum a ideia redutiva de um mercado interno estreitamente vinculado às exportações. Um pressuposto que não leva em conta a duplicidade de moedas do Brasil de então, com o mil réis como moeda do residual mercado interno e as moedas estrangeiras, principalmente o franco, como moeda dos importados. Uma sociedade em que na elite dos fazendeiros havia os que na fazenda tomavam até sopa desidratada importada, como ocorria com os avós de Tarsila do Amaral, enquanto o colono se contentava com a serralha que brotava espontaneamente no meio do cafezal, como mistura de seu feijão com farinha.

Ao concluir sua reflexão sobre a temática “O café e a gênese da industrialização

em São Paulo”, Martins (2010, p.233) observa que o setor industrial passa a ter uma importância muito grande para a manutenção do Estado; desse modo a indústria passa a ter peso nas decisões governamentais, como foi o caso do Governo provisório de 1930, que assume postura do outro governo e que com a crise em 1929 compra a produção de café e posteriormente a queima.

Voltando nossa atenção para São Carlos não podemos deixar de concordar que uma grande quantidade de negócios, dependentes diretamente do sucesso das fazendas de café, sofreu com os efeitos da crise de 1929. Truzzi (2000, p.129) relata que “[...] são fartos os relatos de grandes armazéns e de lojas de secos e molhados que ameaçaram ou mesmo fecharam suas portas quando a crise se propagou [...]”. Essa crise verificada nesses estabelecimentos, entre outros motivos, estava relacionada ao fato de que muitos dependiam do consumo dos indivíduos que trabalhavam nas fazendas; os produtos desses eram repassados à população das fazendas sobre fiança dos fazendeiros “[...] que depois abatia do pagamento os valores correspondentes ao consumo de seus colonos, pelo sistema de cadernetas. Se os fazendeiros retiravam a fiança, é claro que estes armazéns a descoberto em suas operações [...]”.

De acordo com os relatos de Truzzi (2000, p. 129), José Zambrano e Victório Censoni são casos de imigrantes que tiveram grandes perdas com a crise; o primeiro guardava consigo uma lista com o nome de ilustres membros de famílias de proprietários e que figuravam nela como devedores; o segundo possuía uma grande oficina de conserto de carrocerias de veículos que faliu, pois seus principais clientes eram os fazendeiros.

Ao comparar os efeitos da crise em São Carlos e Araraquara, que além de cidades vizinhas, possuem relações interessantes para comparativas, tais como a extensão do território e o próprio desenvolvimento econômico e social. Truzzi (2000, p. 132) observa através de dados analisados por Lorenzo (1979, p. 147-148) que, observando os livros de impostos sobre indústrias e profissões das duas cidades, a autora relata que a década de 1930 foi a única a apresentar uma redução numérica nas atividades industriais em ambos os municípios.

Ao citar o caso de São Carlos mais especificamente, Lorenzo (1979, 148) observa que se nas três primeiras décadas “[...] o confronto entre entrada e saída de novas atividades ofereceu saldos positivos de 31, 80 e 35 estabelecimentos, respectivamente, nos anos 30 a relação se inverte negativamente, com o número de saídas sobrepujando o de entradas em 22 estabelecimentos [...]”.

As empresas de menor expressão sofreram muito com a crise, sua vinculação com

as fazendas era muito grande, mas nem todos os estabelecimentos industriais sofreram; alguns inclusive se beneficiaram.

[...] é provável que as empresas de menor porte tenham encontrado dificuldades mais agudas no trato da concorrência imposta por empresas de fora. Contudo nenhum dos estabelecimentos mais importantes – pelo menos aqueles que empregavam um mínimo de dez pessoas – teve que cerrar suas portas em função de apuros advindos de uma concorrência mais intensa. Pelo contrário, o novo período parece tê-los fortalecido [...]. (TRUZZI, 2000, p. 132-133).

Um dos meios utilizados pelos empresários para não diminuir seus mercados foi investir na expansão do comércio de seus produtos com municípios vizinhos e com grandes centros. Truzzi (2000, p. 133) destaca que nesse aspecto as empresas que tiveram um maior sucesso foram as que tinham certo porte; e que mesmo as empresas de menor porte mas que tinham seus negócios ligados à cidade, conseguiram sobreviver, como no caso das empresas de móveis e aquelas destinadas à confecção de ternos.

As primeiras fábricas de móveis surgem em São Carlos também por intermédio dos imigrantes, “[...] interessados basicamente em atender ao consumo local, aos poucos [...] foram formando operários especializados que, por sua vez, logravam fundar suas próprias firmas, a ponto de São Carlos se tornar um centro moveleiro de reconhecida importância [...]” (TRUZZI, 2000, p. 133). Os móveis sancalenses nessa época tinham grande saída para todo o estado de São Paulo, assim como para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O cenário começa a mudar a partir da década de 1950, entre os fatores que prejudicaram as fábricas estava o distanciamento dos centros fornecedores de matéria-prima.

Neste mesmo período Truzzi (2000, p. 134) destaca a proliferação das alfaiatarias, amplamente dominadas pela iniciativa de imigrantes italianos. Sua importância, de acordo com o autor, é quantitativa; pois a cidade chegou a contar com 32 estabelecimentos, todos eles fabricantes de ternos para homens. Também contribuíram para a confecção de uniformes de trabalho para todas as cooperativas da companhia paulista de estradas de ferro espalhadas pelo interior.

A conclusão que Truzzi (2000, p. 135) faz desse período da crise de 1929 trás uma importante reflexão sobre o que ele classificou como tendências e contratendências industrializantes:

Pode-se dizer que o saldo foi positivo, pelo menos para a atividade

industrial ganhar terreno diante das demais oportunidades de inversão econômica. É bem verdade que São Carlos não pode servir de padrão às cidades interioranas da região, pois já contava antes mesmo da crise cafeeira com um compartimento industrial relevante e diversificado, ao ponto de seu setor secundário não depender exclusivamente de uma reorientação da base agrícola fornecedora de matérias-primas a serem processadas.

2.5 – Os reflexos da Segunda Guerra Mundial na indústria sancarlense

Os efeitos da Grande Guerra ocasionaram significativas modificações nas atividades industriais em São Carlos. Truzzi (2000, p. 135) aponta para um avanço nas atividades industriais e cita uma série de razões.

Primeiro ele destaca que os mecanismos de substituição de importações foram reforçados durante a guerra “[...] os maiores estabelecimentos puderam aumentar espetacularmente sua produção, exaurindo o equipamento disponível, trabalhando em turnos corridos e também diversificando sua produção [...]” (TRUZZI, 2000, p.135).

Como exemplo nesse processo temos a companhia de Fiação e Tecidos São Carlos, que além de aumentar seu mercado interno, passou a exportar sua produção para quase toda a América Latina. Também passou a reaproveitar uma parte da matéria-prima para a produção de outros produtos (óleo comestível, óleo de rícino, ração, etc.), expandiu suas propriedades, comprando muitas fazendas produtoras de algodão, e melhorou sua oficina de reparos chegando a processar alumínio em pequena escala.

O exemplo da Companhia de Fiação e Tecidos de São Carlos está presente em um cenário que representa um momento de crescimento das atividades industriais em São Carlos no período da Segunda Guerra Mundial “[...] não há dúvida de que o impulso à industrialização local marcante desse período foi ocasionado sobretudo pela implantação de uma série de novos estabelecimentos industriais. A começar pelo próprio ramo têxtil [...]” (TRUZZI, 2000, p. 136).

Os dados relativos ao período impressionam; conforme levantamentos feitos por Truzzi (2000, p. 137) no catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo, das 224 empresas existentes em São Carlos em 1945, 97 delas tinham sido fundadas após 1939. No entanto, é importante ressaltar que, na mesma proporção que evoluiu durante o período de guerra, a indústria têxtil regrediu no período pós-guerra, isto porque seu maquinário na época era obsoleto e foi facilmente superada pelo maquinário de países mais tecnologicamente avançados.

Se por um lado à indústria têxtil apresentou um refluxo tão logo a guerra terminou, outros setores foram mais generosos e representaram novas perspectivas de investimento; como é o caso das Indústrias Pereira Lopes Ltda., em 1945, que primeiramente dedicaram-se à construção de motores elétricos, posteriormente passaram à fabricação de fogões elétricos e a gás e anos mais tarde investiram também na produção de geladeiras.

A importância das Indústrias Pereira Lopes pode ser percebida quando atentamos para o fato que, até a década de 1940 inexistia no Brasil a produção em série de refrigeradores, sendo que o mercado interno era suprido por importações. A partir de meados da década de 1950 esse quadro muda; a importação representava apenas 2.000 produtos por ano, enquanto que a produção interna era de 130.000.

Cinco grandes grupos disputaram esse enorme mercado que se abriu em virtude do barateamento do produto: em 1956, o produto nacional custava ao consumidor menos da metade do similar estrangeiro. Eram líderes do mercado as marcas Frigidaire (da General Motors) e Climax – ambas produzindo, em 1955, 30 mil unidades –, esta última pertencente às indústrias Pereira Lopes. (TRUZZI, 2000, p. 138).

Por fim vale destacar os dados relativos à quantidade de operários em São Carlos e Araraquara para perceber que a evolução na quantidade desses trabalhadores não sofreu abalos com o período da Segunda Guerra Mundial.

Tabela 3 – Quantidade de operários em Carlos e Araraquara (1928 – 1945)

	1928	1931	1934	1936	1945
Araraquara	232	311	414	536	2448
São Carlos	1165	1023	1812	1502	2727

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo: 1928 a 1936; SÃO PAULO (Estado). Departamento Estadual de Estatística. Catálogo 1945 apud TRUZZI, 2000, p. 127.

2.6 – Os imigrantes como empresários industriais em São Carlos

Ao abordar a temática do imigrante como um empreendedor, um empresário industrial na cidade de São Carlos, Truzzi (2000) não apenas identifica as atividades econômicas que estes desenvolveram, mas também faz uma reflexão sobre a trajetória

social presente na vida dos indivíduos e de suas famílias.

Realmente é uma abordagem que leva em consideração questionamentos que embasaram alguns pontos dessa dissertação, tais como a seguinte perspectiva “[...] investigar o que faziam estes antes da indústria, de que raízes sociais provinham e de que forma conseguiram reunir trunfos que os credenciassem a exercer esta nova atividade [...]” (TRUZZI, 2000, p. 146).

Algumas possibilidades já foram aqui aventadas como as questões do crescimento urbano, do fim do regime escravista, do surgimento da economia assalariada, entre outras, que contribuíram para o crescimento das atividades econômicas. O imigrante aproveita-se da carência de nativos da terra para exercer tais atividades, principalmente em âmbito urbano, e dedica-se então ao comércio e a indústria “[...] foi precisamente aí que alguns imigrantes puderam se deparar com os obstáculos e barreiras mais transponíveis, do ponto de vista de suas aspirações [...]” (TRUZZI, 2000, p. 146).

Edgard Carone (2001, p. 36) também reflete sobre a questão da insuficiência de mão-de-obra para atender as necessidades de estruturação do mundo moderno, e entre os fatores elencados por ele estão a carência de trabalhadores qualificados para exercer as diversas tarefas e as diferentes formas de divisão do trabalho. Ao analisar as necessidades que o campo e a cidade possuíam, o autor faz a seguinte observação “[...] o campo exige obrigações mais amplas e complexas, mas a cidade também se mostra mais exigente com as suas diferentes opções no comércio e na indústria [...]” (CARONE, 2001, p.36).

A satisfação das necessidades ainda pode ser observada como fator preponderante no tocante aos meios de produção e ao processo produtivo. Conforme Schumpeter (1997, p.38) mesmo eles tem como líder, como determinante de sua atuação o consumidor “[...] As pessoas que dirigem as empresas de negócios apenas executam o que lhes é prescrito pelas necessidades ou pela demanda e pelos meios e métodos de produção dados [...]”.

As aspirações dos imigrantes para ocupar estes novos quadros abertos pela urbanização, pelo comércio e pela indústria não foram obras do acaso; eles contaram com vantagens, como é o caso daqueles que já possuíam algum conhecimento de alguma habilidade profissional adquirida no país de origem “[...] a experiência e o treinamento técnico em determinados ofícios revelaram-se em muitas ocasiões elementos essenciais para a montagem de uma empresa. Os exemplos são múltiplos [...]” (TRUZZI, 2000, p. 147).

A seguir apresenta-se um pequeno quadro com alguns imigrantes que estão dentro desta perspectiva.

Tabela 4 – Imigrantes e suas habilidades

Nome	Origem	Profissão país origem	Profissão Brasil	Observação
Michelle Giometti	Itália central (região Toscana)	Ferreiro	Ferreiro	Monta oficina conserto de carroças
Pietro Maffei	Itália central (região Toscana)	Oleiro	Oleiro	Residiu e teve uma olaria em Campinas
Dante Ciarrochi	Itália	Produtor de ferramentas	Produtor de ferramentas	Proprietário de uma empresa de médio porte
Rugiero Mastrofrancisco	Itália	Aprendiz serralheiro	Serralheiro	Oficina de serralheria

Fonte: TRUZZI, 2000, p. 147

Outra vantagem utilizada por alguns imigrantes diz respeito a questão de contarem com algum capital ao desembarcarem no Brasil e se estabelecerem como empresários “[...] A rapidez com que alguns deles triunfaram no desejo de exercer um ofício por conta própria foi por muitas vezes delatora de alguma poupança amealhada anteriormente e importada [...]” (TRUZZI, 2000, p. 148).

Ter algum capital facilitava a inserção do imigrante como empresário, mas a falta de recursos não impedia que obtivesse sucesso. No que diz respeito aos novos empreendedores, em especial aqueles desprovidos de recursos, Schumpeter (1997, p.81) contesta a análise tradicional que vincula todo novo processo de empreendedorismo: a necessidade de se ter uma poupança “[...] Sua maior parte, decididamente, não vem da parcimônia, em sentido estrito, ou seja, da abstenção por alguém do consumo de parte de sua renda regular [...]”. Na verdade o caminho escolhido é outro “[...] mas consiste em fundos que são, eles próprios, resultado de inovação bem-sucedida e nos quais reconheceremos mais tarde o lucro empresarial [...]”.

Sendo assim podemos perceber que existiam outras possibilidades, como a

acolhida, que também constituiu-se em um importante benefício de imigrantes em São Carlos. Truzzi (2000, p. 147) cita os casos de Abdelnur, imigrante libanês que chegou ao Brasil em 1914 e que em 1932 era coproprietário de uma fábrica de meias; e o imigrante Maffei, que chega a São Carlos motivado pelo sucesso de seu cunhado Giometti.

O fator acolhimento já fora retratado no capítulo anterior, quando observamos sua importância no sucesso que Matarazzo alcançou em seus negócios. Em São Carlos, Facchina e Giometti valiam-se de serem bem sucedidos em seus negócios e utilizavam sua influência e o fator acolhimento para conseguirem pessoas de confiança em seu país de origem - muitas vezes parentes - para trabalharem em suas fábricas “[...] Há quem conte que pretos e mulatos não se empregavam lá; os trabalhadores eram recrutados na comunidade italiana e todas as posições-chave eram preferencialmente ocupadas por parentes [...]” (TRUZZI, 2000, p. 148).

A reflexão que Dean (1971, p. 25) faz sobre a ligação que alguns imigrantes tinham com o comércio importador, constitui também outro fator a ser considerado dentro da perspectiva de São Carlos; na análise do autor os laços entre os imigrantes e os fornecedores facilitaram a entrada desses no comércio de importação. Somada a isso, as preferências de consumo e os hábitos da população contribuía com uma possibilidade de sucesso aos que se dedicavam a tal prática; não se pode descartar que muitos aliavam produção e comércio em seus negócios.

A casa Zambrano, grande loja de secos e molhados, que importava parte de seus produtos e fabricava móveis em uma oficina anexa a seus armazéns. Facchina e Giometti dedicavam-se à produção de diversos produtos (gelo, sorvetes, peneiras, rastelos, etc.), e também eram grandes importadores dos vinhos Chianti, de azeites, de latarias entre outras mercadorias. Cerri também tinha sua fábrica, que produzia sabão, mas também dedicava-se à importação de vinhos, azeites, queijos, etc.

Existem ainda alguns casos de imigrantes que eram operários e empregados, e através de algum benefício acabaram convertendo-se em pequenos negociantes; é o caso de Crnovick e Arab, que em comum viram a associação da economia de vários membros da família contribuírem para a abertura de suas próprias firmas.

Truzzi (2000, p. 151) conta que os Crnovick eram de início quatro irmãos iugoslavos que migram e se estabelecem em São Carlos. Começam a trabalhar em um curtume, que era de propriedade de um imigrante português, Júlio Rocha. Em 1914, confiantes de sua experiência e de suas habilidades naquele negócio, reúnem suas economias e abrem seu próprio curtume que sobrevive por aproximadamente 60 anos.

Já Regite Arab tem sua história atrelada aos seus cunhados Gracindo e Castraldi. Truzzi (2000, p. 151) narra que eles trabalhavam em uma firma que produzia e comercializava vidros e espelhos, a qual pertencia a um imigrante turco, Arsênio. Em 1933 eles se demitem e seguindo o exemplo dos Crnovick resolvem abrir sua própria vidraçaria e com poucos recursos acabam tendo que recorrer à locação dos maquinários necessários para o ofício.

Outro caso é o de Ricetti, filho de imigrantes italianos. Conforme Truzzi (2000, p. 152), Ricetti trabalhou como vendedor para Emilio Romi em uma empresa que prosperou muito em Santa Bárbara com o conserto de charretes, carroças e arados. Ele casou-se com a filha de um proprietário de fazendas, Jorge Monteiro, nas proximidades de São Carlos. Em 1944, juntamente com Romi, resolve abrir em São Carlos uma indústria de máquinas têxteis. A sociedade dura dois anos e após ter sido desfeita, Ricetti continua investindo na empresa e passa a se dedicar à produção de artigos variados em metalurgia.

Entre os casos relatados Truzzi (2000, p. 152) chama atenção para o fato de a ascensão do antigo empregado alcançar uma magnitude ainda maior; trata-se do caso de Carlos Facchina. Filho de italianos originários de Treviso, Carlos nasceu em Gênova, em 1878. Quando chegou ao Brasil, com cerca de 9 anos, começou a trabalhar comprando verduras no vale do Anhangabaú para revender em outros bairros. Assim que perdeu o pai, resolveu vir para o interior; residindo primeiramente em Mococa e pouco tempo depois mudou-se para São Carlos, onde conseguiu um emprego de vendedor ambulante de charutos em um circo e em seguida conseguiu empregar-se como operário em uma fábrica de cadeiras.

A mãe de Carlos, para ajudar na renda da família, produzia colchões que eram entregues por ele à noite. Com o dinheiro que foi juntando comprou algumas máquinas do patrão e abriu sua própria oficina de móveis. Passou então a diversificar sua produção e montou uma torrefação de café e uma fábrica de gelo; o sucesso com a produção de gelo fez com que investisse também na fabricação de salames, mortadelas e linguiças. Associou-se com Giometti e fundaram as Indústrias Facchina e Giometti passando a produzir rastelos, peneiras, colas e pregos. Conseguiram perceber que a mesma tecnologia que usavam para produzir cola poderia ser empregada na produção de adubos de origem orgânica, a partir de ossadas animais de todo estado.

A percepção na busca de novos mercados torna-se uma ferramenta valiosa para aqueles que buscam novos horizontes e fugir da concorrência “[...] A busca de novos mercados nos quais um artigo ainda não tenha se tornado familiar e no qual não é

produzido é uma fonte extraordinariamente rica de lucro empresarial [...]” (SCHUMPETER, 1997, p. 135).

Truzzi (2000, p. 153) afirma que em 1928 Facchina e Giometti se separam; Facchina fica com as fábricas de cola e adubos, enquanto Giometti permanece no ramo metalúrgico. Os negócios de Facchina prosperaram muito em virtude do custo praticamente nulo que tinha com a sua principal matéria-prima; as ossadas “[...] além disso, em 1930, enquanto os fazendeiros de café queimavam os excedentes de seu produto, Facchina aproveita estas cinzas para processar o adubo [...]”.

Outro fator que devemos levar em consideração é o do senso de oportunismo, que pode abreviar certos empecilhos para a ascensão social; muitos desses indivíduos dotados deste “senso de oportunismo” perceberam, por exemplo, que uma colocação estável como funcionário na companhia Paulista de Estradas de Ferro poderia lhes garantir uma fonte segura de ganhos, os quais contribuiriam para no futuro poderem se tornar empresários.

Conforme Truzzi (2000, p. 153-154), Abel Giongo conseguiu através de uma carta de recomendação de um amigo, uma audiência com Antonio Prado, que o encaminhou até João Monlevade, então inspetor geral da companhia. Através desses contatos Giongo se estabeleceu como empreiteiro construtor da Paulista; cargo responsável pela construção de armazéns e estações para a companhia ferroviária e contando com sua influência empregou também os irmãos, Bruno e Sétimo, como mestres de obras.

Giongo trabalhou em várias cidades e no final do século XIX resolveu se estabelecer em São Carlos. Junto com outro empreiteiro, Vicente Cesta, adquirem uma pequena oficina de serração próxima a estação. Embora já não trabalhasse mais na Companhia Paulista “[...] sabia usufruir de suas relações com seus antigos colegas de trabalho. Era comum empreiteiros que haviam trabalhado com ele virem buscar madeira em sua serraria em São Carlos [...]” (TRUZZI, 2000, p. 154).

Outro imigrante que partilhou da mesma experiência de Giongo foi o italiano Matheus Fazzari. Ele chegou ao Brasil em 1901, começou como colono mas conseguiu se destacar ao conseguir emprego na ferrovia como ajudante. Truzzi (2000, p. 154) salienta que o tempo que Fazzari permaneceu na ferrovia foi importante, pois conseguiu juntar certa poupança, a qual foi utilizada para abrir um armazém de secos e molhados. Em 1931 associa-se a um imigrante alemão, Von Gal e abrem uma loja de comércio de couros, mais tarde a loja transforma-se em um curtume.

Outro caso de grande sucesso vinculado à ferrovia foi o do suíço Germano Fehr, que também trabalhou como empreiteiro na Companhia Paulista em São Carlos. Foi o

responsável pela construção de muitas edificações como residências, colégios, escolas, igrejas, fábricas e represas. Truzzi (2000, p. 155) destaca que Fehr tornou-se um capitalista que diversificou seus investimentos em uma série de atividades, como em 1908 quando emprestou dinheiro para a recém-instalada Companhia Paulista de Eletricidade.

De acordo com Truzzi (2000, p. 155), nem todos os investimentos feitos por Fehr foram bem-sucedidos; a primeira experiência como industrial do suíço não obteve êxito. Ela aconteceu em 1911 quando, em conjunto com outros empresários, fundou a Companhia de Fiação e Tecidos Santa Madalena; a primeira indústria têxtil de São Carlos, a qual depois de cinco anos abriu falência e foi adquirida por um grupo de empresários gaúchos que a renomeou como Companhia Fiação e Tecidos São Carlos.

Fehr continuou a investir em outros empreendimentos; no mesmo ano em que abriu a Fábrica Madalena, montou uma produtora de artigos de cantaria. Em 1912 investiu na produção de móveis e alcançou grande êxito, abastecendo durante muito tempo diversas cidades do interior paulista. No entanto, foi em 1925 que aconteceu o mais arrojado empreendimento do suíço.

Convenceu seu cunhado (em primeiras núpcias) Fritz Johannsen, a realizar uma viagem à Alemanha com a finalidade de estudar o processo de fabricação do lápis. Johannsen, habilidoso mecânico dinamarquês empregado na fabricação de móveis de Fehr, visitou várias empresas produtoras de lápis [...] desenhou as principais máquinas e conseguiu reproduzi-las em São Carlos. Em 1926, entra em produção a primeira fábrica produtora de lápis de toda América Latina, empregando aproximadamente 60 funcionários (TRUZZI, 2000, p. 155).

Infelizmente uma ameaça da Johann Faber - na época a maior exportadora de lápis do mundo - de instalar uma fábrica em São Carlos fez com que Fehr e seus sócios abrissem mão do controle acionário da empresa e se tornassem sócios da empresa alemã.

Outras iniciativas foram realizadas por Fehr como ser proprietário de uma agência comercializadora de veículos Ford. Em 1937, investe novamente no setor têxtil e inaugura em grande fábrica de Fiação e tecelagem de algodão - em 1945 esta empresa contava com 400 operários. Em 1942 fundou com os filhos uma indústria de fiação de seda “[...] em virtude do pioneirismo e da diversidade com que presidiu seus negócios, Fehr foi cognominado postumamente pelos empresários locais como ‘o pioneiro da indústria em São Carlos’ [...]” (TRUZZI, 2000, p. 155).

2.7 – Estatísticas empresariais em São Carlos

Analisando o livro dos registros de impostos sobre atividade (industriais e profissões), e também os livros do pedido de alvarás de funcionamento entre os anos de 1901 e 1930 averiguamos os seguintes dados:

Tabela 5 – Atividades empresariais de imigrantes e brasileiros (1901 – 1930)

Atividades	1901 - 1910		1911 -1920		1921 -1930	
	Nacionais	Imigrantes	Nacionais	Imigrantes	Nacionais	Imigrantes
Olaria	2	-	2	-	8	2
Oficina e fundição	1	-	2	8	-	3
Fabrica Carroças	-	-	2	-	-	-
Fábrica peneiras	-	-	-	1	-	-
Marcenaria carpintaria				9		18
Fábrica móveis	2	2				1
Curtumes	1		8	10		
Fábrica velas			1			
Fábrica sabão			1	6		
Tecidos	1					
Fábrica roupas						16
Fábrica chapéus						1
Fábrica camisas						1

Fábrica meias						1
Fábrica calçados						1
Fábrica doces						3
Beneficiam. Café/cereais	9		1	2		
Fábrica Massas	2	10		8		
Fábrica gelo				1		
Fábrica Cerveja		2		12		2
Fábrica aguardente		1	4			
Tipografia				5		1
Fábrica vassouras				1		
Fábrica lápis				1		
Total	18	15	21	63	6	51

Fonte: Livro de Registro de Impostos sobre Atividades: Indústria e Profissões – 1901 – 1930; livro de Pedidos de Alvarás de Funcionamento 1901 -1930. Arquivos da prefeitura Municipal de São Carlos/SP

Vale ressaltar que estes dados representam os estabelecimentos em seu período de fundação, por isso a ausência de um segmento em um período posterior a sua fundação não significa que tal estabelecimento deixou de existir.

A análise dos dados fornece uma perspectiva interessante sobre o crescimento da atividade empresarial na cidade de São Carlos durante o período que se estende de 1901 até 1930. Percebemos que durante a primeira década (1901 – 1910), existe uma pequena diferença entre as empresas que são de propriedade de brasileiros e aquelas pertencentes aos imigrantes (apenas 3 estabelecimentos); na década (1911 – 1920), além dos imigrantes possuem maior quantidade de empresas a diferença é que estes tem o triplo

em relação aos brasileiros; por fim na terceira década (1921 – 1930), existe uma queda na quantidade de estabelecimentos inaugurados, mas os imigrantes permanecem com uma margem ainda maior, 51 contra 6 abertos pelos nacionais.

Apresentaremos a seguir algumas estatísticas sobre o processo de formação do empresariado na cidade de São Carlos com base nas Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo, da Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio durante o período de 1929 a 1937, a legenda a seguir facilita a compreensão dos dados com preenchimento.





	Imigrantes
	Capital acima de 500 contos de réis
	Capital entre 101 e 500 contos de réis
	Capital até 100 contos de réis

Tabela 6

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1929

SÃO CARLOS

ADUBOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
8	Santa Lúcia - Carlos Facchini	1.800	80	124 CE - 80 CV	Aubos de origem animal, cola e sebo

ARTEFATOS DE COURO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
161	Hugo - Hugo Dornefeld & Cia	50	14	NE	Arreios, polainas, bolas de futebol, etc.
162	João Gomez Y Gomez	8	2	NE	Arreios em geral

ARTEFATOS DE METAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
135	Adauto do Amaral Castro	50	10	8 CE	Peneiras, etc.
136	Sancarlense - Emilio Gasparotti & Filhos	7	2	2 CE	Chapas p/ fogões, Ventiladores, grades, etc.
137	Ferreira & Cia	60	32	5 CE	Freios, esporas, argolas, cabeções, arreios, etc.

ARTES GRAFICAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
321	Camargo - José Ferraz de Camargo	25	7	2 CE	Livros em Branco e Impressos em geral
322	A tarde - Francisco Fiorentino	20	4	8 CE	Jornal e Impressos em geral

BEBIDAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
60	Bengasi - Frederighi & Grazzini	16	2	1 CE	Cervejas de alta fermentação e Gazozas

LICORES, XAROPES, GAZOZAS, VINHO DE FRUTAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
156	Sancarlense - Guelfi & Dotto	60	3	NE	Licores, Vinagre, vinhos de Fruta, etc.
157	Miguel Galli	10	3	NE	Vinhos de Frutas
158	Aurora - Sciascio & Martinelli	10	2	1 CE	Gazozas e Vinhos de Frutas
159	Bernardino Bonani	10	3	NE	Licores, Vinagre, vinhos de Fruta, etc.
160	Nelli - Alemanno Rafaelli	10	2	NE	Licores, Vinagre, vinhos de Fruta, etc.

BISCOITOS E BOLACHAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
32	Lazzarini - Lazzarini & Genovez	15	6	5 CE	Biscoitos e Bolachas

CARPINTARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
159	Sihio Marzari	90	40	44 CE	Esquadrias

CHOCOLATES, BALAS E BOMBONS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
63	Sancarlense - Guelfi & Dotto	60	10	9 CE	Balas, Caramelos e Bombons
64	Lazzarini & Genovez	15	6	5 CE	Balas, Caramelos e Bombons
65	São Jorge - Attilio Perego	15	2	NE	Caramelos e Balas

CORTUMES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
93	Ponte Alta - E. Júlio Rocha & Cia	600	15	18 CE	Chromos, Vaquetas, Solos
94	São Carlos - Hugo Dornfeld & Cia	200	12	25 CV	Vaquetas e Solas
95	Nicola Bruno & Filhos	50	3	5 CV	Vaquetas e Solas

ESPELHOS, LAPIDAÇÃO DE VIDROS E VITRAES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
40	Arsenios - Elias Arsenios	50	5	6 CE	Espelhos, etc.

FERRAGENS E CUTELARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
51	Progresso - Miguel Giometti	1345	25	50 CE	Pregos e Peneiras

FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
94	Magdalena - Comp. Fiação e tecidos S Carlos	1000	450	500 CE	Tecidos Tintos

FIAÇÃO PARA MALHARIAS E MALHARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
144	Esmeralda - João M. Cardoso	4.500	6	2 CE	Meias de algodão e seda

LADRILHOS, MOSAÍCOS E SEMELHANTES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
84	Juliano Parolo	18	5	NE	Ladrilhos

85	José Casale	10	2	NE	Ladrilhos diversos
----	-------------	----	---	----	--------------------

MACHINAS PARA LAVOURA E INDÚSTRIA

Nº	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
Ordem					
126	Carlos Fachina	200	3	15 CE	Rastelos de aço
127	Antonio Narvaes	50	19	30 CE	Peneiras, etc.

MASSAS ALIMENTÍCIAS

Nº	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
Ordem					
118	Montovani - Julio Giorgi	110	14	27 CE	Massas alimenticias em geral

MÓVEIS DE FERRO

Nº	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
Ordem					
33	Antonio Tedesco	10	2	1 CE	Camas de ferro

MÓVEIS DE MADEIRA

Nº	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
Ordem					
299	Germano Fehr	313	50	16 CE	Móveis em geral
300	Zambon & Pessa	24	10	5 CE	Móveis em geral
301	Carrera & Gonzalez	20	11	3 CE	Móveis e Carpintaria
302	Pedrozzi, Battiston & Cia	15	10	2 CE	Móveis em geral
303	Danillo Dotto	10	2	2 CE	Móveis em geral

OFICINAS PARA MONTAGEM E REPARAÇÃO DE MATERIAL RODANTE

Nº	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
Ordem					
168	Nuncio Cardinali	50	9	3 CE	Reparação de automóveis

169	Irmãos Ravera & Wurm	30	7	3 CE	Reparação de automóveis
-----	----------------------	----	---	------	-------------------------

OFICINAS MECHANICAS PARA CONCERTO DE MACHINAS DE NICKELAÇÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
148	José Masci	10	2	2 CE	Concertos em geral

PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
95	Antonio Franco de Arruda Botelho	5	2	NE	Gotas tri-iodadas, etc.

ROUPAS FEITAS EM GERAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
107	Angrisani & Pilla	220	47	4 CE	Enxovais para batizados, Toucas, Flores artificiais, etc.

SABÃO, SABONETE E SAPONACEO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
95	Rio Grande - A. I. Cerri & Cia	50	3	2 CE	Sabão comum
96	Apollo - José Narvaes & Filho	50	5	NE	Sabão comum
97	Santa Lúcia - Carlos Facchini & Cia	30	2	NE	Sabão comum
98	Tupy - Irmãos Cassin	20	2	NE	Sabão comum
99	Paulista - Alemanno Raffaelli	20	2	NE	Sabão comum

SERRARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
250	Antonio Basso	100	4	30 CE	Madeiras serradas e aparelhadas
251	F. Ferreira & Santiago	60	50	5 CE - 80 CV	Madeiras serradas e aparelhadas

252	Abel Giogo	15	12	60 CE	Madeiras serradas e aparelhadas
-----	------------	----	----	-------	---------------------------------

SERRALHERIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
93	Viuva Mastrofrancisco & Filhos	50	6	3 CE	Grades, Portões, e Portas
94	Temistocles Mastrofrancisco & Filho	20	4	1 CE	Grades, Portões, Portas e Janelas
95	Angelo Patrizi	6	4	2 CE	Portas de Aço, Portões, etc.

VÁRIAS INDÚSTRIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
41	H. Fher Ltda	700	71	75 CE	Lápis, Canetas e Lapiseiras

VASSOURAS, ESCOVAS E ESPANADORES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
112	Irmãos Censoni & Cia	54	15	24 CE	Carroças, Trollys e Concertos

FONTE: Estatística Industrial do Estado de São Paulo - Anno de 1929 - Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo

Tabela 7

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1931

SÃO CARLOS

INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE FIOS E TECIDOS

FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
32	Sta Magdalena - Comp. Fiação e tecidos S. Carlos	1000	417	500 HP	Tecidos crus, tintos e alvejados

INDÚSTRIAS DE COUROS E PELES

CORTUMES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
27	Ponte Alta - E. Julio Rocha & Cia	150	17	36 HP	Chromos, Solas, Vaquetas e Atanados
32	F. Thomaz Crncovich & Irmão	55	12	10 HP	Vaquetas e Solas
53	São Carlos - Hugo Dornfeld & Cia	200	25	25 HP	Chromos, Solas e Vaquetas
89	Bruno - Nicola Bruno & Filhos	30	2	6 HP	Vaquetas e Solas

ARTEFATOS DE COURO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
64	Hugo Dornfeld & Cia	50	12	NE	Malas, carteiras, Cintos, Silhas, etc.

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS

SERRARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
7	Abel Giongo	250	10	68 HP	Peroba, Cedro e Canella, serradas e aparelhadas
37	Antonio Basso	70	3	30 HP	Peroba, Cedro e Pinho, serradas e aparelhadas
113	F. Ferreira & Santiago	50	40	5 HP - 80 CV	Peroba, Cedro e Canella, serradas e aparelhadas
315	Silvio Marzari	90	3	30 HP	Peroba, Cedro e Canella, serradas e

aparelhadas

MOVÉIS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
49	Antonio Martinez Carrera	21.766	20	3 HP	Móveis e esquadrias
106	Danilo Dotto	5	7	1 HP	Cadeiras
234	João Stefanotti	5	8	6 HP	Cadeiras e outros artigos
377	Sylvio Marzari	90	41	40 HP	Móveis em geral

INDÚSTRIAS DE PREPARAÇÃO DOS METAIS, FABRICAÇÃO DE MACHINAS, APPARELHOS E INSTRUMENTOS

OFFICINAS MECHANICAS PARA CONCERTOS E GALVANIZAÇÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
94	José Masci	5	2	2 HP	Concertos de machinas em geral

MACHINAS PARA LAVOURAS E INDÚSTRIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
32	Carlos Facchina	150	13	10 HP	Instrumentos para Lavoura

FERRAGENS E CUTELARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
32	Progresso - Miguel Giometti	300	30	60 HP	Pregos e Peneiras

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEICULOS

149	Irmãos Censoni & Cia	54	12	24 HP	Construção e reparação de carroças, Trols e Arados
-----	----------------------	----	----	-------	--

238	Nuncio Cardinalli	203	7	3 HP	Concertos de automóveis
-----	-------------------	-----	---	------	-------------------------

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEICULOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
9	Angelo Patrizi	6	2	2 HP	Grades, Portões, Portas onduladas e caixilhos
95	Temistocle Mastrofrancisco	6	2	1 HP	Portões, Portas onduladas, Caixilhos, etc
99	V. Mastrofrancisco & Filhos	50	4	2 HP	Grades, Portões e Portas comuns e onduladas

MÓVEIS DE FERRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
4	Antonio Tedesco	5	NE	1 HP	Camas de ferro e Berços de ferro

ESPELHOS, LAPIDAÇÃO DE VIDROS E VITRAES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
14	Casa Arsenios - Elias Arsenios	50	7	6 HP	Espelhação em vidros, vidros e cristais lapidados

MARMORARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
38	Manoel Sanchez	28	2	9 HP	Túmulos, Escadas e Pias

CARPINTARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
----------	--------------------------------------	---------	-----------	--------------	------------------------

78	Irmãos Vanzo	14.500	4	2 HP	Portas, Janelas, Batentes, Caixilhos
79	Irmãos Zoppellari	5	2	2 HP	Portas, Batentes, Caixilhos, Escadas e Venezianas

LADRILHOS, MOSAICOS E SEMELHANTES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
15	Attilio Barnabé	3	2	NE	Mosaicos e Ladrilhos
37	Ernesto Boncompagno	5	2	NE	Ladrilhos
47	Germano Fehr	12.770	3	NE	Ladrilhos

INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS (CHIMICOS)

PRODUTOS CHIMICOS E PHAMACEUTICOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
52	Irmãos Von Zeidler	50	NE	NE	Paralysada - Gomas e Prod. Chim. Para industrias

POLVORAS, EXPLOSIVOS E INFLAMÁVEIS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
49	M. Vaccari & Filhos	5.650	4	NE	Fogos de artifício e Foguetes

ADULBOS E COLAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
6	Santa Lúcia - Carlos Facchina (seção)	1800	61	124 HP - 80 CV	Adubos de origem animal e collas (vide sabão)

SABÃO SABONETES E SABONACEOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
1	A. I. Cerri & Cia	40	3	1 HP	Sabão Comum
17	Carlos Facchina (seção)	30	3	NE	Sabão Comum
66	José Narvaes & Filho	50	6	NE	Sabão Comum

INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

MASSAS ALIMENTÍCIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
84	Grande Pastificio João Caruso	10	2	2 HP	Macarrão com e sem ovos
98	Pastificio Mantovani - Júlio Giorgi	110	11	27 HP	Macarrão sem ovos
110	Pastificio Paulistano - Manelli & Piccazio	5	4	10 HP	Macarrão sem ovos, de sêmola e dietéticos

BISCOITOS E BOLACHAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
17	A. Sancarlense - Guelfi e Dotto	60	6	7 HP	Biscoitos e Bolachas em latas e avulsos

CHOCOLATES, BALAS, BOMBONS, CARAMELOS, ETC

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
28	A. Sancaralense- Guelfi & Dotto	60	10	7 HP	Balas, Bombons e Caramelos
47	Casa Lazzarini - Lazzarini & Genovez	15	4	5 HP	Balas, Bombons e Caramelos

BEBIDAS

CERVEJAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força	Produtos e observações
----------	--------------------------------------	---------	-----------	-------	------------------------

29	Bengasi - Frederighi & Grazzini	10	1	1 HP	Cervejas de alta fermentação e Gazozas
----	---------------------------------	----	---	------	--

LICORES, XAROPES, GAZOSAS, ETC

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
4	A. I. Cerri & Cia	50	3	NE	Licores, Xaropes, Vinagres e Vinhos de Frutas
64	A Sancarlense - Guelfi & Dotto	10	2	NE	Licores, Xaropes, Gazosas, Vinagres e Vinhos de Frutas
119	Miguel Galli	4:600	2	NE	Licores, Xaropes, Vinagres e Vinhos de Frutas

INDÚSTRIAS DE ROUPAS, COURO E CALÇADISTA

CALÇADOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
115	Hugo Dornefeld & Cia	60	19	4 HP	Botinas, Sandalias e Chinellos

ROUPAS FEITAS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
23	Angrisani & Pilla	30	37	4 HP	Camisas para homens, Pijamas, etc

INDÚSTRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA, LUZ, CALOR E FRIO
FÁBRICAS DE GELO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
68	Miguel Giometti	20	2	37 HP	Gelo para Bebidas

INDÚSTRIAS DIVERSAS

ARTES GRÁFICAS EM GERAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
25	Central - Alberto P. Shutzer	30	9	2 HP	Impressos em geral
251	Correio de São Carlos - José Ferraz Camargo	15	3	1 HP	Jornal

VULCANIZAÇÃO DE BORRACHA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
39	José Algarve	8	2	NE	Concertos de pneumáticos e câmaras de ar

VÁRIAS INDÚSTRIAS NÃO CLASSIFICADAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
28	Johann Faber Ltda	1500	85	85 HP	Lápis e Canetas

FONTE: Estatística Industrial do Estado de São Paulo - Anno de 1931 - Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo

Tabela 8

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1933

SÃO CARLOS

INDÚSTRIAS TEXTIS, DE FIOS E TECIDOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Teares	Produtos e observações
27	Comp. Fiação e Tecidos São Carlos S.A.	1.000	581	295	Tecidos crus, tintos e alvejados

INDÚSTRIAS DE COUROS E PELLAS (CORTUMES)

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
30	E. Julio Rocha & C	150	19	36	Meios de sola, Vaquetas em geral, etc.
34	F. Thomaz Crncovich & Irmão	55	12	10	Meios de solas e vaquetas
49	Hugo Dornfeld	200	20	25	Meios de Solas, Vaquetas e Bezerros

ARTEFATOS DE COURO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
120	Hugo Dornfeld	50	12	NE	Silhas, Rabichos, Cintos, Bolas (foot-ball), malas, etc

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS - SERRARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Madeiras serradas e aparelhadas
61	Abel Giongo	250	12	68	Peroba, canella, cedro, etc.
80	Antonio Basso	50	4	30	Peroba, canella, cedro, etc.
128	Francisco Ferreira	150	44	5 - 80*	Peroba, canella, cedro, etc.
286	Sylvio Marzari	290	4	30	Peroba, canella, cedro, etc.

MÓVEIS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
244	Antonio Martines Carrera	21.:766	6	3	Móveis em geral
274	Danilo Dotto	10	5	2	Cadeiras
313	Gelsomino Saia	50	23	12	Móveis e esquadrias
314	Germano Fehr	60.:685	35	15	Móveis em geral
342	Irmãos Zoppellari	6	2	2	Móveis em geral
352	João Stefanutti	19	8	6	Cadeiras
386	Luiz Zambon	29	5	3	Móveis diversos
		290	80	40	Móveis em geral

ARTEFATOS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
81	Antonio Narvaez & C.	300	20	30	Peneiras, rastellos e ancorotes
97	Probo Lombardi	5	2	5	Bolas de Madeira e cabos para machados

INDÚSTRIA DA PREPARAÇÃO DOS METAIS, FABRICAÇÃO DE MAQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS

ARTEFATOS DE METAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
177	Emilio Gasparotti & filhos	15	2	3	Peças de bronze, ferro, sob encomenda

OFICINAS MECÂNICOS PARA CONCERTOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
133	José Macci	8	2	2	Concertos de máquinas agrícolas.

MAQUINAS PARA A LAVOURA E INDÚSTRIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
81	João Marchione	30	10	4	Máquinas para beneficiar café, etc.

FERRAGENS E CUTELARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
39	Carlos Facchini	NE	NE	NE	Rastelos de aço, Paralsada
49	Miguel Giometti	250	12	20	Pregos

CONSTRUÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
265	Eugenio Cardinali	5	4	NE	Concertos de automóveis
344	Irmãos Ravera	15	3	2	Reparação de automóveis
381	João Triques & Irmão	12	5	1	Construção e reparação de veículos a tração animal
469	Nuncio Cardinalli	20	13	30	Reparação de automóveis
520	Viuva Benetti	3.:500	1	2	Reparação de automóveis

SERRARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
84	Angelo Patrizi	3	2	2	Caixilhos, grades, Janelas, portas e portões
118	Thermistocles Mastrofrancisco	2	2	1	Portas, portões e concertos
120	V. Mastrofrancisco & Filhos	50	4	2	Caixilhos, portas onduladas e portões

MOVÉIS DE FERRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
13	Antonio Tedesco	5	6	1	Caixas de ferro

INDÚSTRIAS CERÂMICAS

ESPELHOS, VITRAES E LAPIDAÇÃO DE VIDROS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
36	Elias Arsenios	50	5	4	Espelhação e lapidação de vidros e cristaes

MARMORARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
48	Manoel Sanches	30	2	9	Escadas, pias, estatuetas, mausoléus, etc

CARPINTARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
159	Irmãos Vanzu	14.:500	4	2	Esquadrias em geral, caixilhos e venezianas

LADRILHOS, MOSAÍCOS E SEMELHANTES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
81	Germano Fehr	12.:700	3	NE	Ladrilhos
97	José Casale	4	1	NE	Ladrilhos e mosaicos

INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS

POLVORA, EXLOSIVOS E INFLAMÁVEIS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
60	M. Vaccari & Filhos	8	4	NE	Foguetes e fogos de artifício

ADUBOS E COLAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
16	Carlos Facchina	1.200	58	204	Adubos de origem animal e cola

SABÃO, SABONETES E SAPONACEOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
41	A. I. Cerri & C	40	3	1	Sabão comum
43	Alemanno Rafelli	20	2	NE	Sabão comum
47	Antonio Narvaes & C	25	5	NE	Sabão comum
54	Carlos Facchina	30	NE	NE	Sabão comum

INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

MASSAS ALIMENTÍCIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
93	João Caruso	10	2	2	Macarrão sem ovos
109	Julio Giorgi	110	7	27	Macarrão sem ovos
121	Maneli % Picazzio	10	5	8	macarrão sem ovos e de semola

BISCOITOS E BOLACHAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
25	Guelfi & Dotto	30	4	8	Biscoitos e bolachas em latas e avulsos
32	Lazzarini & Genovez	15	6	5	Biscoitos e bolachas em latas

CHOCOLATES, BALAS E BOMBONS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
42	Guelfi & Dotto	20	12	8	Balas, bombons e caramelos
48	Lazzarini e Genovez	10	6	5	Chocolates simples em tablete

BEBIDAS

CERVEJAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
23	Federighi & Grazzini	15	2	1	Cerveja de alta fermentação e gazozas

LICORES, XAROPES, GAZOZAS, ETC

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
34	A. I. Cerri & C	60	4	NE	Licores, xaropes e vinagres
79	Guelfi & Dotto	10	2	NE	Licores, xaropes, vinagres e vinho
127	Mario Pistelli	3	3	1	Gazozas
130	Miguel Galli	4.:800	1	NE	Licores, xaropes, vinagres e vinho
133	Nicola Foschini	5	1	1	Gazozas e guarana

INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO E ARTIGOS DE FIO E TECIDO

CALÇADOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
254	Francisco Frigioli	5	2	NE	Botinas e sapatos
257	Hugo Dornfield	60	19	4	Botinas, sandalias e chinelos

ROUPAS FEITAS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
109	Angrisani & Pila	30	37	4	Pyjames, camisas para homens, ceroulas, cuecas, etc
200	Antonio Rauedi	7	5	NE	Enxovaes para batizados

INDÚSTRIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA, LUZ, CALOR E FRIO

ENERGIA ELÉTRICA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Cap. HP	Localidades servidas e observações
57	Empresa Elétrica de Sta Isabel	94.:979	3	100	Santa Isabel

FÁBRICAS DE GELO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
50	Miguel Giometti	15	1	37	Gelo para bebidas

INDÚSTRIAS DIVERSAS

ARTES GRÁFICAS EM GERAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
216	Alberto P. Shutzer	28.:550	7	2	Impressos em geral
342	José Ferraz de Camargo	5	3	1	Impressos em geral
385	Nicolau Fiorentino & Irmãos	25	5	10	Jornal "A Cidade"

ARTEFATOS DE PAPEL E PAPELÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
53	Angrisani & Pilla	6	3	4	Caixas de papelão

COLCHÕES E TRAVESSEIROS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
48	Elias Eloy de Oliveira	2	1	NE	Colchões de capim e travesseiros de macella
51	Giorgi Maffei	1.:500	1	NE	Colchões de capim e de paina
52	José Albregard	2	1	NE	Colchões de capim, algodão e crina e travesseiros

VÁRIAS INDÚSTRIAS NÃO CALSSIFICADAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força mot	Produtos e observações
69	Lápis Johann Faber Ltda	1.500	100	85	Lápis, Canetas e outros objetos para escritório

FONTE: Estatística Industrial do Estado de São Paulo - Anno de 1933 - Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo

Tabela 9

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1935

SÃO CARLOS

INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE FIOS E TECIDOS

MALHARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
112	Saba & Nicolau Sallum	80	25	12 HP	Meias de algodão

VASSOURAS, ESCOVAS E ESPANADORES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
30	Antonio Venturini & Cia	4	3	NE	Vassouras de Palha

INDÚSTRIAS DE COUROS E PELES

CORTUMES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
32	E. Julio Rocha & Cia	450	21	36 HP	1/2 de Solas, Vaquetas, Atanados e Vaquetas chromo
35	F. Thomaz Crncovich & Irmão	55	12	10 HP	Meios de sola e Vaquetas
48	Hugo Dornfeld	150	20	25 HP	1/2 de Solas, Vaquetas, Atanados e Vaquetas chromo

ARTEFATOS DE COURO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
135	Hugo Dornfeld	50	24	NE	Correias para machinas, Arreios, Cintos, Pastas, etc

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS

SERRARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
52	Abel Giongo	250	13	68 HP	Peroba, Cedro, Canella, etc
70	Antonio Basso	50	4	30 HP	Peroba, Cedro, Canella, etc
117	Francisco Ferreira	150	50	85 HP	Peroba, Cedro, Canella, etc

MÓVEIS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
249	Antonio Martinez Carrera	21:766	6	3 HP	Móveis em geral
255	Antonio Tedesco	5	3	2 HP	Camas e Berços
335	Gelsomino Saia	50	20	10 HP	Esquadrias e Móveis
336	Germano Fehr	60:685	30	15 HP	Esquadrias e Móveis
365	Irmãos Vanzo	14:500	5	2 HP	Esquadrias e Móveis
366	Irmãos Zopellari	8	4	3 HP	Camas, Mesas, Cadeiras e etc
380	João Stefanutti	4	21	6 HP	Cadeiras
419	Luiz Zambon	29:013	14	5 HP	Móveis em geral
447	Nicolino Pileggi	30	25	3 HP	Camas
483	Sylvio Marzari	290	65	60 HP	Móveis em geral

ARTEFATOS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
102	Antonio Narvaes & Cia	150	26	30 HP	Peneiras, rastelos, Cabos para ferramentas, etc.
125	Probo Lombardi	5	2	5 HP	Cabos para ferramentas, bolas para esportes, etc

INDÚSTRIAS DE METAIS

OFICINAS MECHANICAS PARA CONCERTOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
461	Irmãos Ravera	20	4	2 HP	Conc. de autom., caminhões e machinas em geral
530	José Masci	4:500	2	2 HP	Conc. de autom., caminhões e machinas em geral
591	Nuncio Cardinali	266:637	12	8 HP	Concertos de automóveis e caminhões
651	Viuva Benetti	3:500	1	2 HP	Concertos de automóveis, caminhões e vários objetos
652	Viuva Luiz Camargo & Filho	25	2	1 HP	Concertos de automóveis, caminhões e vários objetos

MACHINAS PARA LAVOURA E INDUSTRIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
99	Emilio Gasparotti & Filhos	7:600	3	3 HP	Peças fundidas em geral

FERRAGENS, FERRAMENTAS E CUTELARIA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
63	Miguel Giometti	800	12	20 HP	Pregos, Telas de arame, Peneiras, Rastelos, etc

CONTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CARROCERIAS E CARROÇAS

218	João Raghianti	12:600	3	3 HP	Concertos de veículos
223	João Triques & Irmão	11	5	1 HP	Carroças, Carrocerias, Carrinho, Concertos
250	Julio Constantino	3	2	1 HP	Carroças, Semitrollyes e Concertos

FABRICAÇÃO E REPARAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
68	Gisto Rossi	2:500	2	NE	Concerto de Aparelhos elétricos

MÓVEIS DE FERRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
----------	--------------------------------------	---------	-----------	--------------	------------------------

18	Antonio Tedesco	5	3	1 HP	Camas para casal e solteiros
----	-----------------	---	---	------	------------------------------

OFICINAS DE ESTRADAS DE FERRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
4	Comp Paulista de eletricidade	100	31	64 HP	Bondes e Reboques, Reparados e reconstruidos

ESPELHOS, VITRAES E LAPIDAÇÃO DE VIDROS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
31	Elias Arsenios	60	7	2 HP	Espelhação e lapidação em vidros e cristais
35	Rachid Castrol & Gracindo	12	8	3 HP	Espelhação e lapidação em vidros e cristais

MARMORARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
52	Manoel Sanches	30	4	9 HP	Mausoleus, Escadas, Estatuas, etc

OFICINAS DE FUNILEIRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
136	Indalecio Garcia	3	1	1 HP	Depósitos para água, Fogões, etc

OBRAS DE CIMENTO E GESSO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
83	Germano Fher	12:..770	3	NE	Ladrilhos, Rodapes, etc
104	José Casale	4:..785	2	NE	Ladrilhos, Rodapes e Rodapes

INDÚSTRIAS DE PRODUTOS CHIMICOS

PERFUMARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
----------	--------------------------------------	---------	-----------	--------------	------------------------

33	Angrisani & Pila	90	31	8 HP	Extractos, Pó de arroz, Brilhantinas, Dentífricos, etc
----	------------------	----	----	------	--

FOGOS DE ARTIFICIO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
59	M. Vaccari & Filhos	30	11	NE	Foguetes de vista, de estouro, Baterias, Bombas, etc

OLEOS VEGETAIS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
3	Comp. Fiação e Tec. S. Carlos S.A.	300	35	100 HP	Oleos de semente de algodão e de ricino

ADUBOS E COLLAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
13	Carlos Facchina	1200	76	234 HP	Adubos mistos e adubos e collas de origem animal
16	Nicolino Pilleggi	50	4	20 HP	Abubos de origem mineral e animal

SABÃO, SABONETES E SAPONACEOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
33	Alemanno Rafaeli	5	1	NE	Sabão Comum
36	Antonio Narvaes & Cia	150	7	NE	Sabão Comum

INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

MASSAS ALIMENTÍCIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
102	João Caruso	5	2	2 HP	Macarrão sem ovos
118	Julio Giorgi	110	7	26 HP	Macarrão sem ovos
138	Miguel Picazzio	5	6	3 HP	Macarrão de semola

BISCOITOS E BOLACHAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
24	Guelfi & Dotto	25	6	8 HP	Biscoitos e bolachas avulsos
29	Lazzarini & Genovez	15	7	3 HP	Biscoitos e bolachas em latas

CHOCOLATES, BALAS, BOMBONS, ETC

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
40	Guelfi & Dotto	25	8	8 HP	Balas, bombons e caramelos
49	Lazzarini e Genovez	15	NE	NE	Balas, bombons e caramelos

BEBIDAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
99	Constantino Amendola	2	1	NE	Gazosas e Vinagres
116	Federighi & Grazzini	5	2	1 HP	Gazosas e Cervejas
130	Guelfi & Dotto	10	2	NE	Vinagres, Vinho de Frutas, Licores, Xaropes
206	Mario Pistelli	3	2	1 HP	Gazosas
215	Nicola Foschini	5	1	1 HP	Gazosas

INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO, FIOS E TECIDOS

CALÇADOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
267	Francisco Frigioli	5	2	NE	Sapatões
271	Hugo Dornfield & Cia	80	17	4 HP	Botinas, sandalias, Perneiras e chinelos

ROUPAS FEITAS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
223	Angrisani & Pila	130	39	8 HP	Roupas Brancas, Vest p/ crianças, Enxovais p/ Batiz.
224	Antonio Rauedi	5	4	1 HP	Vestidos p/ crianças, Veos, Grinaldas, Bones
229	José Luiz Olaio	5	11	1 HP	Roupas Brancas para Homens

INDÚSTRIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA, LUZ, CALOR E

FRIO

ENERGIA ELÉTRICA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
58	Empresa Elétrica de Sta Isabel	120.:980	3	100 HP	Santa Isabel

FÁBRICAS DE GELO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
49	Miguel Giometti	50	3	37 HP	Gelo para bebidas

INDÚSTRIAS DIVERSAS

ARTES GRÁFICAS EM GERAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
219	Alberto P. Shutzer	28.:500	6	2 HP	Impressos em geral
363	José Ferraz de Camargo	10	3	1 HP	Impressos em geral

ARTEFATOS DE PAPEL E PAPELÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
56	Angrisani & Pilla	NE	NE	NE	Paralysada em 1935

VULCANIZAÇÃO DE BORRACHA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
57	Eugenio Cardinali	12	4	2 HP	Concertos de pneu e camaras concertos de pneu, camaras e outros artigos
59	Girodano Bruno Faccin	15	2	2 HP	

VÁRIAS INDÚSTRIAS NÃO CLASSIFICADAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
73	Armando Lazzarini	2	3	2 HP	Armações

79	Lápis Johann Faber Ltda	1.500	110	85 HP	Lápis, Canetas e outros objetos para escritório
----	-------------------------	-------	-----	-------	---

FONTE: Estatística Industrial do Estado de São Paulo - Anno de 1935 - Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo

Tabela 10

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1937

SÃO CARLOS

INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE FIOS E TECIDOS

FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz HP	Produtos e observações
30	Comp Fiação e tecidos São Carlos	2600	770	930	Tecidos Tintos e Alvejados

MALHARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
111	Saba & Nicolau Sallum	120	37	10 HP	Meias de algodão

INDÚSTRIAS DE COUROS E PELES

CORTUMES

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
33	E. Julio Rocha & Cia	150	21	36 HP	1/2 Solas, Vaquetas, Atanados e Vaquetas chromo
37	F. Thomaz Crncovich & Irmão	55	12	10 HP	Meios de sola e Atanados

ARTEFATOS DE COURO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
96	Hugo Dornfeld	200	69	15 HP	Correias machinas, Malas, Arreios, Cintos, Pastas, etc

INDÚSTRIAS DE MADEIRAS

SERRARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
84	Antonio Basso	120	4	30 HP	Peroba, Cedro, Canella, etc
136	Francisco Ferreira	780	66	93 HP	Peroba, Cedro, Canella, etc

MÓVEIS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
235	Antonio Martinez Carrera	28:340	6	3 HP	Móveis em geral
254	Buazar Farhat & Cia	550	55	57 HP	Móveis em geral
289	Gelsomino Saia	45	54	10 HP	Conjuntos completos e Móveis em geral
290	Germano Fehr	60:685	46	17 HP	Esquadrias e Móveis
310	Irmãos Vanzo	14:500	2	2 HP	Móveis em geral
345	Luiz Zambon	29:012	18	5 HP	Móveis em geral
390	Sylvio Marzari	400	100	99 HP	Móveis em geral

ARTEFATOS DE MADEIRA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
106	Antonio Narvaes & Cia	120	20	30 HP	Ancorotes, Canecos, Cabos para ferramentas, etc.
117	Luiz Zoppellari	10	2	4 HP	Jogos de boccie

INDÚSTRIAS DE METAIS

FUNDIÇÃO DE METAIS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
31	Emilio Gasparotti & Filhos	10	6	3 HP	Colunas, Peças fundidas e outros artefatos

OFICINAS MECHANICAS PARA CONCERTOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
----------	--------------------------------------	---------	-----------	--------------	------------------------

320	Eugenio Cardinali	48	5	2 HP	Concerto de Pneus, Automóveis, Caminhões, etc
368	Italo & Gualtieri	15	4	NE	Concertos Diversos
436	Nuncio Cardinali	266:637	12	8 HP	Concertos de automóveis, Jardineiras e caminhões
469	Viuva Luiz Camargo & Filho	30	3	1 HP	Concertos de automóveis, caminhões

FERRAGENS, FERRAMENTAS E CUTELARIA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
78	Miguel Giometti	800	12	20 HP	Pregos, Telas de arame, Peneiras, Rastelos, etc
83	Temistocles Mastrofrancisco	12:769	3	1 HP	Ferragens e Concertos

OFICINAS DE ESTRADAS DE FERRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
5	Comp Paulista de eletricidade	450	24	58 HP	Bondes e Reboques, Carros de Passageiros, etc

FABRICAÇÃO E REPARAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
66	Gisto Rossi	20	3	1 HP	Montagem de receptores de Rádio e Transformadores

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CARROCERIAS E CARROÇAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
49	Angelo Provinciali	20	3	1 HP	Concertos de Automóveis e caminhões
145	João Raghianti	18:600	5	3 HP	Concertos carroças, Carrinhos, Aranhas, etc
147	João Triques & Irmão	10:900	5	1 HP	Carroças, Carrocerias, Carrinho, Concertos
154	José Censoni & Cia Ltda	60	9	24 HP	Construção e concerto de veículos em geral

INDÚSTRIAS CERÂMICAS

ESPELHOS, VITRAES E LAPIDAÇÃO DE VIDROS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
----------	--------------------------------------	---------	-----------	--------------	------------------------

34	Elias Arsenios	83.:507	7	2 HP	Espehação e lapidação em vidros e cristaes
39	Rachid Castrol & Gracindo	48	7	3 HP	Espehação e lapidação em vidros e cristaes

MARMORARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
49	Manoel Sanches	45	6	9 HP	Tumulos, Balcoes, Pias, Pedras aparelhadas, etc

OFICINAS DE FUNILEIRO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
111	Nicolau Rayel	10	2	NE	Artef. de folhas de frandes, Chapas Galvanizadas, etc

OBRAS DE CIMENTO E GESSO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
67	Germano Fher	12.:700	2	NE	Ladrilhos, Rodapes, etc

INDÚSTRIAS DE PRODUTOS CHIMICOS

PERFUMARIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
46	Angrisani & Pila	100	10	9 HP	Extractos, Pó de arroz, Brilhantinas, Dentifricios, etc

FOGOS DE ARTIFICIO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
18	M. Vaccari & Filhos	80	11	NE	Foguetes de vista, de estouro, Baterias, Bombas, etc

OLEOS VEGETAIS E SUB PRODUTOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
5	Comp. Fiação e Tec. S. Carlos S.A.	300	60	254 HP	Oleos de semente de algodão e de ricino, Farelo, etc

ADUBOS E COLLAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
18	Carlos Facchina	1200	81	234 HP	Adubos mistos e adubos e collas de origem animal

SABÃO, SABONETES E SAPONACEOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
24	Antonio Narvaes & Cia	150	5	NE	Sabão Comum
58	Moreti Giannotti & Cia	30	3	NE	Sabão Comum

INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO

MASSAS ALIMENTÍCIAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
110	Julio Giorgi	110	8	27 HP	Macarrão comum
115	Lourenço Milori & Filhos	30	4	10 HP	Macarrão comum
128	Miguel Picazzio	10	2	13 HP	Macarrão comum

BISCOITOS E BOLACHAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
22	Guelfi & Dotto	30	6	8 HP	Biscoitos e bolachas avulsos

CHOCOLATES, BALAS, BOMBONS, ETC

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
38	Guelfi & Dotto	60	18	8 HP	Balas, bombons e caramelos
44	José Lazzarini	15	14	2 HP	Balas, bombons e caramelos

BEBIDAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
84	Guelfi & Dotto	10	2	NE	Vinagres, Vinho de Frutas, Licores, Xaropes

114	Leonardo Petrilli	15	2	NE	Licores, Vinhos de frutas e Xaropes
128	Miguel Galli	14:.800	2	1 HP	Gazosas, Guarnas, Cervej, Refrescos, Beb alcoholicas
130	Moretti, Giannotti & Cia	60	4	NE	Licores, Bebidas alcoholicas, Vinhos e Vinagres

INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO, FIOS E TECIDOS

CALÇADOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
244	Antonio Saitão	30:.667	7	1 HP	Botas, Sapatos, Concertos, Chinellas e Sapatões
297	Vicente Laurito	13:.800	4	4 HP	Tamancos

ROUPAS FEITAS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
237	Angrisani & Pila	80	40	9 HP	Roupas Brancas, Vest p/ crianças, Enx p/ Batizados
238	Antonio Rauedi	25	10	1 HP	Enxovais para Batizados, Veos, Grinaldas, Bones

INDÚSTRIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA, LUZ, CALOR E FRIO

ENERGIA ELÉTRICA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
65	Empresa Elétrica de Sta Isabel	120:.979	3	100 HP	Santa Isabel

FÁBRICAS DE GELO

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
33	Miguel Giometti	150	2	37 HP	Gelo para bebidas

INDÚSTRIAS DIVERSAS

ARTES GRÁFICAS EM GERAL

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
247	Alberto P. Shutzer	28.:500	8	2 HP	Impressos em geral
350	Jose Carlos da S Pinheiro	15	3	1 HP	Jornais e Impressos
353	José Ferraz de Camargo	20	5	2 HP	Impressos em geral

VULCANIZAÇÃO DE BORRACHA

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
48	Irmãos Faccini	31	4	2 HP	Concertos de pneu e camaras

VÁRIAS INDÚSTRIAS NÃO CLASSIFICADAS

Nº Ordem	Denominação das firmas ou companhias	Capital	Operários	Força Motriz	Produtos e observações
89	Lápis Johann Faber Ltda	1.500	137	95 HP	Lápis, Canetas e outros objetos para escritório

FONTE: Estatística Industrial do Estado de São Paulo - Anno de 1937 - Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo

As Tabelas que possuem como fonte de referência as Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo, da Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio, entre os anos de 1929 e 1937, e que são apresentadas em intervalos de dois anos, oferecerem uma importante fonte de dados estatísticos. A separação desses, segundo a legenda, propiciou que pudéssemos fazer uma amostragem do perfil das empresas e dos empreendedores por meio do quadro proposto por Barbosa (2006), que define os parâmetros para a classificação do que seriam pequenas, médias e grandes empresas.

A seguir uma amostra quantitativa destes quadros apresenta resultados muito interessantes. Vejamos:

1929

Capital (Contos de réis)	Quantidade de empresas	Imigrantes como proprietários
Até 100	45	39
101 a 500	5	5
Acima de 500	5	4

1931

Capital (Contos de réis)	Quantidade de empresas	Imigrantes como proprietários
Até 100	43	41
101 a 500	7	7
Acima de 500	3	2

1933

Capital (Contos de réis)	Quantidade de empresas	Imigrantes como proprietários
Até 100	58	55
101 a 500	9	8
Acima de 500	3	2

1935

Capital (Contos de réis)	Quantidade de empresas	Imigrantes como proprietários
Até 100	57	52
101 a 500	12	10
Acima de 500	3	3

1937

Capital (Contos de réis)	Quantidade de empresas	Imigrantes como proprietários
Até 100	42	38
101 a 500	13	9
Acima de 500	6	5

Uma análise mais geral apresenta um crescimento das empresas, ao longo dos anos, com poucas variações. As de grande porte, por exemplo, mantêm uma média de 3 empresas ao longo dos períodos, tendo apenas uma variação no primeiro (5 empresas) e no último ano (6 empresas); as empresas de médio porte apresentam um pequeno crescimento progressivo ao longo dos períodos, iniciando com um total de 5 estabelecimentos e fechando seu último período com 13. As de pequeno porte são as que apresentam uma maior variação, com momentos de aumento e de queda em seu aspecto quantitativo, mas, mesmo estas, não ficam em nenhum dos períodos com menos de 40 estabelecimentos.

Partindo para um estudo mais crítico das tabelas, percebemos que em todas elas a quantidade de imigrantes que possuem estabelecimentos industriais, especialmente aqueles situados nas empresas de médio e grande porte, constituem a grande maioria nesses setores.

Entre os principais empresários imigrantes que aparecem nos quadros podemos destacar: Carlos Facchina, Júlio Rocha, Ugo Dornfeld, Miguel Giometti, Germano Fehr, Abel Giongo Nuncio Cardinali, além das empresas Johann Faber.

CAPÍTULO 03

Considerações sobre o processo de industrialização no Estado de São Paulo e em São Carlos (SP)

Após tratarmos sobre os aspectos que permeiam o processo de desenvolvimento do empresariado - primeiro sobre um aspecto mais geral (Capítulo 1), e, posteriormente, sobre uma perspectiva local (Capítulo 2) - é necessário que seja realizada uma análise sobre algumas particularidades relacionadas à questão do processo de industrialização.

Durante o transcorrer dos últimos dois capítulos algumas características do processo de desenvolvimento da indústria paulista já foram destacadas; no entanto, retomar e aprofundar essa reflexão é necessário para que a temática proposta neste estudo possa ser enriquecida.

Ao promover a análise sobre esses aspectos, que estarão relacionados à atividade industrial, é interessante considerar o questionamento de Cano (1998, p.135) sobre o processo industrial: “[...] A questão fundamental que deve ser colocada, desde logo, é a seguinte: quem promoveu, e sob que condições, o início da implantação industrial em São Paulo? [...]”.

Tentando responder a esse questionamento utilizaremos do aporte teórico fornecido pelos argumentos e análises de Sérgio Silva (1986), Wilson Cano (1998), João Manoel Cardoso de Mello (1998), Fernando Henrique Cardoso (1969), Warren Dean (1971), José de Souza Martins (2010), entre outros.

As obras de Silva (1986), Cano (1998) e Mello (1998) serão utilizadas em uma perspectiva que relaciona o processo de industrialização à economia cafeeira. Ou seja, é por meio do sucesso, e muitas vezes dos momentos de crise do café que a indústria paulista acaba se beneficiando para o seu desenvolvimento e consolidação.

Outra perspectiva diz respeito à questão da valorização dos processos de importação e exportação de produtos industrializados. Segundo Dean (1971), muitos comerciantes e casas de importação beneficiaram-se dos conhecimentos adquiridos dentro desses processos e acabaram por investir no ramo industrial.

José de Souza Martins (2010) apresenta outra análise interessante sobre o tema. Primeiro promove uma crítica às outras teorias; apesar de reconhecer seus valores, o autor identifica falhas nas suas afirmações, hipóteses e conclusões; sua argumentação está centrada no que denomina como “impasses históricos” do período anterior ao golpe de 1964. Em sua análise, Martins demonstra que o grande salto histórico e econômico pode ser identificado a partir de dois pontos: a substituição de importações pela produção interna e a emergência e

difusão da competência empresarial.

Existe também a perspectiva que valoriza as condições sociais da industrialização, o chamado *ethos* burguês, que ganha relevância a partir das análises de Cardoso (1969). O cenário onde estas condições podem ser verificadas são as fazendas do Oeste Paulista, diferenciadas em relação as suas antecessoras, localizadas no Vale do Paraíba. São nessas fazendas (do Oeste Paulista) que muitos cafeicultores acabam por assumir um novo perfil, de valorização do trabalho livre e de expansão dos seus empreendimentos.

A contestação dos modelos industriais são bem trabalhados por Flávio Saes (1989), em seu artigo “Controvérsias sobre a industrialização na primeira república”. Este merece ser lembrado, em nosso estudo, como uma fonte interessante de crítica a determinados modelos que surgiram no intuito de tentar dar conta da temática que envolvia o desenvolvimento e a consolidação da industrialização.

Por fim, será feita uma breve comparação entre o processo de industrialização ocorrido na cidade de São Carlos, com o de duas cidades vizinhas, Rio Claro e Araraquara, as quais possuem condições próximas a São Carlos e, por isso, poderão fornecer um parâmetro interessante de investigação.

3.1 – A economia cafeeira e o processo de industrialização

A vinculação entre café e indústria é uma análise compartilhada por muitos autores como Sérgio Silva (1986), Wilson Cano (1998), João Manoel Cardoso de Mello (1998). No entanto, uma análise mais aprofundada sobre a temática demonstra que o paradigma proposto por esses autores não se aplica a todo o contexto de formação e transformação da indústria, seja em nível nacional ou mesmo estadual.

O próprio Sérgio Silva (1986, p.11), na introdução de seu *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, reconhece que apesar de todo o seu empenho em promover um estudo sobre as origens da industrialização no Brasil, acaba por dedicar parte da obra descrevendo ao que ele mesmo denominou como “[...] exame da economia cafeeira [...]”.

A limitação do trabalho de Silva (1986, p. 11) acontece devido às circunstâncias como a questão da impossibilidade de se verificar todas as particularidades das diferentes regiões brasileiras, fato lembrado pelo próprio autor, que sinaliza ainda que as desigualdades econômicas dessas regiões “[...] implicaria uma série de análises regionais [...]”.

Apesar de reconhecer as limitações de sua hipótese, Silva (1986, p.11) indica o quanto

a ligação entre café e indústria são importantes. Para justificar sua teoria elenca uma série de fatores como:

- a) O café ser o centro da acumulação de capital durante o período do final do século XIX e início do século XX;
- b) As relações capitalistas serem mais desenvolvidas na região cafeeira e, por esse motivo, ser um polo de atração para as nascentes indústrias;
- c) A nascente indústria ser fruto de um desenvolvimento capitalista prévio, em que a mesma surge como a última fase de um período de transição capitalista.

A intenção do autor é clara: todo o processo de industrialização segue um roteiro que envolve sempre a vinculação da indústria ao capital cafeeiro. Isto fica ainda mais evidente quando ele critica as análises anteriores promovidas por sociólogos e economistas e que são classificadas por ele como “[...] estudos que analisam as consequências sociais da industrialização [...]” (SILVA, 1986, p.13).

Para Silva (1986, p. 14), esses trabalhos até produzem conhecimentos sobre questões relativas à sociedade brasileira e o subdesenvolvimento, no entanto, acabam limitando-se ao quadro ideológico resultante da industrialização.

João Manuel Cardoso de Mello segue o mesmo caminho de Sérgio Silva (1986), ao conferir ao café uma importância crucial no processo de industrialização. Mello (1998, p. 100) é categórico ao afirmar que “[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro [...]”. Para ele este capital foi empregado tanto no complexo exportador como no segmento urbano.

Os investimentos de cafeicultores na indústria são apontados por Mello (1998, p. 100) como uma realidade. A justificativa utilizada pelo autor é de que durante os anos de 1890 e 1894 a acumulação de capital permitiu que projetos industriais entrassem em pauta e representassem uma possibilidade de rentabilidade. Além do interesse em investir, os fazendeiros acabaram favorecidos pela política de concessão de créditos do governo.

Para reforçar sua teoria Mello (1998, p.101) também elenca uma série de fatores que contribuem para reforçar a vinculação do processo industrial à economia cafeeira. Os principais fatores são:

- a) Existência e disponibilidade de trabalhadores livres, graças à imigração que buscou suprir as necessidades do núcleo produtivo;
- b) Transformação do capital monetário em meios de produção, graças à entrada líquida de capitais externos, que foram estimulados pelo complexo exportador cafeeiro. Esses

- capitais acabaram sendo convertidos em capitais industriais;
- c) Capacidade de importar gêneros alimentícios que não existiam no Brasil. Fato que só será possível com o excedente de capitais cafeeiros provenientes do auge exportador;
 - d) Lucratividade dos projetos industriais, favorecida pela queda nos salários, os quais sofreram desvalorização graças à abundância da força de trabalho, que era consequência da política de imigração.

Assim como Sérgio Silva (1986), as justificativas de Mello tem um direcionamento claro: o de validação do paradigma do desenvolvimento da indústria atrelado ao complexo cafeeiro. Por mais que possa trabalhar com uma linha teórica muito clara e objetiva, o calcanhar de Aquiles da teoria de Mello está justamente no fato de que suas reflexões desconsideram as particularidades regionais.

Mello (1998, p.103-104) chega inclusive a reconhecer que as relações entre o capital cafeeiro, classificadas por ele como de cunho predominantemente mercantil, e o capital industrial são unívocas; existe um modo de articulação contraditório entre as duas formas de capital (ele lembra que Sérgio Silva já tinha observado este fato): “[...] o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial [...]”.

Na verdade, esse processo contraditório entre capital cafeeiro e capital industrial observado tanto por Mello (1998) quanto por Silva (1986) acontece não por contradição nos investimentos na indústria, mas sim pelo fato de existirem dois grupos de cafeicultores que investiam de maneira diferenciada. Um grupo diversificava seus investimentos, apostando inclusive na indústria e, por isso, são denominados como “homens de negócios” (por Florestan Fernandes); assim como existem aqueles que ainda permanecem ligados aos antigos modelos de produção. Os dois modelos de fazendeiros foram trabalhados no primeiro capítulo. Dois grupos distintos, com atitudes também diferenciadas em relação à indústria e ao café - problemática que não é analisada por Mello (1998) e nem por Silva (1986)-, que enxergam os fatores de dependência da indústria para com o café em outras perspectivas.

Para Mello (1998, p.106), há uma dependência dupla do capital industrial para com o capital cafeeiro:

Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz às vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência

pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil (p. 106).

A importância da economia cafeeira, no processo de desenvolvimento industrial, é analisada por Sérgio Silva (1986) que identifica uma série de fatores nesta relação de dependência da indústria para com o café.

Um primeiro fator destacado é o da mecanização de parte da produção, processo este que se dinamizou com a substituição do trabalho escravo pelo do trabalhador assalariado. Ao citar autores de época, como Pierre Dennis e Delgado Carvalho, Silva (1986, p.50) chama a atenção para o fato de que a mecanização provocou um salto, não apenas no caráter de modernização das propriedades rurais, mas também na aparelhagem presente nas fazendas, o que possibilitou atingir um grau de perfeição em São Paulo. Naquele momento constituía-se a indústria mais bem organizada no Brasil.

Realmente uma das principais contribuições da lavoura cafeeira para o processo industrial esteve na mecanização da produção. Com o tempo o processo de beneficiamento gerou todo um aparato ao seu redor, com investimentos não apenas nas máquinas, mas também em segmentos secundários como o de produção de sacarias (indústria têxtil) e de manutenção e reparo desses equipamentos.

Assim como o processo de mecanização, outro fator importante analisado na obra de Silva (1986, p.50) diz respeito às ferrovias, que possibilitaram a dinamização e otimização do serviço de transporte do café, que antes era feito no lombo de mulas. Com o transporte ferroviário, uma série de obstáculos foi superada como a diminuição do tempo de viagem e as perdas no transporte.

A implementação do transporte ferroviário contou com investimentos tanto do capital cafeeiro quanto do governo. Para termos ideia de sua importância, em 1910, existiam no Estado de São Paulo cerca de vinte ferrovias, destas, duas pertenciam ao governo federal, uma ao governo estadual, uma ao capital estrangeiro e as outras dezesseis eram de propriedade nacional privada, dentre as quais a Mogiana e a Paulista (CANO, 1998, p.63).

Assim como ocorreu no processo de mecanização, as ferrovias conferiram novas possibilidades para a criação de atividades que surgiam na sua esteira, como o desenvolvimento das serrarias, das fundições, das oficinas de reparo, entre outras.

Além disso, Silva (1986, p.74-75) destaca ainda o trabalho assalariado, os bancos e o grande comércio de exportação e importação, como fatores responsáveis pela industrialização “[...] são essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida

acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a indústria no Brasil [...]”.

Wilson Cano (1998, p. 136) também trabalha a questão do desenvolvimento industrial ligado à lavoura cafeeira. Em sua obra *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, analisa o caráter de subordinação que o capital cafeeiro impõe à implantação industrial.

Dentre os fatores que favoreceram os investimentos do capital cafeeiro na indústria, Cano (1998, p. 136) destaca que o café possibilitou um processo de acumulação de capital em um período que se estendeu até o momento da crise de 1930; durante este período também propiciou o desenvolvimento dos mecanismos de importação do país. Não trataremos neste momento do processo de importação, retomaremos um pouco mais a frente seus desdobramentos.

Para Cano (1998, p. 140), a mão de obra representou outro importante benefício propiciado a partir do desenvolvimento da lavoura canavieira. Seguindo a reflexão do autor, a intensificação dos fluxos migratórios equacionou o problema da falta de mão de obra livre para se trabalhar nas lavouras cafeeiras, além de mais tarde ter contribuído para solucionar as futuras necessidades do setor industrial.

Interessante notar que a exemplo de Silva (1986) e Mello (1998), Cano (1998) também constata que a importância dos imigrantes dentro do processo industrial está vinculada a este processo por serem os responsáveis pelo fornecimento dos trabalhadores. O que Cano reforça, ao verificar um período de êxodo rural entre o final do século XIX e início do século XX.

A visão do autor (CANO, 1998) sobre o imigrante como um simples trabalhador, seja no campo, seja na cidade não é equivocada, já que grandes partes dos trabalhadores imigrantes realmente acabam por trilhar este caminho. No entanto, não podemos desconsiderar os casos de imigrantes que contribuíram para o desenvolvimento da indústria, com pequenas oficinas e fábricas, ou com estabelecimentos de maior porte, muitos desses casos estão inseridos nas particularidades regionais, as quais o próprio Sérgio Silva (1986) atestou como possíveis, mas carentes de maiores estudos.

Apesar de reforçar sua teoria, ao dizer que o capital cafeeiro foi o responsável pela primeira expansão industrial, através de investimentos diretos e indiretos dos fazendeiros de café, Cano (1998, p.143) não deixa de considerar que outros fatores tiveram sua contribuição para o desenvolvimento industrial: “[...] As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais [...]”.

A contribuição da economia cafeeira é sem dúvida muito importante para o processo

de industrialização, a infraestrutura, o aparato e as condições para o surgimento das indústrias tem vínculos com o café; no entanto, ao analisar os dados relativos a São Carlos, deparamo-nos com um limite quanto à influência dos cafeicultores dentro do processo de industrialização.

A tabela 2 (p.55), relativa aos dados do censo sobre profissões, apresenta uma lista generalizada sobre a quantidade de profissionais divididos em grupos que levam em consideração o capital e as principais profissões daquele período. A análise detalhada da lista, que originou essa tabela (RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907), possibilita visualizar que grande parte dos fazendeiros de café estava presente em profissões que muito pouco tinham relação com a indústria, como no caso da profissão de Capitalistas.

Outro dado importante, fornecido pelo censo, é que boa parte dos profissionais tinham seus negócios situados na faixa de rendimento que oscilava entre o pequeno e o médio capital, e as respectivas profissões destas faixas são aquelas que possibilitavam o surgimento das pequenas oficinas de fundo de quintal, algumas das quais acabavam por se constituir mais tarde em pequenas e médias fábricas.

Este dado pode ser comprovado quando se compara a lista detalhada do censo com os nomes que surgem na tabela 4 (p.62). Nela, temos o exemplo de quatro imigrantes que trouxeram para o Brasil algum conhecimento prévio e iniciaram em São Carlos pequenas oficinas que mais tarde prosperaram.

A tabela 5 (p.67) demonstra a quantidade de atividades empresariais no período de 1901 a 1930. O crescimento do número de imigrantes como proprietários, já demonstra o quanto o desenvolvimento dos estabelecimentos industriais não dependia somente dos cafeicultores. No entanto, mesmo no quadro do capital nacional poucos estão diretamente relacionados a eles, isto porque, em sua grande maioria, são atividades menores, que necessitam de pouco investimento e operários, ou seja, não era o principal alvo dos imigrantes.

As tabelas 6, 7, 8, 9 e 10 (p. 70-97) fornecem dados relativos à industrialização, no período que se estende de 1929 a 1937. Novamente a contribuição dos cafeicultores é muito pequena e a participação de imigrantes dentro das atividades industriais é muito significativa, mesmo naquelas que exigiam um maior volume de capital.

Apesar dos estudos de Silva (1986), Cano (1998) e Mello (1998) apontarem para o forte vínculo da industrialização em relação ao capital cafeeiro, percebemos que a realidade de São Carlos mostra sim um vínculo; no entanto, este está relacionado à questão das condições, da estrutura que o café fornecia para o processo de industrialização.

Silva (1986) critica análises que condicionam o processo de desenvolvimento industrial à presença das fases de artesanato e manufatura. Para ele, a grande indústria mecanizada predominou no Brasil; o caso de São Carlos contesta essa tese, afinal os dados apresentados nas tabelas apresentam uma indústria artesanal e manufatureira com a presença de poucos operários.

Sobre esta discussão a respeito do processo de desenvolvimento da indústria e das críticas do autor à presença das fases artesanal e manufatureira, recordamos que no capítulo 2 (p.44) apresentamos os argumentos utilizados para validar essa teoria e também criar uma quantificação quanto ao modelo em que as indústrias deveriam ser classificadas.

Retomando de maneira resumida as análises de Silva (1986, p.82-83), identificamos as críticas dirigidas ao modelo de desenvolvimento industrial com as fases de artesanato e manufatura. Para o autor não existiria uma diferenciação neste processo; no que se refere às fábricas, estas são classificadas conforme a quantidade de capital e de funcionários.

No decorrer deste mesmo capítulo (2) apresentamos análises de outros autores que contestavam os critérios adotados por Silva (1986), como Martins (2010, p.45) e Barbosa (2006, p.46-47). Os dois defendem a presença da manufatura e do artesanato nas fábricas paulistas, e criticam a classificação criada por Silva (1986); Barbosa (2006) inclusive propõe uma nova, que é utilizada neste estudo.

No caso de São Carlos as análises dos dados da tabela 5 (p.69) e das tabelas 6-10 (p.104-105) contribuem para uma crítica a Silva (1986) e uma aproximação às contribuições de Martins (2010) e Barbosa (2006).

3.2 – A importância das importações e exportações no processo de industrialização

Ao tratar sobre o processo que levou a industrialização em São Paulo, Warren Dean (1971), em seus primeiros argumentos, não difere muito das análises feitas por Sérgio Silva (1986), Wilson Cano (1998) e João Manuel Cardoso de Mello (1998). No princípio de sua obra, destaca a importância do café como sendo este a base para a o crescimento industrial nacional: “[...] porque propiciava o pré-requisito mais elementar do sistema industrial – a economia monetária [...]” (p.10).

Em sua reflexão observa que antes do café muito pouco existia de dinheiro em circulação e que os fazendeiros até se orgulhavam de sua autossuficiência; os únicos produtos que precisavam do mundo exterior eram pólvora e sal. No entanto, por volta de 1870, com o

avanço da lavoura cafeeira, a situação foi mudando e as primeiras indústrias, as têxteis, já serviam ao propósito de fornecer os panos necessários para as vestimentas dos escravos, o que acabou por substituir o emprego de escravos em trabalhos manuais (DEAN, 1971, p.11).

Outro avanço foi a adoção do trabalhador livre remunerado. Para Dean (1971, p.11) a necessidade de se pagar em dinheiro pelo trabalho dos imigrantes não representou grandes problemas, na verdade constitui-se em mais uma oportunidade de lucro para o fazendeiro, pois este criou uma série de empecilhos que condicionaram o trabalho e os gastos dos imigrantes a sua propriedade.

Interessante que assim como Fernandes (2010), Dean (1971, p. 12) destaca em sua análise a transformação que alguns fazendeiros acabam sofrendo neste momento: “[...] os agricultores passaram a interessarem-se mais pelos aspectos comerciais e financeiros do seu negócio; viviam com maior frequência nas cidades e alguns se dedicaram às atividades imobiliárias, bancárias, ao fomento de estradas de ferro e à exportação [...]”. O grupo ao qual Dean se refere é o mesmo que já fizemos alusão aqui e que Fernandes (2010) classificou como “homens de negócios”, como vimos em nosso primeiro capítulo.

A importância das ferrovias, assim como os investimentos no setor elétrico também são mencionados nas reflexões de Dean (1971, p. 14): “[...] O comércio do café não gerou apenas a procura da produção industrial: custeou também grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais, necessárias a tornar proveitosa a manufatura nacional [...]”.

A diferença nas análises de Dean (1971, p.17) está no fato de que ele se volta para a importância das relações entre a produção nacional e os produtos importados. Neste ponto situa o surgimento da indústria em setores em que os produtos importados tornavam-se muito caros, principalmente pela questão do seu tamanho ou peso “[...] O empresário paulista produzia, no princípio, os bens de consumo mais simples e baratos. Isto era necessário, inevitável até, porque o novo fabricante precisava adquirir a técnica gradativamente [...]”.

Em sua reflexão, o autor aponta que, durante o final do século XIX e a primeira década do século XX, a produção industrial ainda era incipiente, e que o comércio de importados encontrava-se sobre o controle principalmente de comerciantes sírios libaneses, que supriam as necessidades do mercado nacional (DEAN, 1971, p.25).

O que poderia representar um obstáculo transformou-se em um marco para o desenvolvimento da indústria. Para Dean (1971, p.26) são três os fatores que ajudam a entender a relação entre importação e indústria:

- I. A importação: o que requeria certo número de operações *in loco* na esteira da instalação de maquinários, como o de equipamentos hidrelétricos, não compensava,

por questões de custos ou de periculosidade, que estes materiais fossem trazidos de fora, então surgia a necessidade de que aqui fossem produzidos;

- II. A posição estratégica do importador na estrutura do comércio: o importador gozava das facilidades que todo bom industrial deve possuir, ou seja, ele tinha acesso a crédito, conhecimento do mercado e canais para a distribuição do produto acabado. Neste perfil encontram-se os importadores de origem estrangeira, que possuíam maiores acesso a linhas de crédito. Por este fato muitos fabricantes nacionais davam preferência para que importadores negociassem seus produtos;
- III. O importador transforma-se em um industrial: importadores não deixaram escapar a oportunidade apresentada pelo padrão mutável do comércio, e começaram a incentivar a manufatura nacional. O processo não foi imediato, primeiro os importadores passaram a intermediar os produtos nacionais no mercado, gradativamente ganhou força a ideia de se investir nas manufaturas nacionais, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial.

Dean (1971) também aborda em suas análises a importância dos fazendeiros como empresários. Faz isso ao tratar das origens sociais dos empresários e trabalhar os cafeicultores como parte de sua reflexão. No entanto, suas considerações não diferem muito das apresentadas por outros autores como Sérgio Silva (1986), Wilson Cano (1998) e pelo próprio Florestan Fernandes (2010).

Apesar de não criticar ou apoiar diretamente as ideias de Dean (1971), Mello apresenta algumas análises que colaboram para o debate crítico sobre a questão das importações e das industriais.

Um primeiro ponto que merece atenção é o relativo à questão da complementação que as importações representavam entre o final do século XIX e primeira década do século XX. Para Mello (1998, p.150), a indústria passou por dificuldades extremas entre 1899 e 1902 causadas pela queda de demanda devido à crise do complexo cafeeiro e aos cortes no gasto público nesse período. A solução passou por dois pontos principais: flexibilização dos salários, que sofreram um corte; e barateamento dos elementos importados.

Um segundo ponto diz respeito aos períodos de recuperação, compreendidos entre 1903 – 1905 e 1905 – 1912. No primeiro período aconteceu uma ampliação do gasto público, e no segundo, em particular a partir de 1909, houve um crescimento das exportações e um comportamento favorável dos valores das importações para os meios de produção, que acabaram por respaldar a taxa de acumulação. (MELLO, 1998, p.151).

O período antecede a Primeira Guerra Mundial, assim como o período em que se

desenrolou são apontados por Dean (1971, p. 96-97) como um período que merece atenção, pois alterou as relações de importação e exportação de produtos agrícolas, matérias-primas e produtos manufaturados. Na análise do autor, em um primeiro momento, as alterações são positivas para o Brasil, no entanto, elas se alteram com a entrada dos EUA no conflito:

Os Estados Unidos compravam a maior parte das exportações brasileiras e forneciam muitos artigos manufaturados anteriormente fornecidos pela Europa. O comércio com os países neutros também aumentou, em parte porque os exportadores alemães estavam organizando frentes na Suécia e na Dinamarca. O ano de 1917 assinalou o início da verdadeira crise. Em março, os ingleses suspenderam todas as importações de café por falta de recursos de embarque e começaram a restringir a quantidade de espaço de carga que as exportações brasileiras poderiam ocupar em seus cargueiros [...] a entrada dos Estados Unidos na guerra reduziu acentuadamente as possibilidades comerciais do Brasil [...] (DEAN, 1971, p.98)

E como ficaria o modelo defendido por Dean (1971), durante o período de guerra? Quais as consequências para as importações, exportações e para o desenvolvimento industrial? A análise de Dean (1971, p. 106) aponta para um crescimento do setor industrial paulista no período anterior à guerra. Para ele, as circunstâncias estavam muito mais relacionadas ao aumento da riqueza no mercado paulista, do que as circunstâncias da guerra.

Para Dean (1971, p. 107), esse fato dramático da história mundial não foi tão estimulante à indústria paulista como se poderia imaginar, na verdade, sua reflexão leva à conclusão de que o produto nacional ganhou mais consistência; ou seja, o fabricante tornou-se mais profissional e deixou aquela posição marginal de muitas vezes enganar o consumidor com rótulos furtados.

Apesar de a análise de Dean (1971) apontar para uma situação animadora no tocante à industrialização, Cano (1998, p.183) argumenta que existem alguns pontos falhos no trabalho. Primeiro chama a atenção para as siderúrgicas, pois existe uma contradição no fato de que primeiro Dean (1971) descreve que estas teriam fechado ao final da guerra, e em seguida ele (Dean) observa que nem todas teriam desaparecido.

Um segundo ponto diz respeito à questão de que Cano (1998, p. 183) critica o argumento de Dean (1971) sobre a questão da falta de preparo da indústria para atender a um mercado faminto, visto que essa não estaria devidamente aparelhada.

Os argumentos de ambos seguem em atrito na medida em que procuram descrever as consequências que a guerra teve nos volumes de importação e exportação de produtos.

Para Dean (1971, p. 97-98) o saldo da guerra foi favorável para as exportações, os lucros, apesar de não serem fantásticos, existiram; as importações por sua vez encareceram o que acabou por gerar um processo de diminuição na vinda de produtos estrangeiros no

momento em que a guerra avançava.

O ano de 1917 é considerado por Dean (1971, p. 98-99) um ano chave, pois foi neste período que os ingleses suspenderam as importações de café, além de diminuírem a quantidade de produtos brasileiros destinados à exportação, em seus cargueiros; por fim, a entrada dos EUA na guerra restringiu as possibilidades comerciais do Brasil, o que acabou revogando sua neutralidade perante o conflito.

Nas suas análises Cano (1998, p.185-186) não diverge tanto das feitas por Dean (1971). Ele também procura demonstrar os crescimentos que o mercado obteve durante o período, assim como o recesso que ocorreu durante o ano de 1917. Mesmo assim, critica alguns pontos da reflexão de Dean (1971), especialmente sobre as questões de importação e exportação de produtos agrícolas e industriais.

Os questionamentos levantados por Dean (1971) e por Cano (1998) são pertinentes, eles têm uma fundamentação teórica consistente para dar suporte aos pontos de vista defendidos. Vale ressaltar que cada um utiliza de fontes de dados particulares e procuram justificar seus pressupostos em cima dessas fontes. Para o nosso estudo os questionamentos de ambos os autores são válidos para pensarmos a realidade do processo de industrialização são-carlense.

Assim como aconteceu anteriormente, Dean (1971) também reconhece a importância da economia cafeeira na criação das condições para o surgimento da atividade industrial. Fato que concordamos, principalmente quando ele levanta questões, como a circulação de dinheiro e o trabalho livre, que aumentaram substancialmente com as lavouras de café.

Sem dúvida que em São Carlos a constituição do trabalho livre representou, como bem observou Dean (1971), uma nova oportunidade de lucro para os fazendeiros. Os aspectos comerciais e financeiros passaram a interessar mais a eles, viviam com mais frequência nas cidades e investiam em novas atividades como bancos; como já vimos na introdução (p.10), Antônio Carlos de Arruda Botelho, o conde do Pinhal enquadra-se nesse perfil.

Outro ponto que Dean (1971) destaca é o da implementação das ferrovias. É inegável que em São Carlos a ação dos fazendeiros foi motivada por essa modernização; o próprio Conde do Pinhal, teve na instalação da malha ferroviária, o início de suas operações e, junto a ela, o surgimento de uma gama considerável de atividades industriais.

No tocante às importações e exportações, como fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial, uma análise dos dados que levou à elaboração das tabelas 2 p.55, 5 p.68 e 6-10 p.71-98, aproximamos-nos dos estudos de Martins (2010), no que se refere à possibilidade de que, apesar de existirem alguns comerciantes que acabam por investir em

atividades industriais, a quantidade de estabelecimentos contemplados por tal grupo são muito pequenos e não evidenciam uma predominância no caso sancarlense.

Sobre o crescimento no setor industrial durante a Primeira Guerra, os dados da tabela 5 (p.67) comprovam que a quantidade de atividades empresariais cresceu do período anterior ao conflito em relação ao do desenrolar do mesmo. Na primeira década (1901 – 1910) existiam em São Carlos 33 estabelecimentos, já na segunda (1911 – 1920) este número subiu para 84 estabelecimentos.

3.3- As franjas da industrialização

Até o momento realizamos uma reflexão teórica que acaba norteadada pela questão da ligação do café ao processo de desenvolvimento industrial no Brasil. Para José de Souza Martins (2010, p.207) diferentes caminhos foram percorridos pelos pesquisadores, dentre os quais ele destaca:

- a) Os que procuravam descobrir os recursos mobilizados pela economia de exportação agrária para se chegar a industrialização;
- b) As novas relações sociais envolvidas na gênese da industrialização e como se deu a sua transição histórica
- c) Qual a articulação entre agricultura (café) e indústria.

Segundo a análise do autor todos os caminhos elencados possuem falhas nas suas afirmações, hipóteses e conclusões, e a comprovação dessas deficiências justifica-se pelos fatos empíricos, por isso, considera que a análise histórico-concreta do processo de industrialização brasileiro ainda está por ser feita.

A orientação que Martins (2010, p.207-208) segue para procurar solucionar o que ele classificou como “impasses históricos”, do período anterior ao golpe de 1964 e posterior à abolição da escravidão no Brasil, momento que representou o grande salto histórico e econômico do país, pode ser identificada a partir de dois pontos:

- I) A substituição de importações pela produção interna
- II) A emergência e difusão da competência empresarial

O debate acadêmico sobre a questão da industrialização ganhou destaque, segundo Martins (2010, p. 208), a partir dos anos de 1960 pelos trabalhos de autores como Caio Prado Junior, Celso Furtado e Roberto Cochrane Simonsen. Para o autor, as obras de Prado Junior e Furtado estavam preocupadas com “[...] uma busca de legitimidade para rumos futuros nas

evidências do passado. A motivação de fundo era o nacional desenvolvimentismo [...]”. Furtado, segundo Martins, preocupava-se em demonstrar que o Brasil que produzia resultados positivos era aquele que possuía uma orientação econômica voltada para dentro, apoiado no mercado interno.

Simonsen na visão de Martins era percussor de uma orientação interpretativa da história econômica, que defendia que com o esgotamento da política do café, o governo, que na época estava sobre o controle de Vargas, deveria se aproveitar do potencial econômico criado pelo café e contar com “[...] a possibilidade de uma superação necessária em favor da indústria. Ali estava o clamor por uma política de Estado-demiurgo que interferisse criativamente no processo econômico para o salto econômico em favor da indústria [...]” (MARTINS, 2010, p. 208).

O que Simonsen promove, segundo Saes (1989, p. 23-24), é uma análise tomando como base dados censitários de 1920 e estimativas sobre a produção industrial a partir de 1914; como resultado mostrava que a produção para o ano de 1919 mais que dobrou. Mesmo sem citar de forma direta, seus estudos criavam uma noção de que foi a partir da crise da Primeira Guerra Mundial que a indústria experimentou um novo e decisivo impulso.

Outros autores citados por Saes (1989, p.25) que criticam os modelos propostos por Simonsen são Villela e Suzigan. Ambos os autores colocam em dúvida a possibilidade de ter ocorrido realmente um surto industrial neste período: “[...] Os indicadores do produto industrial, construídos pelos autores [...] mostravam oscilações no período, sem uma tendência marcante de crescimento. [...]”.

A crítica de Martins (2010, p.208-209) ao modelo de Furtado está fundamentada na falta de referência que este faz às indústrias em sua obra *Formação econômica do Brasil*. Entre a parte IV, que trata da transição para o trabalho assalariado, e a parte V, que trata propriamente sobre o processo de industrialização, existe um capítulo tratando exclusivamente da crise de 1929, mas nenhuma referência ao processo de industrialização anterior aquele momento. Para o autor, a falta de referências não se justifica, pois “[...] a crise teria propiciado a oportunidade decisiva para que a dominância agrária da economia brasileira fosse vencida pela precedência dinâmica da indústria [...]” (MARTINS, 2010, p.209).

O que motivou Furtado a não dar tanta atenção ao processo industrial no período anterior a crise de 1929? Mesmo quando procurou analisar o processo de desenvolvimento industrial, o autor utilizou-se do café como referência, a crise acaba tornando-se um ponto chave nesse processo.

Martins (2010, p. 209) identifica esse processo ao analisar o que foi denominado por

Furtado como uma política econômica baseada na “socialização de perdas”; nela a sociedade ajudou a pagar a conta pelas perdas do café, visto que o governo passou a comprar a produção excedente que não conseguia mercado no exterior e passou a queimá-la como forma de, por um lado, indenizar o cafeicultor por sua produção, e, por outro, de não baratear demais o produto no mercado.

E aonde entra a indústria dentro do modelo de “socialização de perdas”? Segundo a visão de Furtado, ela teria produzido um resultado inesperado: “[...] Inconscientemente, teria sido promovida uma política de emprego que estimulou principalmente a produção industrial para o mercado interno. A indústria, então, encontrou-se na função de produzir para substituir importações [...]” (FURTADO apud MARTINS, 2010, p.210).

Este esquema geral em que o governo teria mirado um alvo (auxílio aos cafeicultores) e acertado outro (industrialização) é criticado por Martins (2010, p. 210). Dentre outros motivos porque primeiro ocorreu um intervalo de tempo entre o começo da crise e as tentativas de tentar resolvê-la. Durante o governo de Washington Luís, que se imagina totalmente voltado para os interesses dos fazendeiros de café, o então presidente não estava completamente envolvido com o grupo (fazendeiros), na verdade, existia um relacionamento mais diversificado entre ele e os cafeicultores.

Como bem lembramos no capítulo 1, Martins (2010) não concorda com os autores que promovem a crise de 1929 como um ponto crucial para o processo de industrialização. Assim como não compactua com a revolução de 1930 ser o marco da revolução burguesa no Brasil. Desse modo, existia uma coerência na sua análise e na de Fernandes (2010) sobre o processo capitalista quanto à periodização desse fato, no caso brasileiro.

A crítica ao modelo de Furtado acaba com a constatação feita por Martins (2010, p. 211) de que faltariam dados empíricos e históricos que comprovassem esse esquema político de investimento inconsciente do governo.

Saes (1989, p. 21) também crítica a falta de referências que Furtado faz à indústria antes de 1930; identifica que a indústria só passa a ter importância para o autor quando ocorre um deslocamento do centro dinâmico da econômica brasileira nos anos 1930, que é resultado da crise econômica de 1929 e da política adotada pelo governo brasileiro para enfrentar a crise.

A análise de Saes (1989, p. 22) utiliza as críticas de Carlos M. Peláez, que se baseia na chamada “teoria dos choques adversos”. Através dessa teoria Peláez (1968, p.36) apresenta dois argumentos principais:

- a) a política de defesa do café não foi feita com base em expansão do

crédito, como indicava Furtado; para tanto, teriam concorrido, primeiro, vultoso empréstimo externo e, em seguida, os recursos provenientes de imposto sobre as vendas de café;

b) a recuperação da economia brasileira, nos anos 30, “repousou sobre fatores externos, tanto diretos, mediante o balanço de pagamentos, como indiretos, através do efeito que tiveram sobre o déficit orçamentário, em virtude da queda das importações”. Descarta, deste modo, a hipótese de que a procura para o mercado interno tivesse sido a responsável pela recuperação da produção brasileira.

Voltando para as análises de Martins (2010), um próximo passo interessante na análise empreendida pelo autor diz respeito propriamente à origem da indústria, “[...] cuja produção passa a substituir as importações e que se desenvolve como novo centro dinâmico da economia brasileira [...]” (MARTINS, 2010, p.211). A industrialização brasileira como resultado da substituição das importações, ganha amparo nos trabalhos, segundo Martins (2010, p. 211), nos estudos promovidos por Roberto Simonsen e Antonio Castro.

Para Martins (2010, p. 212) existe uma série de falhas para os autores que buscam explicar a industrialização a partir do período da Primeira Guerra Mundial, isto porque eles se baseiam em dados incompletos e espaçados, como é o caso dos censos de 1907 e 1920.

Os dados de 1920 não reconstituem a verdadeira sequência de fatos relativos à história da nossa industrialização. O censo subestima o que ocorreu durante o período da guerra e subestima o que ocorreu em anos anteriores, já desde antes do Encilhamento e após a abolição da escravatura e a liberação de capitais nela empregados. De outro lado, em 1907, o Centro Industrial do Brasil, realizou um censo incompleto da indústria brasileira. No entanto, alguns autores, não hesitam em comparar entre si os dados incomparáveis de 1907 e 1920 para concluir que um grande crescimento da indústria teve lugar entre aquelas duas datas. Em consequência, eles admitem que as causas do crescimento teriam sido as dificuldades de importação de manufaturas durante os anos da guerra (MARTINS, 2010, p. 212)

O primeiro a chamar a atenção para a incoerência dessa análise foi Warren Dean, que segundo Martins (2010, p. 212), observou que o período tem uma duração de treze anos, enquanto que a guerra dura apenas quatro, o criterioso exame sobre os dados promovidos por Dean demonstra que o crescimento industrial ocorreu antes, e não durante o período do conflito.

Se por um lado elogia o estudo de Dean quando este apresenta uma crítica ao modelo que tenta atribuir à guerra um fator de desenvolvimento industrial, por outro, Martins (2010, p.213) tem ressalvas quanto à forma como ele tenta relacionar a substituição das importações com o processo industrial. Como já havíamos destacado, Dean defendia que a familiaridade dos comerciantes importadores com o mercado consumidor e com os produtos facilitou os investimentos destes comerciantes no processo de produção. Para isso utiliza-se de dados de

1910, em que das 65 empresas que ele arrolou, 37 delas passam a se dedicar à produção dos produtos que até então importavam.

Martins (2010, p. 213) chama atenção para o fato de que apesar de os dados possuírem significância, afinal pouco mais de 50% das casas importadoras assumem um perfil industrial, são pouco efetivos, pois na verdade produzem uma explicação para o que ocorreu com as casas importadoras, e não para o que acontecia com as indústrias. “[...] Se pudéssemos organizar um rol de todas as indústrias existentes nesse ano, quantas de fato originaram-se dos negócios de importação? A proporção será provavelmente, muito menor [...]”.

Outra crítica sobre a questão dos estudos sobre a substituição das importações e o desenvolvimento das indústrias, está no modelo que destaca a economia de exportação como a responsável pelo surgimento do mercado. Para Martins (2010, p. 217), não fica claro como a indústria surgiu e prosperou, ele questiona que dentro desse modelo a indústria cresceria nos períodos de crise do setor exportador, mas o que ocorria nos períodos em que não havia crise? A indústria veio realmente socorrer a economia nos momentos de crise? “[...] ocorre que essa indústria já existia, por outros fatores, e não se explicava, portanto, apenas pelas crises externas e pela impossibilidade de importar produtos industrializados ou pela redução da capacidade da economia fazê-lo [...]”.

Toda a crítica de Martins (2010), ao que ele classificou como modelos de interpretação demasiadamente esquemáticos, é justificada por sua posição quanto ao surgimento da indústria brasileira.

A indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais de exportação, como o café. Mas sim nos interstícios dessas relações, à *margem e contra* o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. Assim, a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância dos períodos de crise e de falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria (MARTINS, 2010, p.218)

Cabe destacar que especificamente sobre o Estado de São Paulo o autor, em sua análise, destaca que ela (indústria) esteve presente em praticamente todas as cidades. Somente depois do Encilhamento, é que passou a ter uma maior concentração na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que veio a completar um processo iniciado com a expansão ferroviária, que acabou por facilitar a expansão industrial (MARTINS, 2010, p. 222).

Saes (1989, p.29) chama a atenção para o fato de que Martins através dos estudos que promoveu sobre o Conde Matarazzo, entendia que a indústria paulista das últimas décadas do

século XIX não possuía como característica a substituição das importações, ela na verdade explorava as possibilidades manufatureiras que surgiam no que o autor classifica como “franjas da economia exportadora”.

As possibilidades manufatureiras destacadas por Saes (1989) fazem parte de um conjunto de transformações que Martins (1973, p.70) classifica como ocorrências básicas relativas à possibilidade da indústria no Brasil e estão ligadas com a extinção do trabalho escravo e a imigração estrangeira, que entre outros fatores ocasionam uma demanda por mão de obra e um alargamento da faixa dos consumidores compradores.

Examinando publicações antigas, Martins (1973, p.70) identifica que a expansão do consumo, bem como modificações na sua estrutura, possibilitou um acréscimo de mercado que não podia ser atendido pelo comércio importador, mas que “[...] podia servir-se de sucedâneos mais precários dos produtos importados, produzidos aqui mesmo [...]”.

Entre os produtos inicialmente elencados por Martins (1973, p.70-71) estão a banha de porco e a cerveja. Sobre a cerveja destaca que a muito se discutia a viabilidade de produção de uma bebida mais barata, não eram poucos os pequenos estabelecimentos que já se dedicavam a sua produção.

Na última década do século XIX, Martins (1973, p. 71) observa um fato interessante no desenvolvimento das atividades industriais. Os grandes estabelecimentos industriais buscaram substituir as indústrias menores, estas, no entanto, sobreviviam graças à possibilidade de não pagar impostos e preservar sua taxa de lucro.

É neste momento, final do século XIX, que Martins (1973, p. 71) identifica a questão das franjas da industrialização “[...] a indústria nascente em São Paulo, nos derradeiros decênios do século passado, não se propôs à substituição das importações, mas sim as possibilidades manufatureiras surgidas nas franjas da economia exportadora [...]”.

Uma grande dificuldade que os empresários enfrentavam, segundo o autor, seria a concorrência com importadores, a associação com eles parecia inevitável para a sobrevivência das atividades industriais “[...] A atividade industrial só seria possível, pois, associada secundariamente a grandes empreendimentos comerciais ou deles dependentes [...]” (MARTINS, 1973, p.82).

Mas o caso do Conde Matarazzo mostrou que a situação poderia ser outra. Segundo Martins (1973, p.82), a estratégia de expansão industrial adotada pelo Conde consistia em concorrer diretamente com outros grandes importadores “[...] mediante uma praxe nova: a da constituição de uma clientela de pequenos varejistas para romper as ‘ligações diretas’ das grandes casas [...]”.

A constituição de uma clientela de pequenos varejistas rendia a Matarazzo mais benefícios; segundo Martins (1973, p.82), as relações eram mais constantes, ao contrário daquela que existia com o grande comerciante que tendia a especular mais, também a falência de um freguês pequeno gerou um prejuízo muito menor.

As práticas de Matarazzo acabaram ocasionando um desestímulo às importações, o que nos leva a ponderar se isto seria vantajoso para seus investidores, no caso os ingleses, visto que suas práticas estimulavam o mercado interno.

Martins (1973, p.84), em sua análise, chama a atenção para o fato de que esta política de desestímulo às importações não era transitória, já que estava associada a transformações estruturais na economia brasileira. Sobre os ingleses também identifica em suas ações uma mudança:

Os ingleses participavam de investimentos em obras de infraestrutura, como ferrovias e portos, como forma de ampliar a margem de participação na riqueza internamente gerada e, funcionalmente reduzir os custos da operação de retorno das libras a Inglaterra. Portanto, qualquer dinamização interna da economia brasileira seria mais vantajosa do que a manutenção da política econômica de múltiplas operações triangulares. (MARTINS, 1973, p.84)

As análises de Martins (1973 e 2010) sobre o processo de industrialização fornecem importantes fontes de reflexão entre o modelo apresentado pelo autor e o caso de São Carlos. Primeiramente (2010), ele chama a atenção para dois pontos: substituição das importações pela produção nacional e emergência e difusão da competência empresarial.

Analisando os dados relativos a São Carlos, percebemos que a substituição das importações e a valorização da produção nacional podem ser verificadas já na tabela 5 (p.67). A produção local foi crescendo gradativamente ao longo dos períodos e também foi se diversificando, lógico que estavam concentradas principalmente nesses primeiros momentos em segmentos relacionados a bens de consumo; tinham um caráter mais próximo do artesanal e do manufatureiro, mesmo assim atendiam às necessidades de uma crescente população urbana.

A competência empresarial também se fez presente em São Carlos. Os dados das tabelas 6 -10 (p.70-97) demonstram não apenas uma evolução na quantidade de fábricas, mas também que alguns empresários conseguiram um crescimento significativo de seus estabelecimentos ao longo dos períodos, casos de Carlos Facchina, Miguel Giometti e Germano Fehr.

Esse crescimento demonstra também a consolidação do imigrante como um dos principais agentes empreendedores em São Carlos, estando presente tanto em atividades mais

básicas (artesaniais e manufatureiras), assim como naquelas de maior dimensão, como no caso dos três empresários citados anteriormente.

No caso de São Carlos também é válida a argumentação de Martins (2010) sobre a questão do desenvolvimento industrial não estar inserido dentro do modelo proposto por Celso Furtado e que situa a industrialização como consequência da crise de 1929, como percebemos pelos dados anteriormente apresentados, as atividades industriais remontam a um período de desenvolvimento e consolidação anterior à crise.

Outro ponto abordado por Martins (2010), diz respeito à substituição das importações, apesar de já abordamos um pouco sobre esse aspecto no subitem anterior, vale a pena retomar dois questionamentos feitos pelo autor sobre este processo:

- I) Se a indústria crescia nos momentos de crise do setor exportador, o que acontecia nos períodos em que não havia crise?
- II) E o papel da indústria? Era realmente o de socorrer a economia nos momentos de crise?

Martins (2010, p. 217) afirma que essa indústria já existia por outros fatores e não pela crise, a análise dos dados aqui apresentados vão ao encontro das suas ponderações. Apesar de frisarmos que o café realmente fornece condições para o desenvolvimento da indústria em São Carlos, concordamos com o autor quando ele afirma que o aparecimento da indústria está ligado a um complexo de relações e produtos, que não pode ser reduzido somente ao binômio café-indústria (MARTINS, 2010, p. 218).

Voltando nossa atenção para seu outro trabalho sobre o Conde Matarazzo, Martins (1973) analisou, a partir de estudos em antigas publicações, um crescimento do mercado interno, que não conseguia mais ser atendido pelo comércio importador; tal fato pode também ser verificado em São Carlos quando, no capítulo 1 (p.35), utilizamos do trabalho de Truzzi (2000) para identificar os imigrantes como sendo protagonistas no final do século XIX em dois tipos particulares de subindústrias: a de artigos de consumo popular e a fornecedora de produtos agrícolas.

Mesmo sendo uma indústria de “fundo de quintal” como destacou Truzzi (2000, p.120) sua importância estava no fato de que ela atendia às necessidades que o comércio importador ou não dava conta, ou tornava desvantajosa devido ao alto valor agregado.

Com relação aos exemplos de produtos citados por Martins (1973, p.70-71), a banha de porco e a cerveja, nossa análise sobre eles em São Carlos apresentam os seguintes resultados:

1. A produção de cerveja na cidade teve um crescimento considerável, segundo os

dados da tabela 5 (p.67) relativos aos anos de 1901-1930, foram fundados no período 16 estabelecimentos, todos tendo como proprietários imigrantes. A bebida realmente tornou-se popular, sendo uma alternativa mais barata em relação ao vinho.

Os dados das tabelas 6-10 (p.70-97) demonstram que apesar da quantidade de estabelecimentos destinados à produção de cerveja terem diminuído, eles ainda conservavam duas características importantes: eram de pequeno porte e tinham como proprietários imigrantes.

2. No tocante à banha de porco, a relação não é tão direta como no estudo de Martins (1973), no entanto, outro gênero acaba por atender necessidades que não poderiam ser supridas pelas importações, estamos nos referindo ao couro, um produto que assim como a banha de porco surge no processo que o autor denominou como “franjas da industrialização”, ou seja, surge devido a criação de novas necessidades.

Podemos identificar a quantidade de curtumes instalados na cidade; segundo os dados da tabela 5 (p.67) durante o período de 1901-1930, surgiram 19 estabelecimentos (8 deles tendo como proprietários imigrantes).

Os dados das tabelas 6-10 (p.70-97) possibilita-nos observar que a quantidade de estabelecimentos (que diminui) serve para verificar uma das principais industriais do período em São Carlos: as indústrias Facchina, cujo proprietário, tinha origem imigrante e foi um dos mais influentes empresários da época.

Não podemos nos esquecer de que na esteira dos curtumes existia também uma série de outros pequenos estabelecimentos que dedicavam a trabalhar com o couro obtido nos curtumes, casos das oficinas de couro e das fábricas de calçados.

3.4- O *ethos* burguês

As condições para se entender o processo de surgimento do “*ethos* burguês” ganham forma quando Fernando Henrique Cardoso (1969) analisa quais seriam as condições sociais para a industrialização de São Paulo, que segundo o autor, outros trabalhos ainda não tinham conseguido promover um estudo sistêmico destas condições.

Cardoso (1969, p.187) inicia suas considerações sobre o tema levantando os pontos comuns de outros estudos sobre o processo de industrialização. O modelo geral segundo ele

tem alguns pontos centrais:

- a) O Brasil, como país economicamente dependente, ligava-se ao mercado internacional, consumindo o seu fluxo de renda das exportações na compra de produtos industrializados importados;
- b) Quando os mercados externos sofriam crises e diminuía tanto a compra quanto a oferta de produtos, o mercado nacional sofria um incentivo e a produção nacional de bens industrializados aumentava;
- c) Outro reflexo das crises, é que geravam investimentos de excedentes nacionais na indústria;
- d) O período das duas guerras mundiais é apontado por muitos autores como o de maior desenvolvimento da indústria nacional, sendo, por isso, considerado sua principal causa.

Apesar de admitir que esses argumentos tenham seu valor, Cardoso (1969, p.188) chama a atenção para o fato de que eles não contemplam a verdadeira natureza do processo de industrialização, isto porque deixam de considerar as condições sociais que atuaram como um pré-requisito para a industrialização.

Um primeiro ponto criticado é o que diz respeito à valorização da tecnologia, com certeza um fator importante. No entanto, Cardoso (1969, p. 188) chama a atenção para um conjunto complexo de condições sociais que surgem com o advento do capitalismo. Segundo sua análise o desenvolvimento de um processo de industrialização, envolve a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, especificamente a existência de uma economia mercantil e de divisão social do trabalho.

Essas condições capitalistas são pré-requisitos criados pela organização econômica que antecede a indústria, no caso brasileiro, este grupo já existia na figura do comerciante, do fazendeiro, do financista (CARDOSO, 1969, p.188-189).

O foco dos estudos de Cardoso (1969, p. 189) são as fazendas do Oeste Paulista; para o autor, são elas que produzem as condições necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista que levará ao desenvolvimento industrial em São Paulo. As fazendas do vale do Paraíba foram as pioneiras na produção de café, no entanto, seu modelo escravocrata assemelhava-se ao do açúcar do Nordeste; apesar de produzirem bons lucros e possuírem algumas características que se aproximavam com os requisitos levantados (para o desenvolvimento capitalista), outras características (como o seu caráter escravocrata) acabavam afastando estas de formas propriamente capitalistas de produção.

A fazenda de café do Oeste Paulista assumia um novo padrão: surgiu no momento de

crise do sistema escravista, por isso, muitos fazendeiros acabaram por investir no trabalho livre do imigrante, inclusive com alguns assumindo a causa abolicionista “[...] perdia a sua condição de senhor, para tornar-se um empresário capitalista. Em vez de comprar escravos, alugava a força de trabalho de homens livres [...]” (CARDOSO, 1969, p.190).

Tal condição para Cardoso (1969, p. 190-191), configurava-se em um benefício para os cafeicultores do Oeste Paulista, afinal, nos momentos de crise da produção, os cafeicultores do Vale do Paraíba, assim como os Srs. de engenho tinham que arcar com as despesas de sua mão de obra ociosa, afinal não poderiam simplesmente dispensá-la, fato que não ocorria com os fazendeiros de café que investiam no trabalho livre do imigrante e poderiam abrir mão de seus serviços em momentos de crise da produção.

A criação de mecanismos para o escoamento da produção, como estradas de ferro, o desenvolvimento de sistemas de crédito como casas comissárias e bancos, entre outros contaram com a participação dos cafeicultores “[...] o fazendeiro de café, nestas condições, tornava-se um empreendedor capitalista [...]” (CARDOSO, 1969, p.191).

O complemento deste novo perfil do cafeicultor já foi destacado no capítulo 1, mas vale a pena retomar, e lembrar que o fazendeiro de café passou a delegar poderes no tocante à administração de suas propriedades, preocupava-se mais com a aplicação e com o rendimento do capital, vivia nas cidades e tinha a mente mais aberta às inovações tecnológicas.

Os fazendeiros do Oeste Paulista também costumavam ser mais abertos a concessões em suas propriedades, como as que possibilitavam aos imigrantes produzirem em pequenos espaços. Segundo Cardoso (1969, p.192), essa produção de subsistência era permitida primeiro, porque não atrapalhava na produção principal; segundo, porque garantia a permanência de muitos trabalhadores, que poderiam ser seduzidos por propostas de outros cafeicultores que permitissem tal prática. Muitas vezes a produção gerava algum excedente que era vendido nos núcleos urbanos o que aumentava a capacidade de consumo do imigrante. Quando esta prática era contida existia a possibilidade de o imigrante escapar da propriedade e procurar os núcleos urbanos e neles investir suas economias em pequenos negócios.

O crescimento do consumo era evidente, Cardoso (1969, p.192-193) destaca os fazendeiros como os grandes consumidores, já os imigrantes ainda não tinham uma participação tão crucial neste quesito, as cidades eram os principais centros fornecedores de mercadorias, no entanto, a produção nacional ainda era pequena e boa parte dos produtos industrializados ainda eram importados.

Dos núcleos urbanos que se beneficiaram com a expansão do café, nenhum conseguiu superar a cidade de São Paulo, apesar da concorrência com a cidade de Campinas “[...] a

cidade de São Paulo passou a exercer, em proporções muito maiores, as mesmas funções que as cidades da zona do café: tornou-se o grande mercado de distribuição de produtos e de mão de obra [...]” (CARDOSO, 1969, p.193).

Vale aqui uma observação: a importância da capital paulista não pode ser deixada de lado; realmente devem ser usados como parâmetros, mas tem que se manter um cuidado para não se generalizar todos os processos de desenvolvimento industrial das cidades do interior tomando como única perspectiva aquela presente em São Paulo.

Voltando nossas atenções novamente para o quadro do desenvolvimento industrial, Cardoso (1969, p.193) atribui à exploração do café, a criação de alguns pré-requisitos importantes para a industrialização, como a questão da mão de obra livre, o mercado consumidor e o surgimento do que ele denomina como “espírito de empresa” em alguns grupos constituídos por fazendeiros, comerciantes e imigrantes “[...] que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos [...]”.

Após trabalhar com estes pré-requisitos, Cardoso (1969, p.194) também atribui importância à obtenção de tecnologia, afinal o processo industrial precisa de uma estrutura, e no caso do Brasil essa estrutura dependeu da importação em um primeiro momento de maquinários.

No tocante à importância dos fazendeiros de café, Cardoso (1969, p.196) analisa ser arriscado atribuir apenas aos cafeicultores os méritos da industrialização, na função de capitalistas, tiveram interesse pela “[...] produção de máquinas para a agricultura ou pela produção de bens de consumo em geral. Não existem dados suficientes para que se avalie a importância direta dos fazendeiros nos primórdios da indústria paulista, pode ser até menor do que muitos supõem [...]”.

Na verdade, o próprio autor admite a importância que as fazendas do Oeste Paulista tiveram nas modificações do sistema econômico de produção, criando, assim, condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Chama a atenção para o fato de que partes dos primeiros empreendedores industriais foram comerciantes e imigrantes “[...] a carreira de muitos dos grandes industriais paulistas começou nas lides do campo, no pequeno comércio ou nas atividades artesanais a que se dedicou a maior parte da população imigrante [...]” (CARDOSO, 1969, p.196).

A diferença no movimento do campo para a cidade também deve ser encarado de maneira diferenciada, Cardoso (1969, p.196) lembra que na Europa o movimento deu-se por meio da expropriação de terras; já, no Brasil, a massa de trabalhadores rurais chegou como não proprietária, sem vínculos com a terra, quando passaram a dirigir-se para as cidades, lá

encontraram uma realidade onde muitos de seus patrícios, ou eram operários, ou patrões.

Cardoso (1969, p.197) lembra que sua análise não está inserida dentro do perfil econômico, mas entende que suas considerações não esgotam as possibilidades de explicação do processo de industrialização.

A ela é preciso somar a análise das condições naturais e das condições econômicas que suscitaram ou permitiram o crescimento industrial [...] o equívoco que se deve evitar, ao que penso, é o de utilização de esquemas meramente econômicos que deixam de considerar a industrialização nos seus devidos termos, isto é, como um processo histórico-social real. Neste sentido a síntese que apresentei é também incompleta. Existem muitas outras condições a serem examinadas e esclarecidas para que se tenha uma interpretação mais rica do processo em questão.

Ao utilizarmos o estudo de Cardoso (1969), dentro da perspectiva de São Carlos, um primeiro ponto que merece destaque diz respeito à crítica que ele faz à questão dos argumentos que antes eram utilizados para tratar a industrialização.

Cardoso (1969) reconhece que, apesar do valor destes, eles deixam de considerar algo muito importante no tocante a industrialização, ou seja, as condições sociais, que constituíam-se em um pré-requisito para a industrialização. Para nosso estudo, sem dúvida que as condições sociais são um dos pontos-chave para se compreender o processo de industrialização são-carlense.

Ao se dedicar em seus estudos às fazendas do Oeste Paulista, Cardoso (1969) identifica o surgimento de condições capitalistas essenciais para a organização da economia que antecede a indústria, figuras como a do comerciante, do fazendeiro e do financista são características deste momento e também se fazem presente em São Carlos.

A vinda dos imigrantes e a passagem para o regime de trabalho livre configuram-se em um acontecimento importante dentro das fazendas do Oeste Paulista e ajudam no desenvolvimento deste processo capitalista, e São Carlos acompanhava esse ritmo de transformações como podemos observar nos dados da tabela 1 (p.44). A cidade recebe uma gama considerável de imigrantes principalmente nos últimos anos da do século XIX e nos primeiros do século XX.

Outro ponto interessante está no fato de que Cardoso (1969) também reconhece que o café colabora para a criação de alguns pré-requisitos básicos para o desenvolvimento das atividades industriais, são eles: trabalhadores livres, mercado consumidor e “espírito de empresa”. Em São Carlos, estes pré-requisitos estão presentes e aumentam na medida em que o café se desenvolve e o núcleo urbano se expande.

Por fim, vale lembrar que Cardoso (1969) pondera que é arriscado atribuir os méritos

da industrialização apenas aos fazendeiros; observa inclusive que talvez a participação dessa classe no processo seja menor do que muitos supõem. No caso de São Carlos, os dados apontados, ao longo deste capítulo, comprovam que esta participação é realmente menor do que muitos poderiam supor. A presença de imigrantes dentro dos pequenos ofícios e empresas é grande, com o tempo passam a ocupar também espaço em empreendimentos maiores, contribuindo, assim, para dinamizar o processo de industrialização.

Sobre a questão do ethos burguês dos imigrantes abordamos esta possibilidade durante o capítulo 1 quando traçamos uma análise sobre a perspectiva de fazendeiros e imigrantes como homens de negócios e/ou empreendedores a partir dos estudos de Fernandes (2010).

Um primeiro ponto que destacaremos sobre os imigrantes e a oportunidade que esta classe teve para explorar as oportunidades econômicas abertas pela mobilidade horizontal e vertical de um novo mercado (FERNANDES, 2010, p.160). Além disso, para Fernandes (cap. 01, p.26) o imigrante já se configurava como um agente econômico da concentração de capital comercial, e aos poucos ia assumindo papéis econômicos emergentes na econômica da época.

O conhecimento prévio de técnicas de comercialização de produtos agrícolas que alguns imigrantes possuíam também é analisado por Fernandes (2010, p.161) como uma característica positiva para este grupo; como bem lembramos everedar pelo ramo industrial seria um grande salto, mas, diante da perspectiva que surgia existiam riscos mas também a possibilidades de compensações (cap.01, p. 27)

Para Fernandes (2010, p.161) o imigrante teve um papel muito importante neste período de desbravamento da economia, ele foi o principal agente econômico, que contribuiu para a substituição do modelo que privilegiava as importações. Para o autor o imigrante constitui-se em um “herói da industrialização”, tornando a revolução burguesa uma realidade histórica no Brasil.

Os imigrantes não tinham como intenção competir com os cafeicultores. Fernandes (2010, p. 172-173) destaca que eles procuraram ocupar papéis econômicos novos, que surgiam à medida que o mercado interno e externo ampliava-se. Estes novos atores (imigrantes) que assumiam esses papéis (empreendedores), passaram a ter importância no seu local de atuação, a nascente indústria brasileira.

No caso de São Carlos o ethos burguês relacionado ao imigrante pode ser comprovado ao retomarmos algumas passagens do capítulo 2, como na p.54 quando ao fazemos menção a dados *do Almanach Álbum de São Carlos* do ano de 1984, identificamos uma quantidade

expressiva de pequenas oficinas e pequenas fábricas, que em sua maioria são ocupadas por imigrantes.

Para reforçar a importância desta ação empresarial dos imigrantes, relembramos que Truzzi (2000, p.120) ao analisar a indústria local em seus primórdios, destaca que esta é exatamente fruto do surgimento dessas variadas profissões (presentes nas oficinas e pequenas fábricas que nos referimos anteriormente). A importância do imigrante para o autor está centrada no fato de que ele é o principal protagonista em qualquer ofício na cidade.

Segundo dados do censo de 1907 (tabela 2, p.55), a maior parte dos profissionais está inserida em ofícios, que em sua maioria estão situados em uma faixa de rendimento relativamente baixa, são pequenos empreendedores, e uma considerável parcela destes são imigrantes.

3.5- A industrialização em Araraquara e Rio Claro

A intenção deste subitem não é o de dar conta de toda a extensão do debate acerca do processo de industrialização das cidades de Araraquara e Rio Claro, naturalmente que tratar das particularidades de cada localidade e os pontos em comum entre elas representaria um estudo de maior fôlego. Nossa proposta é a de promover uma breve discussão sobre algumas particularidades entre os municípios de maneira a ilustrar melhor o processo de industrialização em um nível regional a partir da perspectiva de autores como Lorenzo (1979) e Dean (1977).

A obra de Lorenzo (1979) traz uma importante contribuição sobre o surgimento e desenvolvimento da indústria nas cidades de São Carlos e Araraquara; seu estudo está situado em um período muito próximo ao que abrangemos neste estudo. Em sua dissertação, a autora promove um recorte temporal entre os anos de 1900 – 1970, enquanto que este tenta dar conta do período compreendido entre 1890 – 1950. A linha de reflexão teórica e empírica do estudo fornece importantes instrumentos para uma análise mais crítica do assunto.

Já o estudo de Dean (1977) não contribui com muitas informações sobre o processo de industrialização de Rio Claro, isto porque seu principal enfoque está nas lavouras de café daquela localidade, mesmo assim os pequenos indícios que aparecem em sua obra tem importância para o nosso estudo.

Inicialmente o que chama atenção no trabalho de Lorenzo (1979, p.21-23) diz respeito à questão da periodização, ela divide o período em dois: o primeiro vai de 1900 – 1930

(antigo crescimento industrial) e, o segundo, de 1940 – 1970 (moderno crescimento industrial). Dentro desses períodos existe ainda uma subdivisão dos mesmos em outros dois para melhor entender o seu processo de desenvolvimento.

O período compreendido entre 1900 – 1930 é classificado por Lorenzo (1979, p.21) como sendo um momento de características “artesanais”, no entanto, ela prefere não definir o período como sendo artesanal ou manufatureiro, reconhece que faltam dados suficientes “[...] que permitissem uma análise mais detalhada para qualificar o tipo de unidade predominante [...]”.

Para Lorenzo (1979, p. 23), este período classificado por ela como de “antigo” crescimento industrial tem o seu processo evolutivo ainda condicionado às atividades cafeeiras. Para melhor entender os seus desdobramentos, o período foi dividido em dois momentos: o primeiro de 1900 – 1910, já o segundo de 1910 – 1930.

Este primeiro momento é descrito pela autora com a presença de um pequeno número de empresas de caráter familiar, organizadas ainda em moldes artesanais, e, por isso, com pouca significância (LORENZO, 1979, p. 23).

Ao analisar o todo deste primeiro momento, Lorenzo (1979, p.51) destaca que em São Paulo são três os principais segmentos industriais a surgir nesta época, são eles:

1. Fabricação de máquinas e implementos para a agricultura;
2. Produção de sacaria de junta para a embalagem do café;
3. Produção de bens de consumo corrente.

Para a autora, foi o terceiro segmento o que mais se destacou na região neste primeiro momento e também na sequência do período. Situar a industrialização através desta periodização não significa que ela não reconheça que as raízes industriais das regiões já se faziam presentes nas últimas décadas do século XIX.

O município de Araraquara, segundo Lorenzo (1979, p.52), já contava com máquinas à vapor para o beneficiamento de café desde 1880 (fazenda São Luís), sendo, posteriormente, acompanhada por outras fazendas. Na verdade, o que a autora alega é que a industrialização só ganha campo no meio urbano a partir de 1900.

O segundo momento, que vai de 1910 – 1930, apresenta, segundo a autora, um significativo aumento na quantidade de estabelecimentos industriais. São características deste momento as atividades de transformação vinculadas às atividades agrícolas e pecuárias e também de “[...] diversas atividades voltadas ao suprimento de algumas necessidades de consumo local [...]” (LORENZO, 1979, p.24).

A classificação das empresas industriais que se fazem presentes neste momento são

também apresentadas em três segmentos principais (LORENZO, 1979, p. 56):

- I. Segmentos industriais diretamente ligados à agricultura;
- II. Segmentos industriais indiretamente ligados à agricultura;
- III. Segmentos ligados às necessidades de consumo local.

Para Lorenzo (1979, p. 62), a preocupação com as frequentes crises levou os cafeicultores da região e os governos locais a adotarem práticas de incentivo a atividades industriais, em Araraquara “[...] foram votadas, entre 1908 e 1923, período em que a lavoura cafeeira enfrentou diversas crises, seis leis oferecendo todo apoio aos que se interessassem pelo plantio de algodão e aos que se dispusessem a instalar fábricas de tecidos [...]”.

Apesar desses estímulos somente uma indústria do gênero realmente foi instalada e funcionou, mas não em Araraquara, a Fiação e Tecelagem Madalena funcionou na cidade de São Carlos (LORENZO, 1979, p. 64).

Lorenzo (1979, p. 64-65) afirma ainda que somente em 1925 a cultura do algodão intensificou-se na região, mas no caso de Araraquara não foi a indústria algodoeira que se beneficiou de seu cultivo, mas sim a indústria destinada à fabricação de óleo.

As atividades que mais prosperaram neste período, segundo a autora, foram àquelas ligadas às ferrovias e às máquinas de beneficiamento de café, pois necessitavam, além do maquinário próprio, de peças de reposição e reparo, o que propiciou o surgimento de oficinas e fundições (LORENZO, 1979, p.68). Nestes segmentos destaque ainda para a participação dos imigrantes como os principais empresários do setor.

Os imigrantes aparecem também em outros segmentos industriais na cidade de Araraquara, como o de móveis, de meias, de sabão, entre outras (LORENZO, 1979, p.69-70).

O outro período classificado por Lorenzo (1979, p.24), como de “moderno” crescimento industrial, tem como principais características a decadência das atividades de transformação e o desenvolvimento das atividades agroindustriais. Novamente a autora faz uso da divisão do período em dois momentos, o primeiro vai de 1930 – 1940, e o segundo de 1940 – 1970.

No primeiro momento, Lorenzo (1979, p. 24) vincula a decadência das atividades de transformação como sendo um dos reflexos do fim da crise de 1929, o período é visto como de crise e de quase desaparecimento das atividades produtivas, no entanto, ao final da década de 1930 a atividade agrícola começa a se diversificar “[...] em consequência, a atividade industrial de beneficiamento e processamento das matérias-primas agrícolas começa a ressurgir [...]”.

Ao novamente abordar um panorama geral, agora neste primeiro momento (1930-

1940), Lorenzo (1979, p. 75) em sua análise aproxima-se de Celso Furtado (1964) e aponta como consequência da crise de 1929 a consolidação da atividade industrial “[...] A crise de 1929, ao dar origem a uma queda na capacidade de importar e desencadear mecanismos de defesa no nível de renda na cafeicultura possibilitou uma nova forma de crescimento industrial [...]”. Para a autora, quem mais se beneficiou com este cenário foi a indústria paulista, pelo fato de esta já existir desde antes da crise.

Voltando a atenção para a região, Lorenzo (1979, p. 79) observa que durante este primeiro momento aconteceu uma desestruturação e decadência do processo industrial. Entre os principais fatores analisados estão os altos impostos cobrados entre 1930 e 1935, além da concorrência com produtos de áreas próximas à capital, aparecem com destaque (LORENZO, 1979, p. 81-82).

Apesar do momento de crise, a autora não deixa de reconhecer que não afetou todos os segmentos industriais. Lorenzo faz uma ressalva importante em sua reflexão: as empresas que acabaram encerrando suas atividades foram aquelas de pequeno porte e que possuíam forte vínculo com o setor cafeeiro. Outras pequenas empresas locais de setores como o de carpintaria, móveis, olarias e de alimentos sobreviveram (LORENZO, 1979, p.83).

Como exemplo toma a fábrica de meias Lupo em Araraquara, além de sobreviver à crise apresentou segundo Lorenzo (1979, p.84) um crescimento gradativo e aos poucos foi se consolidando não apenas no mercado nacional, mas também no internacional.

O segundo momento, que se estende de 1940 – 1970, segundo a autora, representa a consolidação das atividades agroindustriais, no entanto, ela também destaca que paralelamente neste momento acontece o crescimento de empresas voltadas para a produção de bens de consumo, siderurgia e mecânica. “[...] vista em seu conjunto, no período de ‘moderno’ crescimento industrial a indústria regional caracteriza-se por uma maior integração e participação no conjunto da economia paulista [...]”. (LORENZO, 1979, p.24). A autora comenta ainda que o processo de industrialização da região em sua perspectiva está situado após 1930.

Este período é apontado por Lorenzo (1979, p. 86) como aquele que possui uma crescente evolução nas atividades industriais, tanto em quantidade de estabelecimentos, quanto no valor da produção industrial. Entre os ramos industriais que mais se destacam no período estão: a indústria alimentar, a indústria mecânica, a indústria metalúrgica, a indústria têxtil, a indústria de bebidas e a indústria química.

Esses ramos industriais segundo Lorenzo (1979, p. 89) estavam assim divididos entre os municípios de São Carlos e Araraquara:

- Araraquara: alimentos, bebidas, metalurgia;
- São Carlos: Mecânica, têxtil, material elétrico e comunicações.

Vale destacar que essa divisão leva em conta a predominância e não a exclusividade destes ramos nas referidas cidades.

Quanto às atividades agroindustriais, Lorenzo (1979, p.90) destaca que ela surge na esteira da recuperação da crise de 1929, por isso, sua localização também está no segundo momento (1940-1970) deste período. As principais indústrias desse setor são: a açucareira, a de processamento e refino de óleos vegetais, a de processamento de leite e derivados e a de processamento de frutas cítricas.

Em Araraquara desde o final da década de 1930 e no decorrer da década seguinte (1940) uma série de usinas acabam iniciando suas operações são elas: Tamoio, Santa Isabel, Maringá, Storani e Santa Cruz (LORENZO, 1979, p. 91-93). As demais atividades agroindustriais tem seu desenvolvimento após a década de 1950, por isso, não iremos contemplá-las aqui.

Passando para os estudos de Dean (1977, p. 154) sobre Rio Claro, sua análise das transformações do regime de trabalho nas fazendas apontam para uma diversificação da economia no Estado. Como consequência desse processo, o mercado necessitava de uma maior variedade de produtos para satisfazer a demanda de consumo, o que segundo o autor não seria atendido através das importações.

Neste cenário, Dean (1979, p. 155) destaca a importância dos imigrantes que “[...] abandonam o trabalho agrícola e se dedicam a ofícios. Pequenas indústrias multiplicaram-se no interior de São Paulo. O centro da cidade de Rio Claro industrializou-se notavelmente [...]”.

A posição estratégica de Rio Claro como ponto de baldeação entre a Paulista e a Linha de Rio Claro (bitola estreita) foi um dos fatores de incentivo industrial, na análise de Dean (1979, p. 155-156). Diversos estabelecimentos como selarias, olarias, fornos de cal, tipografias, oficinas mecânicas entre outros surgem na esteira desse desenvolvimento ferroviário.

O proletariado urbano crescia e com ele os usuários de serviços aumentavam propiciando o desenvolvimento de outros setores de serviços como hospitais, cinemas, teatros e igrejas. A cidade comercializava o excedente dos pequenos proprietários, comerciantes e intermediários se beneficiavam dos produtos do mercado, do matadouro e das máquinas de beneficiamento de café, milho, arroz, etc. (DEAN, 1979, p.156).

Todo esse quadro de acumulação de empresas comerciais e de pequenas indústrias

gerou o que Dean (1979, p.156) classificou como classe urbana bastante ampla “[...] cujas ambições e padrões de consumo diversificaram os empregos ainda mais. Rio Claro contava com uma das principais instituições desse grupo em expansão, um ginásio de língua alemã, para onde vinham estudantes de todos os estados sulinos [...]”.

Para Dean (1979, p.156), o desenvolvimento só não foi maior devido às restrições impostas pelos fazendeiros, muitos dos quais não residiam na cidade e conduziam suas transações diretamente de Santos ou São Paulo.

As análises feitas por Lorenzo (1979) e Dean (1979) permitem algumas pequenas reflexões sobre o que os autores apresentam respectivamente sobre Araraquara e Rio Claro, em relação a São Carlos.

Iniciando por Araraquara, o estudo de Lorenzo (1979) é realmente proveitoso, pois além de Araraquara também trabalha com São Carlos. A autora, no entanto, insiste na perspectiva do café como principal instrumento para a industrialização das cidades.

A periodização proposta por ela é particularmente interessante: divide o tempo em dois períodos distintos, partindo cada um desses dois períodos em dois momentos. O primeiro momento do primeiro período (1900 – 1910), em que descreve a presença de pequenas empresas de caráter familiar, evidencia que estas só poderiam ter origem em grupos formados principalmente por pessoas simples, o que vai ao encontro com o que aconteceu em São Carlos, nos primórdios de sua industrialização, e que pode ser mais bem visualizado através dos dados da tabela 5 (p.67).

No caso de São Carlos essas pessoas simples eram em sua maioria imigrantes; em Araraquara também deveriam ser, posto que no primeiro capítulo (p.33) lembramos que Dean (1971) observa que existia uma carência de nativos paulistas com estilo urbano de vida.

O segundo momento deste primeiro período (1910 – 1930), em que ela descreve um significativo aumento das atividades industriais, realmente pode ser comprovado tanto em Araraquara (apontamentos da autora) quanto em São Carlos (dados da tabela 5), assim como os principais segmentos industriais ligados à agricultura. No entanto, no caso de São Carlos, observamos que principalmente entre 1910 – 1920, os dados apontam um crescimento das pequenas empresas e ofícios e uma concentração muito grande destes em poder dos imigrantes. A própria Lorenzo (1979) reconhece a presença dos grupos imigrantes em Araraquara como importante em segmentos como o de móveis, sabão, e meias.

No segundo período, a autora trabalha também com dois momentos. No primeiro (1930 – 1940), dá ênfase aos reflexos que a crise de 1929 teve sobre o período, destacando a quase desaparecimento das atividades produtivas; no entanto, reconhece que na região a crise

não afetou todos os segmentos industriais, os mais atingidos foram aqueles que possuíam maiores vínculos com o café.

Em São Carlos, a consolidação dos dados das estatísticas industriais no período de 1929 – 1937 (p.138) demonstra que não existiu uma significativa diminuição na quantidade de empresas, na verdade tivemos períodos de crescimento, ou seja, a crise em São Carlos não teve reflexos tão negativos porque entre outros motivos as atividades industriais locais já não tinham grande dependência para com a econômica cafeeira neste período.

O segundo momento deste segundo período (1940 – 1970) acaba sendo de pouco interesse para o nosso estudo, pois, com exceção dos tipos de industriais que vão ser implementados, os estudos de Lorenzo (1979) avançam para períodos situados principalmente após 1950, os quais não são contemplados dentro desta dissertação.

Sobre a cidade de Rio Claro, apesar dos poucos dados colhidos na obra de Dean (1979), existem alguns pontos que chamam a atenção e que merecem ser reforçados.

A importância que o autor atribui aos imigrantes na constituição dos ofícios dentro da cidade de Rio Claro e sua contribuição para a industrialização para a cidade é compartilhado em nosso estudo ao longo do capítulo 2 e deste capítulo também.

A contribuição das ferrovias como um fator de incentivo industrial também foi trabalhado ao longo desta dissertação, frisando que também em São Carlos acontece o surgimento de uma série de estabelecimentos na esteira da malha ferroviária.

Por fim, assim como em Rio Claro, a acumulação de empresas comerciais e pequenas indústrias acabaram por formar em São Carlos o que de Dean (1979) classificou como classe urbana bastante ampla, contribuindo para o crescimento dos padrões de consumo e para a diversificação dos empregos.

Considerações finais

O presente trabalho apresentou como proposta uma reflexão sobre as origens sociais do empresariado, tomando como foco a cidade de São Carlos no interior do Estado de São Paulo, buscando explicar as transformações ocorridas no período compreendido entre os anos de 1890 a 1950 e examinar os fatores que proporcionaram o desenvolvimento industrial.

Partindo de um formato concebido para três capítulos, procurou-se discutir não apenas o processo dentro da perspectiva da cidade, mas inserir também reflexões que dessem sustentação a esse debate mais localizado. Sendo assim, o segundo capítulo procurou trabalhar de maneira mais específica o caso do desenvolvimento de um empreendedorismo industrial na cidade, enquanto que o primeiro discutiu a origem dos empreendedores e/ou homens de negócios, por fim, o terceiro promoveu uma retomada e um debate sobre o processo de industrialização no Estado de São Paulo em paralelo com a cidade de São Carlos.

As pequenas considerações apresentadas na introdução demonstraram que fazendeiros e imigrantes foram importantes figuras dentro do processo de construção do espaço urbano e industrial na cidade de São Carlos, sendo, por isso, constantemente retomados nos outros capítulos.

Um primeiro desafio desta dissertação foi o de trabalhar com a perspectiva dos cafeicultores e dos imigrantes como homens de negócios e/ou empreendedores no interior paulista. Utilizamos para isso o aporte teórico fornecido por Florestan Fernandes (2010), assim como de outros autores que, igualmente, enriqueceram a nossa reflexão: José de Souza Martins (2010), Fernando Henrique Cardoso (1972), Sallum Junior (1982), João Manuel Cardoso de Mello (1998), Agnaldo de Souza Barbosa (2006) e Osvaldo Truzzi (2000).

Para Fernandes (2010), trabalhar a questão da Revolução Burguesa não é tarefa das mais simples, afinal sempre existem aqueles que concordam, aqueles que discordam total, ou ainda aqueles que aceitam parcialmente sua ocorrência. Os pontos que mais chamaram atenção na teoria do estudioso foram:

- a) Não devemos comparar o nosso processo com o dos outros países, eles são diferenciados;
- b) A Independência modificou gradativamente antigos padrões, criando uma nova realidade que atendeu as necessidades da elite agrária;
- c) A presença do imigrante, a partir do final do século XIX, representou um avanço na esfera capitalista, comercial e financeira.

O imigrante não ficou restrito apenas a ser mais um braço para as lavouras, muitos se constituíram “homens de negócios”. O primeiro passo foi organizar-se como um agente econômico da concentração de capital comercial e, aos poucos, assumir os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado, que passava por um período de consolidação.

Os imigrantes que investiram neste processo empresarial conseguiram, gradativamente, foram sendo os principais agentes econômicos, como responsáveis, entre outras coisas, pela substituição do modelo que privilegiava as importações. Dessa maneira, tornaram-se sujeitos privilegiados nas fases iniciais da concentração industrial.

É evidente que não poderiam competir com os senhores agrários ou com os fazendeiros (tanto “coronéis” como “homens de negócios”); contudo, possuíam um papel decisivo nesta nova ordem e cada vez mais o mercado interno e externo exigia a criação de novos papéis; preenchidos com o surgimento dos novos atores que atendiam pelo nome de empreendedores.

Vejamos agora a contribuição de outros autores.

Em Martins (2010) os pontos que mais chamaram a atenção foram: a) a gestação do empresário e sua habilidade empresarial, b) perceber os imigrantes nos grandes negócios a partir de 1890, c) crítica à análise simplista que situa a revolução burguesa após a crise de 1929.

Já em Cardoso (1972): a) o período de consolidação da ordem industrial-capitalista no Brasil, b) perceber o processo de industrialização destacando as características sociais da camada empresarial brasileira.

Após uma discussão mais ampla do processo, iniciamos uma análise reflexiva mais local, apontando a ascensão dos imigrantes e dos cafeicultores como empreendedores no interior paulista, mais precisamente no Oeste Paulista.

Destacamos então que os primeiros incentivos para o desenvolvimento dos principais centros do interior foram feitos por iniciativa de alguns grupos de fazendeiros de café. Dentre os principais investimentos com caráter empreendedor destacamos a ferrovia, que não apenas servia para dinamizar a produção de café, como também promovia o transporte de pessoas e outros bens.

Apesar do esforço de alguns cafeicultores, grande parte deles sofria com o despreparo, como por exemplo, na tarefa de lidar com os trabalhadores livres. Fato demonstrado neste trabalho por meio dos estudos de Holoway (1984) e Sallum Junior (1982), que apontam para as dificuldades no trato de muitos fazendeiros em relação aos imigrantes.

Se por um lado muitos membros da elite agrária tinham dificuldades em se enquadrar neste novo cenário, por outro, os estudos aqui apresentados relatam que muitos imigrantes tiveram maior sucesso em assumir esses novos papéis de agentes econômicos ou empreendedores. Dentre as razões podemos destacar:

- Facilidade em preencher os novos quadros de atividades urbanas que surgiam, em virtude de já terem um conhecimento prévio, e também de estas funções não contarem com um quadro de brasileiros para preenchê-las;
- A rede de relacionamentos entre os imigrantes;
- A falta de recursos (capital) não se constituir em empecilho para novos empreendimentos, principalmente aqueles que tiveram uma matriz mais artesanal.

Este último ponto pode ser mais claramente percebido quando tomamos os exemplos descritos por Barbosa (2006), quando faz uma análise do desenvolvimento da indústria calçadista em Franca.

A participação dos imigrantes no desenvolvimento da indústria em São Carlos é bem trabalhada por Truzzi (2000) que destaca os imigrantes ocupando posições de protagonistas em qualquer ofício na cidade. Contudo, destacaram-se em dois tipos particulares de subindústrias: a de artigos de consumo popular e a fornecedora de produtos agrícolas.

Assim como São Carlos, as cidades de Rio Claro e Araraquara também possuíam muitos casos de imigrantes que se destacaram como homens de negócios, o que só aumenta a importância destes como possíveis empreendedores.

Concluimos o debate sobre o empreendedorismo de fazendeiros e imigrantes destacando a crise de 1929, que para as lavouras cafeeiras (cafeicultores), representou inúmeras perdas econômicas e políticas; já para as indústrias (e alguns imigrantes), principalmente da região de São Carlos e Araraquara, as perdas não foram tão substanciais.

Outro enfoque desta dissertação incidiu sobre o processo de formação do empresariado industrial em São Carlos. Procuramos identificar esse processo dentro de um quadro mais específico: o dos imigrantes que vieram a se constituir em empresários industriais na cidade de São Carlos.

Antes de adentrar propriamente na questão empresarial sobre o prisma dos imigrantes, o capítulo fez um breve resgate sobre a questão da imigração na cidade de São Carlos, durante o período que se estende do final do século XIX e início do século XX. A importância da imigração é destacada por Truzzi (2000), que afirma ser ela a responsável por ocasionar

sensíveis modificações em uma vasta região do território paulista, na qual se pode incluir o município de São Carlos.

O sentido inicial da imigração é bem descrito por Holoway (1984), que enfatiza o velho *slogan* que motivava governo e cafeicultores: “Braços para o café”. Apesar das dificuldades enfrentadas no seu estabelecimento e nas relações que tinham com os fazendeiros, Carone (2001) ressalta que o imigrante, ao superar as barreiras impostas, assume um papel fundamental nas atividades relacionadas ao comércio e à indústria.

Voltando nossa atenção para São Carlos, identificamos que as quantidades mais significativas de imigrantes ocorrem a partir dos primeiros anos da década de 1880. Percebemos ainda que entre os anos 1880 até por volta de 1904, boa parte dos imigrantes que chegaram a São Carlos eram provenientes da Itália. Após esse período, nota-se uma diminuição gradativa dos imigrantes, porém, foi a partir da Primeira Guerra Mundial que iniciou-se um declínio significativo na quantidade de imigrantes que vinham a São Carlos.

Utilizando-se de uma tabela confeccionada por Truzzi (2000) com base em registros do arquivo do Estado e do anuário estatístico do Estado de São Paulo, percebemos a importância da imigração em São Carlos. Durante um período que se estende de 1884 até 1921, a cidade destacou-se entre aquelas que mais receberam imigrantes: surge entre as cinco primeiras dentro do Estado de São Paulo por onze vezes e, por sete vezes, aparece entre o 6º e o 10º lugar.

Após essas breves considerações sobre a importância da imigração em São Carlos, passamos a debater sobre a validação da teoria que leva em consideração a valorização do binômio café/indústria para o desenvolvimento industrial de uma cidade. Tomamos como base a crítica feita por Barbosa (2006), ao analisar o processo de surgimento de um empresariado industrial na cidade de Franca/SP.

Ao abordar quais seriam os principais fatores que levam ao desenvolvimento econômico, Silva (1986) destaca o peso das transformações econômicas, para ele “[...] O conhecimento da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria [...]” (p. 81).

O autor enfatiza ainda que para se conhecer bem o processo de industrialização é necessário distinguir as unidades de produção: artesanato, manufatura e indústria. A partir deste pressuposto passa agrupar as unidades de produção segundo a quantidade de funcionários e capital que elas possuem. Assim, as manufaturas são apresentadas como aquelas que possuem um número mínimo de 100 funcionários e são classificadas como do tipo média ou superior. Já as fábricas são classificadas utilizando como referência o capital;

aquelas que apresentam um capital igual ou superior a 1.000 contos são classificadas como “grandes empresas”.

Barbosa (2006) chama a atenção para o caso da cidade de Franca, onde esse processo não se efetivou da maneira descrita por Silva (1986). O autor estabelece um quadro mais coerente para a realidade de Franca e passa então a classificar como grandes empresas, aquelas cujo capital era igual ou superior a 500 contos, as médias seriam aquelas que possuísem entre 100 e 500 contos e as pequenas as que tivessem capital inferior a 100 contos.

Munidos das reflexões de Silva (1986) e Barbosa (2006) passamos a considerar mais atentamente o processo de surgimento dos empresários e das indústrias em São Carlos.

Para Truzzi (2000), a monetarização gradativa da economia, a chegada dos imigrantes, o crescimento da população e o surgimento da ferrovia estão, junto de outros fatores, entre aqueles que demonstram que o processo de urbanização e industrialização era cada vez mais presente no cotidiano da cidade.

A respeito do processo de urbanização de São Carlos destacamos inicialmente a atuação de Antonio Carlos de Arruda Botelho, um dos chamados barões do café. Foi ele o responsável por melhorias no desenvolvimento urbano da cidade e também de outras localidades, inclusive da capital.

E não era apenas o sítio urbano que se desenvolvia, a ferrovia também gozava dos benefícios dos investimentos oriundos do café. De acordo com Truzzi (2000), ela contribuiu para a constituição de um mercado mais integrado em todo o Estado de São Paulo. A estrada de ferro também era responsável pela geração de investimentos nas indústrias, entre outros motivos, porque necessitava de suprir demandas próprias de construções e reparos.

Assim como a estrada de ferro surge na esteira das necessidades do café outros segmentos industriais seguiram este mesmo perfil. É o caso, por exemplo, do beneficiamento do produto, que exigia todo um maquinário. Vale destacar ainda a indústria têxtil que se beneficiou também do fato de ter que produzir sacarias para o armazenamento e transporte do café.

Apesar de todas essas contribuições, assim como fez Barbosa (2006), Truzzi (2000) também procura demonstrar que as contribuições do café não promovem uma dependência e um condicionamento da atividade industrial ao produto.

Além da infraestrutura urbana e do investimento nas ferrovias, o único ramo propriamente industrial que os cafeicultores investiram na cidade eram as atividades de

beneficiamento de produtos agrícolas. Mesmo nestas atividades a presença de imigrantes já era marcante, como no caso do Engenho Vitória, de propriedade de um imigrante.

Aos poucos alguns imigrantes passam a ocupar posições marcantes dentro do processo que leva ao surgimento e desenvolvimento das atividades industriais, como é o caso de imigrantes que investem em um tipo de indústria classificado como “tributário do desdobramento das funções urbanas”.

Apesar de muitos considerarem esse tipo de indústria como “fundo de quintal”, ela possuía certo mercado garantindo “[...] por saber se aproveitar da disponibilidade de certas matérias-primas locais [...] quanto selecionar para a manufatura aqueles artigos cuja relação peso ou volume sobre valor tornasse desvantajosa à importação [...]” (TRUZZI, 2000, p.120).

A importância dos imigrantes pode ainda ser atestada tomando por base o censo de profissões de 1907; percebe-se aí uma grande quantidade de imigrantes nos registros. Alguns ocupam ainda posições modestas ou intermediárias, mesmo assim, sua inserção é cada vez mais sentida nos empreendimentos empresariais da cidade.

O capítulo ainda faz algumas ponderações sobre os reflexos da crise de 1929 na indústria sancarlense, partindo de uma observação feita por Martins (2010) sobre a importância do setor industrial na manutenção do Estado neste período de crise.

No caso mais específico de São Carlos, Truzzi (2000) observa que existem muitos relatos de grandes armazéns e de lojas de secos e molhados que encerram suas atividades com a crise. No entanto, pondera que este fato deve-se principalmente devido ao forte vínculo que esses estabelecimentos possuíam com as atividades agrícolas ligadas ao café. Nesse sentido e utilizando-se de dados analisados por Lorenzo (1979), percebe-se que a década de 1930 foi a única a apresentar uma redução numérica nas atividades industriais em ambos os municípios, Araraquara e São Carlos.

Posteriormente pode-se afirmar que o saldo foi positivo, pelo menos para a atividade industrial ganhar terreno diante das demais oportunidades de inversão econômica. Entre outros fatores isto pode ser compreendido pelo fato de São Carlos já contar, antes mesmo da crise cafeeira, com um compartimento industrial relevante e diversificado, ao ponto de seu setor secundário não depender exclusivamente de uma reorientação da base agrícola fornecedora de matérias-primas a serem processadas.

Após a crise de 1929 ocorre a Segunda Guerra Mundial, outro fato marcante que ocasionou significativas modificações nas atividades industriais em São Carlos.

Truzzi (2000) destaca que os mecanismos de substituição de importações foram reforçados durante a guerra. Os dados relativos ao período impressionam, segundo

levantamentos feitos pelo autor no catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo, das 224 empresas existentes em São Carlos em 1945, 97 delas tinham sido fundadas após 1939. No entanto, vale lembrar que após a guerra alguns setores industriais sofreram uma redução, como é o caso da indústria têxtil que estagnou-se, isto porque seu maquinário na época era obsoleto, sendo facilmente superada em produtividade e qualidade pelos produtos de outros países.

Passamos então a abordar a perspectiva de alguns casos de imigrantes que constituíram-se em empresários industriais em São Carlos. Dentre os motivos que facilitaram sua inserção estava a carência de nativos da terra para exercer tais atividades, principalmente em âmbito urbano. Essa a carência de mão-de-obra para atender as necessidades de estruturação desse novo cenário moderno que surgia já tinha sido abordada pelas reflexões de Edgard Carone (2001).

Ocupar estes novos quadros abertos pela urbanização, pelo comércio e pela indústria não foram obras do acaso, pois os imigrantes contaram com vantagens, como é o caso daqueles que já possuíam algum conhecimento, alguma habilidade profissional adquirida no país de origem. Outro trunfo está no fato de possuírem algum capital para ser empregado e existe ainda outro benefício; a acolhida, que também facilitou sua inserção neste novo quadro social e econômico que se formava. Dean (1971) alerta ainda para a facilidade que muitos encontraram em estabelecerem-se como agentes ligados ao comércio de importação de produtos.

Truzzi (2000) destaca alguns casos de imigrantes que eram operários e empregados e, através de alguma vantagem acabaram convertendo-se em pequenos negociantes. Dentro desse perfil chama a atenção à ascensão de um antigo empregado que alcançou grande destaque, trata-se de Carlos Facchina.

O senso de oportunismo também não pode ser deixado de lado; ele é o responsável por abreviar certos empecilhos para a ascensão social. Muitos indivíduos dotados deste “senso de oportunismo” perceberam, por exemplo, que uma colocação estável como funcionário na companhia Paulista de Estradas de Ferro poderia lhes garantir uma fonte segura de ganhos; foi o caso do suíço Germano Fehr, que trabalhou como empreiteiro na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e mais tarde veio a tornar-se uma das grandes figuras empresariais de origem imigrante de São Carlos.

Por fim são apresentadas estatísticas que ajudam a demonstrar que em São Carlos a indústria e o quadro de empreendedores, se desenvolvem através dos pequenos estabelecimentos, a grande maioria de propriedade dos imigrantes.

Para aparar eventuais arestas no debate buscamos retomar algumas considerações sobre o processo de industrialização no Estado de São Paulo e a partir deste promover um paralelo com as transformações que ocorreram em São Carlos no mesmo período (final de Século XIX e primeira metade do século XX).

Inicialmente buscamos trabalhar com a relação entre a economia cafeeira e o processo de industrialização, balizaram esta reflexão os estudos de Sérgio Silva (1986), Wilson Cano (1998) e João Manoel Cardoso de Melo (1998).

Apesar de reconhecer as dificuldades de se estabelecer um estudo sobre o processo de industrialização no Estado devido às particularidades regionais, Silva (1986) estabelece alguns marcos para relacionar o processo de industrialização como dependente da lavoura cafeeira, entre eles: o café ser o centro da acumulação de capital, o maior desenvolvimento das relações capitalistas na região cafeeira e por fim a indústria ser fruto de um desenvolvimento capitalista prévio.

João Manuel Cardoso de Melo (1998) também confere grande importância aos cafeicultores dentro do processo de industrialização, para ele a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. No entanto, faz uma ressalva, reconhece que nem todos os fazendeiros de café assumem este perfil, o que aproxima sua análise da feita por Fernandes (2010) quando o autor estuda o surgimento dos chamados “homens de negócios”.

Wilson Cano (1998) também reconhece as contribuições da economia cafeeira dentro do processo de industrialização, entre os fatores que ele levanta dois merecem ser lembrados: o café possibilitou um processo de acumulação de capital até por volta de 1930, e a adoção da mão-de-obra livre e imigrante.

Analisando os estudos dos três autores e comprando com a análise dos dados apresentados nesta dissertação concordamos que a economia cafeeira realmente trás contribuições importantes para o desenvolvimento da indústria em São Carlos, ele forneceu a infraestrutura e o aparato para o surgimento das fábricas, no entanto, no caso de São Carlos este é o seu limite.

Na sequência analisamos a importância das importações e exportações no processo de industrialização, o principal aporte teórico foram os estudos de Warren Dean (1971), que também destaca algumas contribuições dos cafeicultores, como as ferrovias. Em relação ao processo de importação e exportação e sua importância para o processo de industrialização o autor destaca três pontos principais: a produção de alguns maquinários que não compensavam ser importados; a posição estratégica do importador na estrutura do comércio, conferindo a ele

facilidades para investimentos na indústria; e por fim a transformação de alguns importadores em industriais.

Martins (2010) não deixa de reconhecer que realmente existiram importadores que acabaram se dedicando as atividades industriais, no entanto, poderá que os números não são muito expressivos, e por isso não podem ser apontados como determinantes no desenvolvimento industrial.

Concordamos com Dean (1971) que o café trouxe contribuições importantes para a infraestrutura das atividades industriais, no entanto, ao analisar os dados apresentados neste estudo nos aproximamos da crítica de Martins (2010) no que se refere à quantidade de importadores que acabam por assumir um perfil industrial, estes representam um número reduzido e pouco influente dentro do processo também em São Carlos.

Outro estudo interessante promovido neste capítulo analisa o termo criado por Martins (2010, 1973) conhecido como “Franjas da industrialização”. Inicialmente destacamos que o autor procura identificar dois marcos, que representam o que ele classificou como o grande salto histórico e econômico do país, são eles: a substituição das importações pela produção interna, e a emergência e difusão da competência empresarial.

É Justamente na questão da substituição das importações pela produção interna que Martins (1973) identifica a questão das franjas da industrialização. Para ele a nascente indústria paulista das primeiras décadas do século XX, não se propunha a substituição das importações, mas sim nas possibilidades que surgiam nas franjas da economia exportadora.

No caso de São Carlos, os dados comprovam que a nascente indústria surge na esteira das novas necessidades, pequenas oficinas e fábricas são criadas para atender essas novas necessidades, muitas delas tem como principal personagem o imigrante.

Outra perspectiva abordada neste capítulo diz respeito ao termo “Ethos burguês” utilizado por Cardoso (1969) quando promove uma análise que tem como foco as condições sociais para a industrialização de São Paulo.

Cardoso (1969) inicia seus estudos pelas fazendas de café do Oeste paulista, para o autor elas possuem as condições necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista, que por consequência dará origem ao desenvolvimento industrial em São Paulo.

A exploração do café proporciona segundo Cardoso (1969) o surgimento de alguns pré-requisitos para o desenvolvimento das atividades industriais, são eles: a mão-de-obra livre, o mercado consumidor e o surgimento do “espírito de empresa”.

Apesar de Cardoso (1969) sugerir que alguns imigrantes estivessem dentro deste perfil do “Ethos burguês” os maiores indícios deste perfil puderam ser resgatados quando

recordamos os estudos de Fernandes (2010) no capítulo 1, e através deles identificamos o imigrante não como um possível candidato, mas sim como um integrante deste perfil.

No caso de São Carlos, os pré-requisitos identificados por Cardoso (1969) tem importância dentro do processo de desenvolvimento da nascente indústria, no entanto, a ação dos cafeicultores é limitada, e as maiores contribuições para o desenvolvimento das atividades industriais estiveram realmente ligadas à participação de grupos de imigrantes como pudemos verificar pelos dados.

O último tópico deste capítulo destinou-se a promover um pequeno esboço sobre o processo de industrialização de Araraquara e Rio Claro, duas cidades vizinhas de São Carlos, o paralelo entre os processos representou um exercício muito interessante, afinal pudemos perceber quais as particularidades e similaridades de cada localidade.

No caso de Araraquara, Lorenzo (1979) promove uma periodização de seu estudo muito próxima da utilizada em nosso estudo, interessante que a autora fragmenta este período em duas partes e dentro delas cria mais duas subdivisões para procura elucidar a dinâmica do processo de industrialização da cidade.

A linha teórica adotada por Lorenzo aproxima-se daquela utilizada por Silva (1986) Cano (1998) e Mello (1998), que confere a cafeicultura um papel de destaque no desenvolvimento das atividades industriais, ou seja, baseia seus estudos dentro do binômio café-indústria.

Um ponto interessante de sua análise diz respeito à identificação dos segmentos industriais dentro dos períodos, os que se destacam e possuem similaridades com os presentes em São Carlos nesta mesma época (início do Século XX) são: os segmentos ligados diretamente a indústria, os segmentos ligados indiretamente a indústria e os segmentos ligados as necessidades de consumo local.

Voltando nossa atenção para Rio Claro, os estudos de Dean (1979) fornecem algumas informações sobre a importância dos imigrantes para o desenvolvimento das atividades industriais em Rio Claro.

Segundo Dean (1979), alguns grupos de imigrantes da cidade, deixaram o trabalho no campo e passaram a se dedicar aos ofícios, o centro da cidade presenciou o aumento das pequenas indústrias, que representaram para o autor um momento importante da industrialização da cidade.

Outro fator importante para o desenvolvimento industrial da cidade foi a presença da ferrovia aliada ao fato de a cidade ser um ponto estratégico de baldeação entre duas companhias (a Paulista e a Rio Claro). No entorno da estação ferroviária surgem diversos

estabelecimentos como selarias, olarias, oficinas mecânicas, etc. que contribuem para a dinamização do processo industrial.

Para finalizar, destacamos aqui algumas considerações sobre os resultados obtidos nesta dissertação, partindo de seu título “Origens sociais do empresariado: O caso de São Carlos, 1890 – 1950”. Ao longo deste estudo conseguimos determinar quais eram as origens sociais do empresariado que se formou em São Carlos entre a última década do século XIX e a primeira metade do século XX.

Empresariado esse que em sua formação difere daquele modelo atrelado ao binômio café/indústria, porque, apesar de contar com uma infraestrutura e algumas condições que surgiram em virtude da cafeicultura, sua formação em grande parte está vinculada aos pequenos empreendedores, que buscaram em oficinas e fábricas de fundo de quintal um novo meio de sobrevivência, que em alguns casos prosperou para fábricas mais estruturadas, como é o caso, por exemplo, das indústrias Facchina.

Aproveitando o exemplo das indústrias Facchina, sua constituição, representa outro ponto interessante deste estudo, a presença de muitos imigrantes como proprietários dos meios de produção, não por acaso Florestan Fernandes (2010) identifica neles (imigrantes) personagens importantes dentro do processo empreendedor pelo qual o país passava naquele período (final do século XIX e início do século XX).

Os dados que trabalhamos, principalmente ao longo do capítulo dois, comprovam que os imigrantes estiveram presentes em muitos estabelecimentos pequenos, de caráter artesanal e manufatureiro, ou seja, foram decisivos para que a indústria em São Carlos prosperasse.

A importância dos imigrantes no processo de industrialização de São Carlos já fazia parte dos estudos de Truzzi (2000). Além deste autor, Barbosa (2006) ao relatar o processo da indústria do calçado em Franca também identifica os imigrantes como protagonistas nestas atividades. Em Rio Claro, Dean (1979) também destaca que o centro da cidade experimenta um processo de crescimento das atividades industriais e que muitos destes estabelecimentos eram de propriedades de imigrantes.

E nesse sentido procuramos promover um processo de contínuo debate entre os pressupostos teóricos e os dados das diversas tabelas de dados. Como o censo de profissões de 1907 e as estatísticas industriais da primeira metade do século XX, buscando, dessa forma, elucidar como aconteceu esse processo de formação do empresariado. Obtemos como um dos principais resultados que esse processo originou-se nos pequenos estabelecimentos artesanais e manufatureiros, que em sua maioria pertenciam a imigrantes.

Sobre a vertente teórica que considera a possibilidade de fazendeiros e imigrantes como possíveis “homens de negócios”, sem dúvida ajudou no processo de amadurecimento sobre a questão do empresário, seu perfil, sua atuação e seus desafios, mas ele também representa um salto qualitativo devido à possibilidade de se expandir o debate a respeito do termo “homem de negócio”. Fernandes (2010), de forma direta, apresenta alguns fazendeiros do Oeste Paulista como tendo esse perfil, mas deixa no ar uma possibilidade, ele caracteriza o imigrante como um agente privilegiado, um empreendedor.

Buscamos identificar a atuação do imigrante como um possível “homem de negócios”, mas não esgotamos as possibilidades de estudo sobre o assunto, que ainda pode ser aprofundado.

Referências bibliográficas

Almanach álbum de São Carlos - 1894, 1905, 1915, 1916/1917, 1927 e 1928.

BARBOSA, Aguinaldo de Sousa. *Empresariado Fabril e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Editora Hucitec. 2006.

BRANDÃO, I. de L.; TELAROLLI, R. *Adio Bel Campanile – A Saga dos Lupos*. São Paulo, Global Editora. 1998.

CARONE, Edgard. *A evolução industrial de São Paulo (1889 – 1930)*. São Paulo: Senac, 2001.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª edição, São Paulo, T.A. Queiroz, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, Difel, 1969.

_____, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

CORRÊA. A.M.M. *História social de Araraquara 1817 a 1930*. São Paulo, FFLCR, Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). 1967.

_____, A.M.M. *Araraquara – 1720 – 1930: Um capítulo da história do café em São Paulo*. São Paulo, Cultura acadêmica. 2008.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*, São Paulo, Difel, 1971.

_____, Warren. *Rio Claro: um sistema de grande lavoura 1820 – 1920*. Trad. de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo - Anos de 1929, 1931, 1933, 1935 e 1937 - Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (Fundação SEADE).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociologia*. 5ª edição, 4ª reimpressão, São Paulo, Editora Globo, 2010.

HOLLOWAY, T.. *Imigrantes para o café*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

Livro de Registro de Impostos sobre Atividades: Indústria e Profissões – 1901 – 1930. Arquivos da prefeitura Municipal de São Carlos/SP

Livro de Pedidos de Alvarás de Funcionamento 1901 -1930. Arquivos da prefeitura Municipal de São Carlos/SP

LORENZO, Helena Carvalho de. *Origem e crescimento da indústria na região de “Araraquara – São Carlos” – 1900 – 1970*. São Paulo, FFLCH, USP, (dissertação de

mestrado). 1979;

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: O empresário e a empresa*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1973.

_____, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas. 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1998.

RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907. São Carlos, 1907 (manuscrito).

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

SAES, Flávio. *A controvérsia sobre a industrialização na primeira república*. Revista de Estudos Avançados, USP, Dezembro de 1989, V.3 nº7.

SALLUM JUNIOR, Basílio. *Capitalismo e cafeicultura – Oeste-Paulista: 1888 – 1930*. São Paulo, Livraria Duas Cidades. 1982.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1997.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e Indústria São Carlos: 1850 – 1950*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.